

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Luíza Gimenez Cerioli

**A RIVALIDADE ENTRE IRÃ E ARÁBIA SAUDITA ATRAVÉS DA TEORIA DOS
PAPÉIS APÓS A PRIMAVERA ÁRABE: OS CASOS DO BAHRAIN E DO IÊMEN**

BRASÍLIA

2016

LUÍZA GIMENEZ CERIOLI

**A Rivalidade entre Irã e Arábia Saudita através da Teoria dos Papéis após a
Primavera Árabe: os Casos do Bahrain e do Iêmen**

*The Saudi-Iranian Rivalry in the Persian Gulf through the Lens of Role Theory: the
cases of Bahrain's and Yemen's Arab Spring*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional e Comparada

Orientadora: Prof. Dra. Vânia Carvalho Pinto

Brasília

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

CERIOLI, Luíza Gimenez

Título Completo: A RIVALIDADE ENTRE IRÃ E ARÁBIA SAUDITA ATRAVÉS DA TEORIA DOS PAPÉIS APÓS A PRIMAVERA ÁRABE: OS CASOS DO BAHRAIN E DO IÊMEN/ Luíza Gimenez Cerioli – Brasília, 2016. 110 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais. Área de concentração: Política Internacional e Comparada.

Orientadora: Dra. Vânia Carvalho Pinto

1. Irã; 2. Arábia Saudita; 3. Teoria dos Papéis; 4. Bahrain; 5. Iêmen; 6. Primavera Árabe.

Luíza Gimenez Cerioli

A Rivalidade entre Irã e Arábia Saudita através da Teoria dos Papéis após a Primavera Árabe: os Casos do Bahrain e do Iêmen

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional e Comparada

Aprovado em: __/__/____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Vânia Carvalho Pinto
Instituto de Relações Internacionais - Universidade de Brasília
Orientadora

Prof. Dr. Alcides Vaz Costa
Instituto de Relações Internacionais - Universidade de Brasília
Examinador

Prof. Dra. Cecília Baeza Rodriguez
Fundação Getúlio Vargas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Examinadora

Prof. Dra. Tânia Maria Pechir Gomes Manzur
Instituto de Relações Internacionais - Universidade de Brasília
Examinadora Suplente

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à Universidade Nacional de Brasília e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico por terem me disponibilizado o espaço e os meios para desenvolver meu mestrado e minha pesquisa.

É essencial agradecer imensamente à professora Vânia, que me guiou com incrível dedicação nesses dois anos de UnB, não somente como orientadora de dissertação, mas também como uma conselheira pessoal. Encontrei nela um alento e um modelo profissional que me inspira a ser mais feliz com minha escolha acadêmica.

Eternamente grata aos meus pais, a força e o estímulo diário que recebo dos dois é, ao mesmo tempo, segurança e combustível para seguir buscando o melhor de mim.

Grata também à existência dos meus três irmãos de outras vidas, Isadora, Pedro e Mirela. O carinho, o amor, a amizade e as risadas de vocês são provas que distância é só algo físico.

E, finalmente, obrigada Brasília, por essa recepção tão maravilhosa. Obrigada pelas amigas e amigos fantásticos que me deste e que foram essenciais para que minha estadia aqui fosse tão deliciosa, tranquila e amorosa. Sou muito grata por ter tido a oportunidade de ter conhecido essas pessoas que admiro tanto.

Todo o esforço desse trabalho é dedicado à minha querida vó Lourdes, que deveria estar aqui me assistindo.

RESUMO

A República Islâmica do Irã e o Reino da Arábia Saudita são atores que rivalizam por liderança e por influência no Golfo Pérsico. Essa competição por predominância regional é de longa data, porém se tornou especialmente significativa após a Primavera Árabe, termo que se refere a uma série de manifestações populares no Oriente Médio iniciadas nos últimos meses de 2010. Essa rivalidade é estimulada por divisões regionais políticas, religiosas e identitárias, que são capitalizadas por Teerã e Riad para expandir sua influência no Golfo. Assim, o objetivo dessa dissertação é compreender tal competição através de uma abordagem construtivista de Relações Internacionais, aplicando a Teoria dos Papéis para analisar o comportamento iraniano e o saudita nos casos da Primavera Árabe no Bahrain e no Iêmen. Os estudos de caso foram escolhidos por serem os únicos do Golfo em que ocorreram conflitos armados e por serem considerados guerras *proxy* entre Irã e Arábia Saudita, nas quais os sauditas apoiam os governos e os iranianos, os manifestantes. Sugere-se aqui que Teerã e Riad projetam papéis nacionais específicos que são relevantes para a análise de suas políticas externas, como o papel de bastião das revoluções para os iranianos e o de agente anti-instabilidade para os sauditas. A Teoria dos Papéis pondera que os Estados atuam de acordo com seus diversos papéis, que são construções cognitivas dos tomadores de decisão de qual identidade estatal o país deve projetar no sistema internacional. Dessa maneira, nesta dissertação objetiva-se compreender as reações sauditas e iranianas nesses dois casos através da análise de seus papéis nacionais. Como conclusão, busca-se encontrar um melhor entendimento da dinâmica de rivalidade regional do Golfo através de uma abordagem teórica pouco utilizada nesses estudos.

Palavras-chave: Irã. Arábia Saudita. Teoria dos Papéis. Bahrain. Iêmen. Primavera Árabe.

ABSTRACT

The Islamic Republic of Iran and the Kingdom of Saudi Arabia are the main actors rivaling for leadership and influence in the Persian Gulf. Such competition for regional hegemony is long-standing, but it has become especially significant with the Arab Spring, which was a series of uprisings that began to shake the Middle East in late 2010. This rivalry is being fueled by religious, political and identity divisions that are exploited by both Tehran and Riyadh. Therefore, the objective of this dissertation is to understand this competition through a Constructivist approach of International Relations, by applying Role Theory to analyze the Iranian and Saudi behaviors in the cases of the Arab Spring in Bahrain and Yemen. Both case studies were chosen for being the only events in the Gulf in which armed conflicts happened, as well as for being considered proxy wars, whereby Iranians are said to be backing the protesters and the Saudis the government leaders. It is suggested that these countries project specific national roles that are relevant to the analysis of their foreign policy, such as the bastion of revolutions role for Tehran and the anti-instability agent for Riyadh. Role theory considers that states act according to their many national roles, which are cognitive constructions of what decisionmakers believe their nation should stand for in the international system. Hence, in this dissertation, I aim to understand Saudi Arabia's and Iran's reactions to those Arab Spring uprisings throughout their national roles, which are, when analyzed in context, a representation of the national identity each country chooses to project. As a conclusion, a better understanding of the region's competition for hegemony should be achieved by using a theoretical standpoint that is rarely employed.

Keywords: Iran. Saudi Arabia. Role Theory. Bahrain. Yemen. Arab Spring.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura I – Papéis Iranianos Rivalizam com Papéis Sauditas	48
Figura II – Papéis Sauditas Rivalizam com Papéis Iranianos	48

LISTA DE TABELAS

Tabela I - Papéis Tradicionais do Irã	46
Tabela II - Papéis Tradicionais da Arábia Saudita	47
Tabela III – Papéis Iranianos no Caso do Bahrain	67
Tabela IV – Papéis Sauditas no Caso do Bahrain	68
Tabela V – Papéis Iranianos no Caso do Iêmen	88
Tabela VI – Papéis Sauditas no caso do Iêmen	89
Tabela VII – Resumo dos Papéis do Irã	94
Tabela VIII – Resumo dos Papéis da Arábia Saudita	95

LISTA DE SIGLAS

APE	Análise de Política Externa
AQPA	Al'Qaeda da Península Árabe
ARAMCO	<i>Arabian American Oil Company</i>
BICI	<i>Bahrain Independent Commission of Inquiry</i>
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
EUA	Estados Unidos da América
GPC	General People's Congress
IFLB	<i>Islamic Front for the Liberation of Bahrain</i>
JMP	Joint Meeting Parties
OCI	Organização para a Cooperação Islâmica
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
P5+1	(grupo de negociações) EUA, França, Reino Unido, China, Rússia e Alemanha
PSF	<i>PeninsulaShield Force</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A TEORIA DOS PAPÉIS: OPERACIONALIZAÇÃO E METODOLOGIA	20
2. OS PAPÉIS NACIONAIS DO IRÃ E DA ARÁBIA SAUDITA NA RIVALIDADE DO GOLFO PÉRSICO.....	28
2.1 As concepções nacionais de papéis do Irã.....	28
2.1.1 Líder regional	28
2.1.2 Defensor da fé	31
2.1.3 Bastião das revoluções	32
2.1.4 Ponte.....	34
2.1.5 Agente anti-imperialista	36
2.2 As concepções nacionais de papéis da Arábia Saudita.....	38
2.2.1 Defensor da fé	38
2.2.2 Líder regional	41
2.2.3 Agente anti-instabilidade	43
2.2.4 Aliado fiel.....	44
2.3 As interações entre os papéis	47
3. A PRIMAVERA ÁRABE NO BAHRAIN E AS REAÇÕES DO IRÃ E DA ARÁBIA SAUDITA.....	51
3.1 A Primavera Árabe no Bahrain.....	51
3.2 Reação iraniana.....	55
3.3 Reação saudita	61
3.4 Os papéis encontrados na Primavera Árabe do Bahrain.....	68
4. A PRIMAVERA ÁRABE NO IÊMEN E AS REAÇÕES DO IRÃ E DA ARÁBIA SAUDITA.....	70
4.1 A Primavera Árabe no Iêmen	70
5.2 A reação iraniana	76
4.3 A reação saudita.....	82
4.4 Os papéis encontrados na Primavera Árabe do Iêmen	90
CONCLUSÕES	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98

INTRODUÇÃO

No típico imaginário ocidental, o Oriente Médio é considerado assaz diferente, onde cultura, religião e costumes permeiam todos os aspectos da vida das pessoas e das instituições de uma maneira que distingue a região das outras partes do mundo. Muitos, ao pensarem na região, imaginam algo distante de sua realidade, reproduzindo uma narrativa repleta de estereótipos que a relega ao exotismo (cf. TETI, 2007, p. 112-115; ABU LUGHOD, 2009, p. 94-96). Todavia, analisada com mais atenção, ela é dinâmica e complexa, uma vez que é composta por vinte e dois países, cada um possuindo características particulares que os inserem no sistema internacional. O Oriente Médio é essencial para a compreensão das dinâmicas globais e regionais atuais, provendo, assim, estudos de caso frutíferos para as mais diversas linhas de pesquisa. De fato, a análise dessa região em específico tem muito a oferecer às Relações Internacionais e a diversas preocupações da disciplina, como, por exemplo, o papel da diversidade cultural, das questões de identidade religiosa e de políticas étnicas e de jogos geopolíticos e geoestratégicos (VALBJORN, 2004, p. 118).

Com vistas ao deposto acima, a presente dissertação visa contribuir para os estudos de Relações Internacionais sobre o Oriente Médio. Mais precisamente, o Golfo Pérsico, península entre o Mar Arábico e o Vermelho, é a área geográfica foco deste trabalho.¹ Essa região tem um valor estratégico alto, visto que é uma zona muito rica em petróleo, correspondendo a quase metade das demandas energéticas do mundo (BOJARCZYK, 2012, p. 80). Ademais, a localidade, que historicamente foi alvo de intensas disputas por poder, é composta por uma combinação de várias etnias e culturas que interagem entre si, além de abranger diversos tipos de regimes, desde as monarquias conservadoras sunitas a reinos constitucionais, ditaduras seculares ou repúblicas islâmicas radicais (cf. ROGAN, 2012, p. 82).

O Golfo Pérsico, tal qual outras áreas extensamente estudadas nas Relações Internacionais, apresenta cenários em que países rivalizam em um jogo de poder e influência regional. Compreende-se como rivalidade os “sentimentos de inimizade entre dois ou mais países, caracterizando uma relação de extrema competição, muitas vezes marcada por

¹ Por Golfo Pérsico, entende-se a sub-região do Oriente Médio que entorna o Mar da Arábia e uma costa do Mar Vermelho. O espaço geográfico do Golfo é limitado pelo golfo de Omã, o estreito de Ormuz e o canal *Shattal-Arab*. Já os países que compõem a região são Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Bahrain, Kuwait, Iraque, Omã e Irã. É interessante destacar que há um debate sobre a nomenclatura da região, que é conhecida como Golfo Pérsico, Golfo Arábico ou Golfo dos países árabes.

hostilidade psicológica, na qual as ações de um rival são geralmente governadas contra o outro” (THOMPSON, 2011, p. 557, tradução nossa). Historicamente, a principal dinâmica de rivalidade no Golfo Pérsico deu-se entre a República Islâmica do Irã, a República do Iraque e o Reino da Arábia Saudita, países que se apresentavam como potências regionais com modelos políticos, culturais e étnicos distintos (AARTS; DUIJNE, 2012, p. 63; DOWNS, 2012, p. 204).²Entretanto, após a Guerra do Iraque de 1990³ e, principalmente, após a invasão do país por tropas estadunidenses em 2003⁴, as dinâmicas regionais reorganizaram-se e a rivalidade passou a concentrar-se na luta por supremacia entre Teerã e Riad (AARTS; DUIJNE, 2012, p. 64; JAHNER, 2012, p. 40).

Desta maneira, apresentam-se aqui os dois sujeitos de análise dessa dissertação, o Irã e a Arábia Saudita, países que se projetam como lideranças no Golfo e que rivalizam por predominância sobre os outros países da região. Nesse trabalho, parte-se da *primeira premissa* que essa rivalidade tem sido intensificada a partir de 2003 e ganhado caráter de Guerra Fria após a morte do iraquiano Saddam Hussein e da imersão do Iraque em guerra civil desde então (JAHNER, 2012, p. 44; WEHREY et al., 2009, p. 43). Nos próximos parágrafos, sintetizam-se quatro momentos históricos das relações entre Riad e Teerã, que são: (i) prévio a consolidação da rivalidade, entre anos 1950 a 1979 (alinhamento aos EUA); (ii) de 1979 aos anos 1990 (alta percepção de ameaça); (iii) dos anos 1990 até 2003 (abrandamento) e (iv) de 2003 aos dias de hoje (rivalidade direta).

O primeiro momento é dos anos 1950 até 1979, quando os dois países representavam as maiores monarquias da região, alinhadas aos EUA no contexto internacional da Guerra Fria. A sinergia entre Teerã e Riad ocorria porque eram monarquias, interessadas em preservar seus respectivos regimes conservadores e em impedir a emergência de qualquer ideologia ou movimento político revisionista na região (JAHNER, 2012, p. 39;

² O Irã é ainda uma república islâmica de população majoritariamente persa xiita; o Iraque era então um regime autoritário secular sunita que controlava uma maioria árabe xiita; e a Arábia Saudita é uma monarquia religiosa que comandava uma maioria sunita wahabita árabe e uma minoria xiita.

³ A chamada Primeira Guerra do Golfo se deu quando Saddam Hussein, em claras ambições imperialistas, invadiu o território do Kuwait argumentando que o mesmo estaria fazendo *dumping* no mercado petrolífero. Em resposta à invasão e com o argumento de libertar o Kuwait, uma coalização internacional, aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e liderada pelos EUA, desencadeou uma guerra por sete meses. Uma campanha conhecida como Operação Tempestade do Deserto logrou, com facilidade, libertar o território do Kuwait e, assim, iniciou-se um claro processo de isolamento internacional de Saddam Hussein.

⁴ Após os atentados às Torres Gêmeas, em 2001, os EUA invadiram o Iraque, em 2003, a fim de derrubar Saddam Hussein. Em seguida, os EUA se embrenharam em uma guerra civil e o atual alto grau de caos político, econômico e social em que se insere o Iraque transformou o país de uma potência regional a um provável Estado falido, permeado de milícias rivais e incapaz de se estabilizar.

ALTORAIIFI,2012, p. 70)⁵. Já existiam elementos de rivalidade entre Teerã e Riad nesse período – sobretudo a respeito da capacidade de influência sobre os países do Golfo e na liderança da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)⁶ –, mas havia muito mais cooperação regional devido ao vínculo com os estadunidenses (AARTS; DUIJNE, 2012, p. 65). Vale aqui destacar que o Oriente Médio, durante a Guerra Fria, encontrava-se dividido quanto ao alinhamento com as superpotências: de um lado, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), estavam países nacionalistas revisionistas associados à Síria e ao Egito⁷; de outro, com os EUA, havia um grupo de monarquias e regimes conservadores representados por Riad e Teerã (ALTORAIIFI, 2012, p. 103).

A aliança do Irã e da Arábia Saudita com os EUA era conhecida como a “estratégia dos dois pilares”. Ela era parte da Doutrina Nixon, que buscava apoiar políticas conservadoras na região a fim de impedir quaisquer avanços na influência da URSS, provendo apoio militar, econômico e diplomático em troca de aliados (BOJARCZYK, 2012, p. 93). A estratégia era, então, um jogo de barganha entre EUA, Irã e Arábia Saudita, no qual as duas monarquias garantiriam os interesses dos EUA na região, combateriam ideologias soviéticas e assegurariam o fluxo de petróleo para o Ocidente, enquanto os EUA proveriam segurança e apoio internacional (JAHNER, 2012, p. 39). Nesta conjuntura, Riad e Teerã cooperaram em diversas questões, como, por exemplo, no combate de elementos revolucionários e comunistas no Iêmen do Sul, no Zaire, na Somália e no Omã (ALTORAIIFI, 2012, p. 110-112).

Durante esse período, Teerã e Riad tinham estruturas governamentais similares e políticas externas complementares, o que levava à desconsideração de distinções importantes entre os países, como etnia, religião e cultura (JAHNER, 2012, p. 40; ALTORAIIFI, 2012, p. 112). Contudo, estas emergiram após a Revolução Islâmica Iraniana de 1979, que derrubou a monarquia e instaurou um regime fortemente oposto ao que ela representava (AARTS; DUIJNE, 2012, p 64; COOK; ROSHANDEL, 2009, p. 41). Assim, iniciou-se, a partir de 1979, o segundo período da rivalidade, que se estende até o início dos anos 1990. Tal momento é caracterizado por um embate quase que direto entre os dois países, que passaram a

⁵ Conforme será comentado mais adiante, o Irã estava, de 1925 a 1979, sob o reino monárquico da dinastia Pahlevi, que foi derrubada na Revolução Islâmica de 1979, quando foi instaurado o regime atual.

⁶ A OPEP foi criada em 1960, em Bagdá, com o interesse de centralizar os países produtores de tal recurso e controlar as políticas do seu mercado internacional.

⁷ De uma maneira sintética, o nacionalismo árabe surgiu durante o período colonial do Oriente Médio e se caracterizava pelo revivalismo da linguagem, da cultura e identificação do povo árabe. Nos anos 1950 e 1960, essa valorização se transformou em uma ideologia política, majoritariamente organizada pelo líder egípcio Nasser, que buscava, junto com outras elites políticas da região, alcançar independência, integrar sistemas políticos e combater o imperialismo, além de chamar atenção para a necessidade de modernização nacional e secularismo.

simbolizar modelos políticos e percepções do cenário internacional antagônicos. A partir de então, a mudança de regime no Irã colocou os dois países em oposição direta, na qual ambos se enquadraram como inimigos que ameaçavam a sobrevivência dos seus respectivos sistemas de governo (ALTORAIFI, 2012, p. 89).

Inicialmente, os sauditas preferiram não confrontar o líder da revolução, o aiatolá Ruhollah Khomeini e, inclusive, parabenizaram-no por sua vitória (AARTS; DUIJNE, 2012, p. 66). Contudo, a rápida percepção saudita de que o novo governo iraniano objetivava desestabilizar o *status quo* regional levou Riad a tomar ações para conter a expansão iraniana. Exemplos destas são o apoio que Riad deu a Saddam Hussein na Guerra Irã-Iraque⁸, nos anos 1980, e as inúmeras vezes que entrou em atrito com Teerã sobre os preços do petróleo no âmbito da OPEP (AMIRAHMADI; ENTESSER, 1993, p. 139).⁹ Outro exemplo crítico foi em 1987, quando, durante as peregrinações *Hajj*¹⁰, em Meca, muçulmanos iranianos protestaram contra os sauditas, gerando tumulto e a morte de mais de 400 pessoas. Tal crise levou a acusações mútuas entre os dois países e ao rompimento dos laços diplomáticos (TERRILL, 2011, p. 6).

Esse quadro novamente modificou-se nos anos 1990, após a morte de Khomeini e a ascensão de líderes políticos iranianos mais pragmáticos que se concentraram em modificar certas políticas. Dentre eles, dois presidentes, Ali Rafsanjani (1989-1997) e Mohammad Khatami (1997-2005), tomaram medidas para reduzir o isolamento internacional do Irã e para cooperar positivamente com os vizinhos a fim de dinamizar a economia (AARTS; DUIJNE, 2012, p. 68). Nesse contexto, os laços diplomáticos entre Teerã e Riad foram reatados em 1991, e, em 1997, pela primeira vez, os dois líderes políticos do país, o Príncipe Coroado Abdullah e o presidente Rafsanjani, reuniram-se e anunciaram publicamente o interesse de normalizar as relações (ALTORAIFI, 2012, p. 156). É importante notar que essa vontade política dos líderes iranianos coincidiu com a percepção de que o Iraque de Saddam Hussein apresentava-se como uma ameaça regional em comum para os dois países, principalmente

⁸ Logo após a Revolução Iraniana, em 1981, Saddam Hussein decidiu invadir o território iraniano e tomar a região do estreito de *Shatt al Arab*. Essa determinação do líder iraquiano, claramente expansionista e com interesse de impedir o avanço da ideologia revolucionária iraniana gerou a mais longa e violenta guerra contemporânea do Oriente Médio, que só teve fim em 1988, após um acordo assinado sob os auspícios das Nações Unidas. O confronto trouxe danos irrecuperáveis aos dois países, teve uso de armas químicas e resultou em mortes massivas de tropas e civis (COOK; ROSHANDEL, 2009, p. 42-45).

⁹ Em 1973, há o primeiro *boom* do petróleo e, com ele, percebeu-se a batalha por poder entre as lideranças da OPEP. Arábia Saudita e Irã, principalmente após a Revolução, discordam consideravelmente em diversas pautas, a fim de alcançar políticas mais favoráveis aos seus interesses. É importante destacar que, logo após 1979, Riad tentou fragilizar o regime dos aiatolás dentro da própria organização ao insistir na redução dos preços do petróleo, o que traria enormes déficits aos iranianos (AMIRAHMADI; ENTESSER, 1993, p. 141).

¹⁰ Peregrinações anuais religiosas islâmicas que levam milhares de muçulmanos de todos os cantos do mundo para Meca, na Arábia Saudita.

após a Guerra do Golfo. Pragmaticamente, não houve abandono da desconfiança mútua, entretanto, os dois países indicavam esforços para cooperação, não só para controlar o expansionismo iraquiano, mas também para colaborar em outras pautas, como a integração islâmica na Organização para a Cooperação Islâmica (OCI) e nas peregrinações *Hajj*, por exemplo (WEHREY et al., 2009, p. 17).

De todo modo, a Arábia Saudita e o Irã continuaram, nos anos 1990, países bastante divergentes no que tange ao tipo de estrutura institucional-governamental, a suas agendas econômicas e a projeções regionais.¹¹ Contudo, ao perceberem o Iraque como uma ameaça maior dentro do Golfo, a animosidade foi reduzida em prol da colaboração (JAHNER, 2012, p. 42; TERRILL, 2011, p. 3). Da mesma maneira que a Arábia Saudita se posicionou ao lado do Iraque na guerra dos anos 1980 contra o Irã, nos anos 1990 aliou-se ao Irã para fazer frente ao Iraque. Essas alternâncias condizem com a lógica de que o jogo geopolítico do Golfo resultava da triangulação entre Riad, Teerã e Bagdá, na qual os atores mediam pragmaticamente as oportunidades e os constrangimentos regionais para fazer suas alianças e para controlar o rival que representasse a maior ameaça (AARTS; DUIJNE, 2012, p. 65).

Esse contexto mudou bruscamente em 2003, criando um novo momento de rivalidade que se estende pelo período em que o seguinte trabalho é escrito. No âmbito da Guerra ao Terror¹², o Iraque foi invadido pelos EUA e o governo de Saddam Hussein foi derrubado, assim como qualquer possibilidade do país de ser, a curto e médio prazo, uma potência regional (WEHREY et al., 2009, p. 19). Washington logrou destruir todas as bases do autoritarismo de Saddam Hussein – banuiu o partido do ex-presidente, dissolveu as forças militares e expulsou a burocracia sunita do poder –, e o país acabou imerso em um complexo conflito doméstico. Atualmente, devido ao prolongamento da crise política e securitária no país, muitos consideram o Iraque um Estado falido (GAUSE III, 2014, p. 10). Consequentemente, após décadas, o contexto geopolítico do Golfo foi severamente modificado, e o Irã e a Arábia Saudita consolidaram-se como as duas potências que

¹¹ Segundo Al-Rasheed (2010), o principal desentendimento entre Irã e Arábia Saudita na OPEP ocorre no que se refere a garantir preços altos ou não dos recursos petrolíferos. Para o Irã, é importante que os preços se mantenham altos e atraiam divisas. Já para a Arábia Saudita, moderação deveria ser a lei, pois agradaria seus aliados e manteria maior estabilidade.

¹² A Doutrina Bush estabeleceu ambiciosos objetivos de longo prazo que se centravam em impedir o acesso a armas não convencionais por grupos terroristas e em combater as raízes do extremismo islâmico. Autorizando o uso preventivo da força e iniciando a chamada Guerra ao Terror, a doutrina possuía um escopo amplo que inclui não só grupos terroristas, mas também qualquer pessoa, organização ou Estado que, na visão estadunidense, fosse definido como hostil ou como patrocinador do terrorismo internacional (WRIGHT, 2007, p. 38-43). Eram claros os interesses da doutrina em alterar os regimes que não condiziam com os princípios de democracia estadunidense (WRIGHT, 2007, p. 43-49).

antagonizavam e que competiam por influência regional no Golfo, relegando o Iraque a mais um Estado passível de ser influenciado (JAHNER, 2012, p. 44).¹³

Percebe-se que as relações entre os dois países apresentaram picos de hostilidade e momentos de aproximação estratégica, variando conforme o cálculo feito por suas elites, que tendem a conciliar políticas pragmáticas e posicionamentos ideológicos (WEHREY et al., 2009, p. 79). Sustenta-se nesse trabalho que a variável ideacional é particularmente importante para compreender tal jogo de poder regional, pois é necessária a apreciação da interconexão entre conflitos domésticos, afinidades transnacionais e ambições estatais regionais (GAUSE III, 2014, p. 5). Desta maneira, esse trabalho tem como sua *segunda premissa* a lógica de que, para compreender a rivalidade entre o Irã e a Arábia Saudita, é imperativo abordá-la por uma ótica que considere as diversas interações entre variáveis materiais e ideacionais que levam os dois países a montarem suas alianças e clientelas não só no Golfo Pérsico, mas em todo o Oriente Médio.¹⁴¹⁵

Em sequência e reforçando o que é afirmado acima, considera-se como *terceira premissa* a ideia de que, na rivalidade, Teerã e Riad assumem papéis para si que são concebidos através da percepção de seus tomadores de decisão sobre a imagem e as funções que os países devem assumir no sistema internacional (HOLSTI, 1970, p. 244). O conceito de papel pode ser compreendido como um abrangente conjunto padronizado de imagens, de comportamentos e de atitudes que fornecem estratégias para que os atores lidem com situações recorrentes (ARAS, GORENER, 2010, p.76). O papel, logo, é um produto da construção cognitiva do ator de como seu comportamento deve ser, das expectativas da sociedade e do contexto particular em que se encontra (CHAFEZ; ABRAMSON; GRILLOT, 1996, p. 732). O conjunto deles, por sua vez, compõe a identidade estatal de um país, que tem

¹³ Ademais, o Iraque passou a representar um novo palco para a rivalidade entre sauditas e iranianos. O Irã viu na destituição de um governo sunita – que, durante muito tempo, oprimiu a maioria xiita iraquiana – uma oportunidade para angariar novos aliados e, assim, começou a auxiliar diretamente o político xiita Nouri al-Maliki no governo provisório instaurado em 2005 (HASHIM, 2014). Por outro lado, a possibilidade de um Irã mais influente regionalmente sem haver o regime iraquiano para contrabalancear preocupou os sauditas, que começaram a buscar meios de conter a influência de seu rival, financiando e dando assistência aos grupos sunitas iraquianos (BARZEGAR, 2008, p. 95).

¹⁴ Torna-se essencial destacar neste trabalho que a rivalidade não é restringida pelos limites geográficos dos países do Golfo, sendo presente na geopolítica de todo o Oriente Médio, em particular nos países do Levante (Síria, Iraque, Líbano), e também se expande para organizações internacionais, como a Organização para Cooperação Islâmica, a OPEP e, inclusive, as Nações Unidas. Contudo, para fins de recorte espacial e analítico da presente dissertação, a análise concentra-se nos acontecimentos do Golfo.

¹⁵ Até os dias de hoje, a rivalidade nunca gerou um embate direto entre Irã e Arábia Saudita. O que ocorre são casos de conflitos *proxy*, ou seja, através do uso de atores substitutivos (CRAIG, 2009, p. 5). Em outras palavras, Irã e Arábia Saudita se enfrentam não em uma luta direta, mas indiretamente, por meio da interferência em conflitos em outros países, financiando e abastecendo belicamente Estados ou grupos militares e manipulando o acesso a informações (FLORENSA, 2014, p. 39; GAUSE III, 2014, p. 19).

interferência sobre as escolhas de política externa tomadas em um determinado contexto (ALTORAIIFI, 2012, p. 41). Desta maneira, a rivalidade será estudada neste trabalho através de uma análise dos papéis assumidos por Irã e Arábia Saudita na projeção regional de suas identidades estatais.

Por fim, toma-se como a *quarta premissa* concepção de que uma rivalidade por poder regional é melhor percebida em momentos de instabilidade (sejam esses de natureza política, social, econômica ou institucional), pois são neles que as potências buscam meios para angariar aliados estatais e não-estatais (GAUSE III, 2014, p. 8; THOMPSON, 2011, p. 560). Em muitos casos, as partes conflitantes nos países instáveis fazem alianças com potências regionais a fim de receber auxílio financeiro, ideológico ou militar (BARZEGAR, 2008, p.99). Na maioria das vezes, essas alianças são justificadas por fatores identitários, ideacionais, sectários e étnicos, mas em alguns casos elas têm apenas um caráter pragmático estratégico (JAHNER, 2012, p. 44; WEHREY et al., 2009, p. 43). Em outras palavras, esses períodos de instabilidade fornecem oportunidades e desafios para alteração do jogo geopolítico assumido por potências que rivalizam em uma região particular. De fato, essa lógica é eficiente para analisar a competição no Golfo. Gregory Gause III (2014, p. 4) afirma que o Irã e a Arábia Saudita tentam beneficiar-se de conflitos domésticos em outros países da região para encontrar novos parceiros regionais e assisti-los ideológica, política, financeira, diplomática ou militarmente.

Dentre os diversos momentos de instabilidade no Golfo, escolheram-se como objetos de análise da dissertação as Primaveras Árabes do Bahrain e do Iêmen. Dá-se o nome de Primavera Árabe à série de manifestações que aconteceram em quase todo o Oriente Médio a partir de dezembro de 2010, quando o jovem tunisiano Muhammad Buaziz auto se imolou em um ato desesperado de protesto, transformando-se em um símbolo transnacional. Em amostras de solidariedade com o caso tunisiano, jovens árabes em diversos países passaram a clamar por reformas e pela queda de regimes, desencadeando, em questão de meses, levantes na Tunísia, no Egito, na Líbia, na Síria, no Bahrain e no Iêmen (CHUBIN, 2012, p. 16). Quatro anos depois, não é possível responder com precisão se a Primavera chegou a seu fim, que rumos foram tomados e nem se os movimentos alcançaram seus objetivos iniciais.

As manifestações que ocorreram variaram muito conforme o país, contudo, de uma maneira geral, todas colocavam em xeque as afinidades políticas e culturais do povo com seus governos. Não havia uma ideologia transnacional coesa que alinhasse todos os protestos, mas pode-se afirmar que os países compartilhavam altos índices de desemprego, de repressão

política, de desigualdade e de corrupção (CHUBIN, 2012, p. 15). Ademais, diagnosticou-se uma crescente disparidade entre as expectativas e a realidade da juventude árabe, principalmente intensificada após a crise econômica de 2008, que levou a aumento geral dos preços e a maior instabilidade financeira (DALACOURA, 2012, p. 66). A Primavera Árabe pode, então, ser caracterizada por movimentos sociais dinâmicos que contestavam as condições socioeconômicas e políticas e os governos não representativos.

Em relação ao Golfo, a Primavera Árabe também teve sua repercussão, e quase todos os países testemunharam algum tipo de protesto, desde casos de manifestações online e petições até insurgências violentas (COLOMBO, 2012, p. 2). Os dois casos na região que tomaram rapidamente dimensões de confronto direto entre o regime e os manifestantes foram do Bahrain e do Iêmen. Esses dois casos foram os únicos na região que tiveram intervenção militar para conter as manifestações (em 2011 e 2015, respectivamente), o que faz deles estudos de caso ideais para se verificar a rivalidade entre Irã e Arábia Saudita.¹⁶

Descritas as quatro premissas que regem a presente dissertação, apresenta-se como *objetivo* desse trabalho compreender como ocorre a dinâmica da rivalidade entre Irã e Arábia Saudita no Golfo Pérsico, através da ótica da Teoria dos Papéis, e se tal antagonismo tem se modificado ao longo da Primavera Árabe. O intuito principal é verificar se a posição das duas potências regionais está de acordo com seus papéis tradicionalmente assumidos na rivalidade ou se indicam alguma mudança.

Dito isso, a *pergunta* que esse trabalho visa responder é: ‘tendo em vista as reações do Irã e da Arábia Saudita frente às Primaveras Árabes do Bahrain e do Iêmen, houve modificações nos papéis nacionais assumidos na rivalidade regional no Golfo Pérsico?’. Dada tal pergunta, a *hipótese* que se apresenta é que a conjuntura da Primavera Árabe serviu como contexto para que a Arábia Saudita alterasse alguns de seus papéis a fim de rivalizar com o Irã e de impedir que este expandisse sua influência no Golfo, enquanto o Irã teve um comportamento sobretudo reativo e retórico frente aos acontecimentos regionais que se iniciaram em 2011.

Por fim, determinou-se como *recorte temporal* para a análise dos papéis iranianos e sauditas o período desde a formação dos regimes atuais de cada país, 1979 e 1932, respectivamente, até o período anterior à Primavera Árabe, no ano de 2010. Já para os dois estudos de caso, focou-se nos acontecimentos a partir de 2011 no Bahrain e no Iêmen. É

¹⁶ Em outros cenários do Oriente Médio, como no Iraque ou na Síria, a rivalidade pode assumir outras proporções do que no Golfo. Essa nota objetiva, então, reconhecer as diferentes dinâmicas de comportamento e projeção de imagens que os países podem apresentar dependendo do contexto e do espaço em que estão inseridas.

importante notar que a análise do caso do Bahrain foi finalizada em 2013, devido à supressão das manifestações e à impossibilidade de encontrar maiores dados referentes aos acontecimentos após essa data. Já no caso do Iêmen, onde os desdobramentos da Primavera Árabe ainda estão em andamento, buscou-se o máximo de informações até o primeiro semestre de 2016, o que explica a razão de o capítulo ser mais extenso.

É importante destacar, justamente, que uma limitação ao trabalho é o fato de a Primavera Árabe ser um evento muito recente e que acontece em contextos restritivos, onde mídias e publicações são controladas e o acesso a informação é, muitas vezes, cingido. Desta maneira, o acesso a certos materiais sobre o que acontece no Bahrain e no Iêmen é um impeditivo à análise que se pode fazer. Ainda outra restrição é de caráter linguístico. A autora lê em português, em inglês, em espanhol e em francês, sendo que toda uma parcela de literatura escrita em árabe, farsi ou outra língua regional não é utilizada.

Estruturalmente, a dissertação é composta por três capítulos de análise, a presente introdução, um marco teórico, uma conclusão e elementos não-textuais. O segundo capítulo é o marco teórico, que descreve a Teoria dos Papéis, abordagem que não só informa diversos conceitos que guiaram o trabalho, mas também providencia a metodologia que foi utilizada. O terceiro capítulo tem como objetivo descrever quais são os papéis nacionais tradicionalmente assumidos pelo Irã e pela Arábia Saudita na rivalidade, desde 1979, com a descrição de nove papéis, cinco para Teerã e quatro para Riad. O quarto e o quinto capítulo são os dois estudos de caso da dissertação, que seguiram o mesmo modelo: primeiramente, se contextualizou a Primavera Árabe no país em questão (Bahrain, no quarto capítulo, e Iêmen, no quinto), seguida das reações iranianas e sauditas diante dos acontecimentos. No final de cada um desses capítulos, há uma comparação entre as reações encontradas e os papéis tradicionais descritos no terceiro capítulo. O propósito é mostrar quantos papéis são perceptíveis nas reações, o que mudou e o que se manteve constante. Por fim, encontram-se as conclusões e algumas recomendações para pesquisas futuras.

1. A TEORIA DOS PAPÉIS: OPERACIONALIZAÇÃO E METODOLOGIA

Segundo Andrea Teti (2007, p. 136), toda pesquisa que visa analisar as Relações Internacionais do Oriente Médio pelos mesmos parâmetros científicos-sociais utilizados em outras áreas geográficas é válida e deve ser incentivada, pois foge da tendência de relegar a região ao exotismo. De acordo com Brent Sesley (2011, p. 17-18), grande parte da literatura clássica sobre Oriente Médio tende a escolher as lentes teóricas do Realismo, pois essas analisam turbulências regionais a nível sistêmico e percebem Estados como atores coesos. Contudo, há contundentes críticas sobre a eficácia da aplicação de tal abordagem, visto que ela costuma ignorar certas variáveis não-materiais que muitas vezes são essenciais para a compreensão dos acontecimentos na região. Essas avaliações fazem parte de um debate ainda maior sobre o suposto universalismo de teorias *mainstream* de Relações Internacionais, que, mesmo sendo produzidas no centro para o centro, se afirmam aplicáveis em qualquer área periférica à produção de conhecimento.¹⁷ Para Raymond Hinnebusch (2003, p. 1), os paradigmas Realistas e Neorrealistas não conseguem abordar a total complexidade do Oriente Médio, cuja melhor compreensão depende de uma teoria que dê relevância a fatores históricos e que reconheça a existência de atores não coesos em constantes mutações.

O Oriente Médio, assim como outras periferias do Sistema Internacional, foi invadido, fragmentado e reestruturado por países do centro, imperialistas e dominantes, que impuseram um sistema político e estatal que não é endógeno nem natural (HINNEBUSCH, 2003, p. 2). Reconhecer que nestas características históricas da região encontram-se as raízes que explicam o comportamento dos Estados faz com que se torne inadequado analisá-los por uma abordagem teórica a-histórica ou que considere todos os Estados como atores racionais. De fato, de acordo com Shahrbanou Tadjbakhsh (2012, p. 174), tentar enquadrar os Estados do Oriente Médio nos modelos teóricos clássicos Realistas somente limita a capacidade de compreensão da realidade local. A análise que busca estudar a formação estatal desses países, assim como suas políticas domésticas e suas visões de mundo, deve incluir, em sua pesquisa, variáveis ideacionais, normas culturais e valores sociais (HINNEBUSCH, 2003, p. 2). Assim, acredita-se ser necessária uma perspectiva teórica que não negligencie religião, cultura e

¹⁷ Cf. TICKNER, Arlene; BLANEY, David (Eds.). **Thinking International Relations Differently (Worlding Beyond the West)**. Rio de Janeiro, São Paulo: Routledge, 2012; e TICKNER, Arlene; WEAVER, Ole (Eds.). **International Relations Scholarship around the World**. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2009.

ideologia, pois elas interagem constantemente com a política e com a estrutura, condicionando, portanto, o comportamento dos países (TADJBAKSH, 2012, p. 181).

Diversos autores justificam a escolha do Construtivismo como abordagem teórica para o estudo das Relações Internacionais do Oriente Médio (HINNEBUSCH, 2003; TADJBAKSH, 2012; TETI, 2007; SESLEY, 2011; VALBJORN; BANK, 2012). Tadjbaksh (2012, p. 187) sugere que ele pode se adaptar de maneira eficiente, pois postula que as Relações Internacionais se constituem através de uma complexa interação de fatores ideológicos e materiais. Já Teti (2007, p. 135) afirma que a intersubjetividade de normas e de ideologias permeada no pensamento Construtivista pode ser apropriada para entender a dimensão ideacional da geopolítica da região e os constrangimentos culturais sobre as tomadas de decisão políticas. Igualmente, Paul Hinnebusch (2003, p. 2) argumenta que estruturas sistêmicas são mais do que somente configurações materiais de poder e de riqueza, incluindo, também, normas culturais derivadas de suas identidades, características que o Construtivismo ajuda a compreender.

Desta maneira justifica-se a escolha neste trabalho da abordagem teórica construtivista, pois esta oferece compreensões alternativas de diversos temas de Relações Internacionais ao considerar que tanto a estrutura quanto os agentes do sistema internacional são constituídos por interações subjetivas de cultura, de identidade, de normas, de instituições, de processos e de práticas sociais (HOPT, 1998, p. 173). Supõe-se que as variáveis identitárias são essenciais para analisar os interesses e as escolhas dos Estados, que devem ser teorizados dentro de um contexto histórico, cultural, político e social (WENDT, 1994, p.394). Portanto, pela epistemologia construtivista, é possível compreender identidades como algo que oferece a cada país uma compreensão de como o outro se comporta, de quais são os seus motivos, interesses e prováveis ações em um determinado contexto político (HOPT, 1998, p. 193).

A linha de pesquisa que esta dissertação segue é a de Análise de Política Externa (APE). Os estudos de APE têm como objeto a política internacional de governos específicos, considerando seus determinantes, seus objetivos, suas tomadas de decisão e suas ações efetivas (SOLÓMON; PINHEIRO, 2013, p. 40). Sustenta-se aqui que tal abordagem (que tende a focar na elite tomadora de decisão em política externa de um país) é útil tanto para a Arábia Saudita, quanto para o Irã. Por um lado, a política externa saudita é elaborada em pequeno círculo de confiança do rei e dos príncipes mais próximos, não passando por escrutínio do povo (RAMAZANI, 1992). Já no caso iraniano, apesar do país ser fortemente

fracionado em diferentes elites políticas, todas são constrangidas pelos princípios revolucionários de 1979 e, também, pelos aparatos religiosos que comprimem o sistema político.¹⁸ Assim, nos casos de ambos os países, as decisões em política externa acabam ou sendo controladas por essas amarras, ou correspondendo a interesses paroquiais de um específico grupo que esteja no poder, o que justifica analisar a tomada de decisão através do comportamento das elites políticas (WEHREY et al., 2009, 7; ALTORAIFI, 2012, p.20).

São diversas as ferramentas de APE que corroboram a abordagem Construtivista, dentre elas está a Teoria dos Papéis, escolhida como marco teórico deste trabalho. Ela deriva da Sociologia e foi primeiramente aplicada às Relações Internacionais por J. K. Holsti, no seminal artigo “*National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy*”, publicado em 1970. A Teoria dos Papéis é uma ferramenta de APE que foca nos constrangimentos e nos incentivos do tomador de decisão em política internacional, de acordo com a identidade estatal dos países, e tem sido utilizada nos estudos de política internacional para explicar a tomada de decisão das elites quanto a políticas externas.

Dentre os autores que aplicaram essa teoria, se destacam: Stephen Walker (1979, 1981, 1987), Cameron Thies (2012), Philippe Le Pestre (1997), Christine Ingebritsen (2002), Bulent Aras e Aylin Gorennes (2010), Ole Elgstrom e Michael Smith (2006), Hillel Abramson, Glenn Chafetz e Suzette Grillo (1996), Michael Barnett (1993), Lisbeth Aggestam (2004, 2006), Richard Adigbuo (2007) e Sebastian Harnish (2010, 2012). Em relação aos estudos sobre o Oriente Médio, pode-se destacar as publicações de Bulent Aras e Aylin Gorennes (2010), que aplicaram a teoria ao ativismo político regional da Turquia, e Michael Barnett (1993), que estuda instituições no Mundo Árabe pela ótica dos papéis.

A Teoria dos Papéis resultou de uma comparação ao teatro, no qual atores são constrangidos a certos comportamentos previstos por roteiros que lhe são dados para atuarem no palco (JACKSON, 1972). Analogamente, os indivíduos de uma sociedade se comportam de maneiras previsíveis de acordo com as diferentes identidades sociais que possuem previamente para interagirem com a estrutura em que estão inseridos (BIDDLE, 1986, p. 68). Os papéis seriam esses comportamentos previsíveis, que constroem ou que incentivam a ação, resultados da construção cognitiva e complexa de um ator de como seu comportamento deve ser, das expectativas da sociedade sobre ele e do contexto particular em que se encontra (CHAFEZ, ABRAMSON, GRILLOT, 1996, p. 732). Ao transportar o conceito da Sociologia para os Estudos Internacionais, Holsti (1970) baseou-se no interacionismo simbólico de

¹⁸ Como será visto no próximo capítulo, o sistema político iraniano possui um líder islâmico que seria supremo e hierarquicamente dominante sobre todos os outros aparatos do Executivo, Legislativo e Judiciário do país.

George H. Mead, que explora as características do *self* e do *alter* (BÊNES, 2011, p. 19).¹⁹ Assim sendo, Holsti considerou o Estado como o ator, suas concepções nacionais de papéis (componentes da identidade estatal), os roteiros, e o sistema internacional, o palco.

A Teoria dos Papéis pode ser associada à perspectiva Construtivista exatamente pelo valor que dá à interação entre identidade e estrutura na análise da tomada de decisão de um ator. Segundo Glenn Chafetz, Hillel Abramson e Suzette Grillo (1996, p. 732-733), a teoria, quando aplicada às Relações Internacionais, assume que os Estados se comportam de acordo com papéis específicos que as elites políticas identificam para seu próprio país. Em outras palavras, essa abordagem teórica dá ao Estado um senso de identidade, de individualidade, no momento em que se aceita que ele tem papéis definidos para agir dentro do sistema internacional (BÊNES, 2011, p. 20). Para Holsti (1970, p. 245), a ideia central da Teoria dos Papéis é que os tomadores de decisão dos Estados definem um conjunto de padrões genéricos para as ações, regras, comprometimentos e decisões que são adequados para seus Estados conforme suas próprias percepções de identidade nacional.

Nesse sentido, Philippe Le Pestre (1997, p. 5) afirma que um papel é uma reivindicação do próprio Estado no sistema internacional, um reconhecimento por parte dos atores e uma concepção nacional de identidade. Considera-se aqui que o conjunto de papéis que um Estado assume é a identidade estatal (*self*) que ele projeta frente os outros (*alter*). Segundo Ann Towns (2002, p. 160), a própria constituição do Estado depende da definição delimites entre o *self* e o *alter*: a identidade estatal não é uma característica pré-moldada, e, sim, um processo de diferenciação que faz do Estado algo inteligível como um ser social e o permite a concretização de suas manifestações institucionais. De tal maneira, a política externa e a maneira pela qual o país interage com a estrutura internacional são componentes essenciais da identidade estatal. Esta, por sua vez, pode ser compreendida como o conjunto dos papéis assumidos, sendo um símbolo das normas e valores que o Estado defende frente aos outros e da posição que busca alcançar na comunidade internacional (ALTORAIIFI, 2012, p. 22).

Em suma, a identidade estatal de um país é o conjunto de seus papéis concebidos. Logo, ela pode ser vista como um produto dos entendimentos subjetivos de quem está no poder, os quais acabam sendo incorporados pelos discursos e normas (ALTORAIIFI, 2012, p. 23). Portanto, é inegável a relação simbiótica entre identidade estatal e tomada de decisão em

¹⁹ G. H. Mead explorou o impacto do comportamento humano dos outros nas autoconcepções do indivíduo e as distinções que este faz dos conceitos de *alter* e de *self*. Alexander Wendt (1999) utilizou Mead como um dos princípios chave da teoria Construtivista (HOLSTI, 1970, p. 237).

política externa: ao tratar identidade estatal como uma variável, reconhece-se que ela pode ter um efeito causal ou constitutivo no porquê de um líder tomar uma decisão, e não outra, em diferentes conjunturas internacionais. Além disso, não se pode ignorar que tais identidades não são um objeto coeso e unificado, visto que o discurso que as projetam pode mudar conforme o tempo, a conjuntura ou quem está no poder (BARNETT, 1993 *apud* TOWNS, 2002, p. 161).

Por fim, papéis são compostos por elementos contextuais, sociais e materiais que devem ser computados na análise (CHAFETZ; ABRAMSON; GRILLOT, 1996, 736). A Teoria dos Papéis funciona como uma ferramenta com potencial analítico alto e passível de aplicações empíricas ricas, uma vez que abarca fatores não sociais (tamanho da população, força econômica, etnia e geografia), sociais (ideologia política, valores e tradições da população) e estruturais (conjuntura, percepção dos outros, cenários) na compreensão de como os políticos de um Estado devem projetar a imagem de seu país.

Além do valor analítico, a Teoria dos Papéis também é atrativa por seu rigor conceitual (BÊNES, 2011, p. 31). Holsti (1970, p. 240) cunhou quatro conceitos chaves para analisar política externa sob a ótica da teoria: (i) concepção nacional de papel, (ii) performance de papel, (iii) prescrições de papel e (iv) posição. Os dois primeiros conceitos correspondem à ação do agente (*self*), enquanto os dois últimos correspondem à ação dos outros (*alter*) dentro da estrutura internacional, satisfazendo, assim, a adaptação dos preceitos sociológicos de George Herbert Mead sobre o comportamento humano em sociedade para o sujeito estatal. Deste modo, ontologicamente, a Teoria dos Papéis se aproxima da abordagem individualista e interpretativa do Construtivismo, pois afirma que explicações científicas sociais podem ser redutíveis às propriedades ou às interações dos indivíduos (WENDT, 1999, p. 26).

O primeiro conceito, concepção nacional de papel, remete à ideia de Holsti de que os papéis assumidos por um Estado no sistema internacional não são exclusivamente gerados pela distribuição de poder (AGGESTAM, 2006, p. 13). Concepções nacionais de papel são construções cognitivas que correspondem às próprias definições dos tomadores de decisão sobre os tipos de comprometimentos, de regras, de funções e de ações que seu Estado pode tomar (HOLSTI, 1970, p. 245). Elas são produtos do processo de socialização do Estado, esse, por sua vez, influenciado por fatores históricos, culturais, sociais e materiais (AGGESTAM, 2006, p. 13). Uma concepção de papel define, então, as responsabilidades e as obrigações em política externa, geralmente revelando as intenções e os motivos do ator

(AGGESTAM, 2006, p. 19). Uma novidade que o estudo de Holsti traz é que papéis não devem ser compreendidos através de discussões teóricas abstratas, e, sim, analisados indutivamente através do que os próprios tomadores de decisão percebem, definem e anunciam como os papéis dos países (AGGESTAM, 2006, p. 14).

Já o conceito de performance de papel pode ser definido como o comportamento dos governos em política externa. As performances de papel incluem padrões de atitudes, decisões, respostas, funções e comprometimentos diante dos outros Estados (HOLSTI, 1970, p. 245). Sugere-se que há uma correlação entre concepções nacionais de papel e performance de papel, sendo que o comportamento em política externa pode ser, em grande parte, explicado pela concepção nacional, que é, por sua vez, empiricamente encontrada nos discursos dos tomadores de decisão (AGGESTAM, 2006, p. 20).

Em suma, papéis nacionais e performances de papel são eficazes para conceituar e operacionalizar a identidade estatal de um país e a maneira que ela age sobre a tomada de decisão em política externa. Como já mencionado, as identidades estatais são elaboradas na formação de um Estado, mas nunca são estáticas, porque podem mudar de maneira sutil cada vez que o Estado engaja internacionalmente ou bruscamente em alguns casos específicos de instabilidade ou de alteração de regimes. Durante períodos de estabilidade, a identidade estatal funciona como uma *raison d'État* para os tomadores de decisão, um roteiro de como devem agir. Já os momentos críticos de instabilidade (doméstica ou regional) podem forçar a modificação de papéis e, conseqüentemente, de identidades, funcionando, assim, como uma pressão para alterar as normas e os interesses de um país e para redefinir suas relações com outros (ALTORAIFI, 2012, p. 48).

Dessa maneira, é importante reconhecer que papéis podem mudar, seja por interesse da elite no poder, seja por conseqüências políticas domésticas, ou ainda alterações no sistema internacional ou regional (BREUNING, 2011, p. 30-31).²⁰ De acordo com Marijke Breuning (2011, p. 31), mudanças fundamentais nos papéis acontecem quando ocorre uma modificação na estrutura, uma alternância estratégica na liderança política ou algum tipo de crise. Uma transformação nos papéis pode ter efeitos diretos sobre a tomada de decisão no cenário internacional, da mesma forma que uma decisão de política internacional pode levar a alterações constantes na identidade estatal de um país (ALTORAIFI, 2012, p. 50). Portanto,

²⁰ Para melhor compreensão das mutações possíveis que um papel pode ter com o decorrer do tempo, cf. HARNISH, Sebastian (org.). **Role Theory in International Relations**. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2011.

torna-se bastante eficiente o uso da Teoria dos Papéis para investigar mudanças e continuidades nas políticas externas do Irã e da Arábia Saudita após a Primavera Árabe.

Visto que o objetivo deste trabalho é compreender se as mudanças na estrutura (instabilidades geradas na Primavera Árabe) alteraram os papéis que o Irã e a Arábia Saudita assumem tradicionalmente na rivalidade do Golfo Pérsico, o foco será somente na concepção das elites políticas de ambos. Não ignorando a importância das percepções do *alter* (prescrição de papel e posição), a metodologia é seletiva ao concentrar-se somente nos papéis e nas performances (*self*) a fim de priorizar o caráter de análise de política externa.

No que se refere à metodologia da dissertação, a Teoria dos Papéis disponibiliza um aparato eficiente e simples que será operacionalizado no decorrer do trabalho. O método determinado por Holsti (1970) para encontrar as concepções nacionais dos países consiste na análise dos pronunciamentos e do conteúdo de discursos dos principais tomadores de decisão, em conjunto com uma pesquisa histórico-qualitativa dos posicionamentos do país sobre um específico assunto. Tal procedimento continuou como praxe na maioria dos outros trabalhos que utilizam a teoria dos papéis em Relações Internacionais. Segundo Chafetz, Abramson e Grillo (1996, p. 741), analisam-se as falas dos indivíduos que ocupam essas posições porque se pode assumir que eles representam a máxima autoridade sobre os interesses da elite política de um país sobre política externa.

A pesquisa que utiliza a Teoria dos Papéis deve se valer de fontes textuais, incluindo discursos, posicionamentos oficiais, entrevistas, memórias e material de arquivo (LE PESTRE, 1997, p. 12). Os posicionamentos iranianos e sauditas são tirados, majoritariamente, de fontes jornalísticas dos dois países e de documentos oficiais dos governos disponibilizados online e em inglês. Os principais jornais para o Irã são o *Tehran Times*, *Fars News*, *Press TV*, *Mehr News Agency* e *Iran Tracker*; os sauditas são *Gulf News*, *Al-Riyadh*, *Al Arabiya News*, *Al-Awsat*; há também outras mídias especializadas em Oriente Médio, como *Al Monitor*, *Al-Jazeera*, *Reuters*, *Foreign Policy*, *Gulf Research Center* e *Middle East Council*. Importa aqui constar que todas as citações retiradas dessas fontes (e outros jornais que por via não foram citados previamente) são traduzidas pela autora do original em inglês.

Após contextualização do marco teórico que permeia toda a análise da presente dissertação, parte-se para a pesquisa empírica que foi dividida em duas partes centrais. Na primeira, definiram-se os tradicionais papéis que o Irã e a Arábia Saudita adotam na rivalidade regional desde 1979 até 2010, período imediatamente anterior à Primavera Árabe. Na segunda parte, desenvolvem-se os dois estudos de caso, contextualizando os

acontecimentos no Bahrain e no Iêmen e descrevendo as reações de Teerã e de Riad frente tais acontecimentos, para, assim, elencar se há modificações nos papéis tradicionais anteriormente descritos.

2. OS PAPÉIS NACIONAIS DO IRÃ E DA ARÁBIA SAUDITA NA RIVALIDADE DO GOLFO PÉRSICO

Segundo Altoraiifi (2012, p. 73), através de suas concepções nacionais de papéis, os Estados buscam atribuir significados a si mesmos e às suas visões de mundo em relação aos outros, manifestando seus valores normativos e suas escolhas de política externa. Desta maneira, propõe-se neste capítulo a definição dos papéis assumidos tradicionalmente pelo Irã e pela Arábia Saudita no contexto da rivalidade desde a formação de seus regimes atuais. No caso iraniano, desde a Revolução de 1979, e no saudita, desde a instauração da dinastia Saud, em 1932. É importante destacar que, considerando-se que o objetivo é buscar por alterações e continuidades após a Primavera Árabe, a análise do presente capítulo é até 2010.

Encontraram-se nove papéis para Teerã e Riad, que são sintetizados neste capítulo, no qual se destacam as principais características que compõem a identidade estatal dos dois países e de que maneira agem sobre a política externa tomada no contexto da rivalidade. São eles, para o Irã: (i) líder regional; (ii) defensor da fé; (iii) bastião das revoluções; (iv) ponte; (v) independente ativo e agente anti-imperialista. Já para a Arábia Saudita são: (i) defensor da fé; (ii) líder regional; (iii) agente anti-instabilidade e (iv) aliado fiel. É essencial destacar que a nomenclatura desses papéis foi tirada de outras literaturas que aplicaram Teoria dos Papéis previamente, são elas: Holsti (1970), Chafez, Abramson e Grillot (1996) e Carvalho Pinto (2015a). Ao final do capítulo, buscou-se correlacionar esses papéis e diagnosticar como se dá a interação entre eles.

2.1 As concepções nacionais de papéis do Irã

2.1.1 Líder regional

Entre os papéis que o Irã projeta internacionalmente, o primeiro que deve ser destacado é o de líder regional, já que muito dos outros estão, direta ou indiretamente, associados ao interesse iraniano de ser reconhecido como um ator central no Oriente Médio e, principalmente, no Golfo Pérsico. Entende-se aqui como líder regional aquele país que tem, dentro de uma área geográfica específica, poder e influência sobre outros países e sobre as políticas ali tomadas, destacando-se não só por suas capacidades militares, econômicas e geográficas, mas também políticas e ideológicas (FLEMES; WOJCZWSKI, 2010, p. 6-8). O Irã vale-se de atributos culturais, históricos e geográficos para projetar esse perfil de liderança regional.

A história iraniana é marcada por sucessivos imperadores e monarcas que, por séculos, afirmavam que a Pérsia deveria emergir como uma potência predominante na região (TAKEYH, 2009, p. 12; ABRAHAMIAN, 2008, p. 2-7). Desde os períodos pré-islâmicos, existia uma civilização rica estabelecida no que é hoje o território iraniano. É fato conhecido que esta população sobreviveu a diversos saques, invasões e guerras, alcançando seu auge durante o Império Persa (550 a.C. – 330 a.C.)(ALTORAIFI, 2012, p. 133). Essa ideia é fortemente presente no imaginário nacional do país e dá aos iranianos um senso de pertencimento territorial e de identificação cultural, sentimentos enraizados na consciência de uma origem comum, na qual a maioria dos cidadãos compartilha etnia, língua e religião (RAMAZI, 2008, p. 3). Pode-se afirmar que um argumento na retórica dos líderes iranianos quando estão clamando pelo direito de o Irã ser reconhecido como um ator dominante é a convicção de ser uma nação milenar que resistiu às vicissitudes regionais e logrou construir um império (ALTORAIFI, 2012, p. 134; TAKEYH, 2009, p.12-14).

Já a importância geográfica iraniana é incontestável, pois o país se localiza estrategicamente entre a Europa e a Ásia, com acesso direto ao mar Cáspio, ao Golfo de Omã e ao Golfo Pérsico. A localização privilegiada sempre o expôs ao jogo político das potências internacionais, fato que somente intensificou após a descoberta de reservas de petróleo em seu território, na primeira década de 1900 (ABRAHAMIAN, 2008, p. 55). Consequentemente, no imaginário nacional iraniano, foi cunhada a lógica de que o país estaria sendo cobiçado por outros continuamente, tornando necessário assegurar a soberania e a integridade territorial frente às ameaças externas (EHTESHAMI; HINNEBUSCH, 1997, p. 28). Projetar-se como um líder regional seria uma maneira de se defender de tais ameaças, da mesma maneira que funcionaria como uma resposta a uma composição geográfica cultural e geográfica diferente da sua (a maioria dos países vizinhos é árabe sunita, enquanto o Irã é o único persa xiita). Se, por um lado, os iranianos viam sua história e sua geografia como fonte legitimadora de liderança regional, o papel também se apresentava importante para a sobrevivência de uma nação que se percebia diferente dos demais (TAKEYH, 2009, p. 2).

O interesse de se projetar como líder regional é encontrado tanto durante o regime monárquico Pahlevi²¹, quanto no discurso revolucionário de 1979, mas com argumentações diferentes. Durante o período dinástico, o Irã se beneficiava de sua aliança privilegiada com os EUA para se lançar como um líder conservador no Golfo. Em 1979, o papel que o Irã

²¹ Durante o regime Pahlevi, o país oficialmente tentou se consolidar como a principal potência militar da região. O Xá afirmava que o país tinha “responsabilidades históricas” na região. Por exemplo, em 1971, o Irã ocupou três ilhas estratégicas do Golfo, Abu Musa e as duas Tumb, diretamente confrontando os Emirados Árabes Unidos, que também clamavam por domínio das ilhas (CHUBIN; ZABIH, 1974, p. 214).

passou a clamar para si era de um agente interessado em modificar a ordem regional vigente, como um líder revisionista. Isso pode ser explicado pelo fato de que a Revolução teve um caráter fortemente anti-Ocidental e anti-monárquico, tipo de sistema que predominava no Golfo.

O aiatolá Khomeini derrubou uma monarquia aliada ao Ocidente para emergir como líder de um país independente, teocrático e não alinhado a nenhuma das duas superpotências internacionais (EHTESHAMI, 2002, p. 283). Ademais, a Revolução, na ótica de seus líderes, deveria ser expandida para o resto do Oriente Médio, derrubando monarquias e governos aliados aos EUA (tópico que será explorado no papel de bastião das revoluções). Portanto, o regime revolucionário tinha como objetivo rearranjar o sistema regional; na visão de Khomeini, tornava-se essencial cunhar uma ordem regional na qual o Irã tivesse maior capacidade de ditar decisões, pendendo a balança de poder regional para seu lado. Para Khomeini, o discurso revolucionário islâmico traria à Teerã maior capacidade de influenciar nos acontecimentos regionais em prol de seus próprios interesses e de seus aliados (EHTESHAMI; HINNEBUSCH, 1997, p. 51).

Assim, o Irã reorganizou suas relações regionais a partir de 1979, abandonando alianças tradicionais e consolidando novas, principalmente com grupos islâmicos considerados radicais (CHUBIN, 2009, p. 171; EHTESHAMI, 2002, p. 287). Uma característica da política externa do Irã é de se aproximar de grupos não estatais regionais, utilizando-os como uma força multiplicadora de sua política e de sua projeção de apoiador de movimentos revolucionários islâmicos anti-hegemônicos (COOK; ROSHANDEL, 2009, p. 100). Esse padrão se mantém na atualidade, visto que o Irã colabora com muitos grupos desse tipo, como, por exemplo, o Hamas, na Palestina, e o Hezbollah, no Líbano. Em resumo, o Irã percebeu a necessidade de intensificar alianças não tradicionais a fim de se apresentar como um líder regional revisionista, reconhecendo que a mudança do *status quo* é imperativa para seu papel frente a uma ordem regional hostil.

Como mencionado no capítulo anterior, a queda de Saddam Hussein em 2003 criou um novo momento para a projeção de liderança iraniana. Isso não só porque eliminou um país na competição, mas também porque abriu espaço político para os xiitas iraquianos, que passaram a ser assistidos por Teerã. O Iraque se tornou, então, um dos primeiros embates desta nova Guerra Fria regional, na qual o Irã e a Arábia Saudita são as duas potências regionais que rivalizam por maior influência ao ajudarem diferentes partes do conflito iraquiano. Através de suas alianças com a Síria, com o governo xiita eleito no Iraque e com os

grupos não estatais, o Irã vem se solidificando como um ator regional efetivo e ativo. De fato, a importância regional do Irã se tornou inegável, não só para Arábia Saudita, mas para todos os países do Golfo. Teerã está determinado a assumir um papel de líder revisionista não tradicional, se apresentando como um país que contesta normas regionais (sem o abandono do pragmatismo) e que busca expandir sua influência através da resistência aos EUA e do apoio aos movimentos políticos islamistas (TAKEYH 2009, p. 6).

2.1.2 Defensor da fé

Indubitavelmente, o aiatolá Khomeini conseguiu aglutinar as insatisfações populares com o regime Pahlevi a seu favor e consolidou-se como o grande líder da Revolução de 1979 (KATOUZIAN, 2010, p. 46-47). Com o aval popular²², após a derrubada da monarquia, o aiatolá fundamentou o novo regime na ideia de que a religião e os valores tradicionais islâmicos deveriam ter um papel maior na política e na ordem social do país (TAKEYH, 2009, p. 12). O regime se sustenta no conceito de *vilāyat-i faqih*, que prevê um líder supremo religioso de cargo vitalício que governa através dos preceitos da Sharia. O primeiro Líder Supremo do Irã é o próprio Khomeini e, em 1989, após sua morte, quem assumiu o cargo foi o aiatolá Ali Khamenei, que se mantém até os dias de hoje. Há também um conselho religioso, o Conselho dos Anciões, que certifica a aplicação do islã em todos os segmentos políticos do país. Khomeini se autoproclamava o guardião do islã, garantindo a islamização da arena política e consolidando a religião como um critério legitimador da política externa iraniana (ALTORAIFI, 2012, p. 142-143).

Para Khomeini, o islã é fundamentalmente político e é, em suas palavras, “a salvação da humanidade” (EHTESHAMI; ZWEIRI, 2008, p. 14, tradução nossa). Na ótica dele, uma república islâmica como o Irã deveria se comportar como o baluarte da religião para toda a comunidade muçulmana do mundo. Segundo Altoraiifi (2012, p. 147), Khomeini assumiu com convicção um papel de líder espiritual para todos os muçulmanos, determinando ao Irã uma responsabilidade transnacional com os outros povos islâmicos: era dever do país denunciar os líderes que não seguiam o caminho indicado pela religião. Assim, o Irã passou a se autorretratar como um líder religioso para outros países, um protetor de todos os islâmicos e um pregador do islã político na arena internacional (EHTESHAMI; ZWEIRI, 2008, p. 8).

²²Vale ressaltar que a República se fez islâmica após um plebiscito nacional no qual os iranianos deveriam escolher se queriam um regime teocrático ou não. O resultado foi mais de 90% a favor do regime político islâmico, o que deu legitimidade e credibilidade ao aiatolá (ABRAHAMIAN, 2008, p. 162-164).

Ao clamar explicitamente pelo papel de porta-voz do islã, o Irã gerou tensões com outros atores influentes no Oriente Médio, ao passo que ganhou a simpatia e o apoio de certos grupos islâmicos que buscam alteração do *status quo* regional (EHTESHAMI; HINNEBUSCH, 2002, p. 30). Esse papel causa desentendimentos principalmente com a Arábia Saudita, país que também compete pela liderança da religião, o que será tratado na segunda parte desse capítulo. Para o Irã, Riad não poderia assumir esse papel porque reproduz uma vertente islâmica radical, o wahabismo, que subjuga os seus próprios nacionais de religião xiita e condena outras vertentes muçulmanas (ALTORAIFI, 2012, p. 147). Na visão de Khomeini, um protetor do islã deve ser um líder pan-islâmico, ou seja, que não faz distinção entre muçulmanos e que defende qualquer vertente ou divisão do Islã. Desta maneira, o Irã se apresenta como tal e evita trazer à tona debates sobre questões sectárias e árabes, inclusive porque o país pertence a um grupo islâmico minoritário, o xiita, e porque não é árabe, mas persa (DAM, 2007, p. 6-7).

Como já mencionado neste trabalho, um foco de tensão entre os dois países são as peregrinações *Hajj*. Por um lado, a Arábia Saudita culpa o Irã de estar incentivando os seus nacionais a fazerem propaganda revolucionária durante a peregrinação, sendo que houve muitos desentendimentos entre peregrinos iranianos e sauditas nos primeiros anos após a Revolução (AMIRI; SAMSU; FEREIDONI, 2011, p. 679). Por outro lado, o Irã acusa os sauditas de não conseguirem supervisionar e prover segurança durante o evento, já que houve diversos desastres devido a tumultos (ALTORAIFI, 2012, p. 135). O acontecimento mais recente foi durante o *Hajj* de 2015, quando, primeiramente, um guindaste caiu em Meca, matando em torno de 400 pessoas e, depois, durante o ritual de apedrejamento, uma confusão gerou um descontrole no qual cerca de 2000 peregrinos morreram, muitos pisoteados (HAJJ, 2015). De acordo com os líderes iranianos, o grande culpado da tragédia era o governo saudita, que não investiu em infraestrutura o suficiente para o evento e, logo, não foi capaz de conduzi-lo decentemente (IRAN, 2015). O Irã cogita a possibilidade de que os eventos nas cidades sagradas não sejam mais organizados e controlados pelos sauditas, e, sim, por uma comunidade islâmica internacional (AMIRI; SAMSU; FEREIDONI, 2011, p. 680). Assim, acusando Riad de não ter capacidades de assumir um papel de liderança entre o povo islâmico, o Irã se apresenta como um possível candidato a tal cargo.

2.1.3 Bastião das revoluções

Khomeini determinou que a Revolução Islâmica deveria ser, sempre que possível, exportada para os outros países muçulmanos, visando o desmonte de qualquer regime considerado não representativo de seu povo. O líder queria assumir uma “missão islamizadora” em prol da difusão do islã político, na qual não haveria outra opção “a não ser destruir aqueles sistemas que são corruptos e destronar todos os regimes opressivos e criminais” (TAKEYH, 2009, p. 18, tradução nossa). Esse interesse em exportar a revolução focava na derrubada das monarquias do Golfo, por serem esses sistemas bastante antagônicos ao que o Irã considerava ideal, mas, em um plano maior, os ideais revolucionários deveriam se espalhar por toda a Ásia e África, ou por onde houvesse grupos islâmicos motivados a alterar seus governos (ALTORAIFI, 2012, p. 131).

O discurso revisionista do regime foi desafiado logo após a Revolução, quando Saddam Hussein invadiu território iraniano, iniciando a guerra Irã-Iraque, nos anos 1980. A despeito do que se esperava, o Irã conseguiu se defender e a guerra estendeu-se por mais de oito anos até ser assinado um cessar-fogo. A resiliência iraniana no conflito foi utilizada pelos líderes iranianos para galvanizar os sentimentos populares a favor da Revolução, pois eles afirmavam que era o caráter inerente de resistência do regime revolucionário que dava força aos combatentes (cf. ALTORAIFI, 2012, 147; COOK; ROSHANDEL, 2009, p.28). A propaganda revolucionária iraniana ganhou a simpatia de diversos grupos islâmicos com o decorrer da guerra, levando à aproximação do Irã com facções políticas na Síria, no Líbano e na Argélia (TAKEYH, 2009, p. 20). Como já mencionado, foi se aproximando ideologicamente de grupos não convencionais que Teerã encontrou novas maneiras de participar no jogo político regional e angariar aliados (RAMAZANI, 2008, p. 30).²³

Após a morte de Khomeini, em 1988, e com o fim da Guerra Fria, o discurso revolucionário abriu espaço para maior pragmatismo a fim de melhor inserir o Irã no sistema internacional (ALTORAIFI, 2012, p. 152; ABRAHAMIAN, 2008, p. 182-183). Assim, a partir dos anos 1990, o Irã passa a evitar o discurso de exportar a revolução, todavia, continuou apoiando movimentos islâmicos revolucionários e defendendo o direito de revolta de todas as minorias oprimidas. De uma maneira geral, o Irã tenta manter-se a par com os grupos islamistas no Oriente Médio e tem ativamente apoiado movimentos como o Hezbollah no Líbano, o Hamas e a Jihad Islâmica na Palestina, a Irmandade Muçulmana na Jordânia, os Houthis no Iêmen, entre outros (EHTESHAMI, 2002, p. 287). É importante destacar que

²³ Khomeini buscava em qualquer oportunidade se retratar como um defensor dos movimentos islamistas, sendo que deu apoio formal, nos anos 1980, ao MORO, nas Filipinas e aos Muçulmanos Bósnios, por exemplo (EHTESHAMI; HINNEBUSCH, 1997, p. 31).

durante o governo do presidente Mahmoud Ahmadinejad (2005-2013), caracterizado por uma retórica radical em relação ao Ocidente, o discurso de exportar a revolução voltou a ser mais frequente, principalmente após a derrubada de Saddam e a possibilidade de instauração de um novo regime xiita na região (cf. TAKEYH, 2009, p. 50).

2.1.4 Ponte

O papel designado como ponte é derivado do papel de bastião das revoluções e indica que o Irã defenderia o direito de qualquer povo oprimido de se manifestar. No Golfo Pérsico, o papel de ponte seria majoritariamente assumido em situações em que os xiitas – ou outras minorias religiosas islâmicas – se sentissem oprimidos por seus regimes. Desta maneira, concebe-se que o Irã seria uma ponte entre minorias (na maioria dos casos, xiitas) e o resto da comunidade islâmica, agindo como porta-voz dos direitos daqueles. Esse papel se diferencia do de bastião das revoluções porque não necessariamente Teerã estaria instigando revoluções islâmicas nos seus países vizinhos, mas, sim, defendendo a não subjugação ou a opressão de minorias na região. Ademais, esse papel deve ser analisado em conjunto também com o papel de defensor da fé que o Irã apresenta, visto que, ao focar na união islâmica, o país se mostra como uma alternativa aos regimes sunitas que discriminam outras divisões do islã.

O papel, na prática, é geralmente assumido em situações nas quais a minoria oprimida é xiita. Deve-se destacar que o Irã é o primeiro regime em que há uma maioria xiita no poder, fato constantemente percebido como um fator de instabilidade regional pelos governos sunitas vizinhos (RAMAZANI, 2008, p. 28). Isso porque tais regimes receberam o discurso revisionista iraniano como uma ameaça direta aos seus próprios sistemas, já que possuem minorias xiitas²⁴ que poderiam ser instigadas a reproduzir a revolta islâmica em seus territórios (pode ser associado também ao papel de bastião de revoluções). Por exemplo, na província do leste saudita concentra-se uma minoria xiita; nos dias seguintes à Revolução, esses xiitas manifestaram-se, bradando o nome de Khomeini e carregando cartazes com sua foto pelas ruas, o que gerou um violento confronto com a polícia (ALTORAIIFI, 2012, p. 130; AL-RASHEED, 2011, p. 516). Protestos semelhantes também foram organizados por xiitas do Bahrain e do Kuwait, inspirados nos sermões de Khomeini (ALTORAIIFI, p. 131).

²⁴ Em países como Bahrain, Arábia Saudita e Iraque (antes da derrubada de Saddam Hussein) institucionalizou-se a discriminação contra xiitas, parcamente representados dentro dos aparatos burocráticos e políticos dos Estados, compondo, em sua maioria, as classes em pior situação socioeconômica (REMETE, 2012, p. 25-26).

Tendo isso em vista, os países árabes conceberam a ideia de que o Irã estaria elaborando um movimento transnacional xiita, instigando todos os seguidores dessa sessão do islã a se revoltarem contra os seus governos. Na primeira década dos anos 2000, percebeu-se uma ascensão política de xiitas, como as vitoriosas eleições do Hezbollah no Líbano e o empoderamento dos xiitas iraquianos após a queda de Saddam (SZAJKOWKI, 2013, p.27). Temerosos, certos líderes sunitas cunharam o termo Crescente Xiita, apresentado pela primeira vez pelo rei Abudallah da Jordânia²⁵, que alertava sobre a existência de um complô dos xiitas, comandados e financiados pelos iranianos, para desestabilizar a balança de poder regional e derrubar regimes sunitas. Tal Crescente foi percebido pelas elites árabes sunitas como uma tentativa iraniana de influenciar as massas árabes e ganhar liderança regional (BAZERGAR, 2008, p. 87).

Contudo, muitos analistas mostram-se bastante céticos sobre a possibilidade deste crescente ser real (cf. SZAJKOWKI, 2013; BAZERGAR, 2008; REMETE, 2012). Primeiramente, os xiitas são divididos por classe, afiliação tribal, etnia e posicionamento sobre questões políticas (REMETE, 2012, p. 68), o que provavelmente impediria que eles escolhessem uma única liderança para lhes representar internacionalmente. Ademais, por mais que exista o apoio iraniano, xiitas árabes teriam bastante dificuldade em aceitar que uma etnia persa os liderasse (BAZERGAR, 2008, p. 91).²⁶ Mais remoto ainda é a ideia de que o Irã projetar-se-ia regionalmente como um líder de tal bloco (NASR, 2006, p. 184). A identidade estatal iraniana é vinculada a princípios anti-imperialistas (o que será trabalhado no papel a seguir), o que impossibilitaria o país de agir como um agente a favor de divisões sectárias no Oriente Médio (DAM, 2007, p. 7). Pelo contrário, se o Irã assumisse a liderança de um Crescente Xiita revolucionário, ainda mais sendo persa, por implicação sua influência regional seria reduzida.

Em suma, o papel de ponte determina que o Irã se opõe a qualquer tipo de opressão a minorias islâmicas, especialmente se direcionada aos xiitas. É interessante destacar que Teerã não se vale de questões sectárias para fazer suas alianças regionais: o país é próximo de

²⁵ Segundo o rei Abdullah, uma grande parte da região, que ia do Mar Mediterrâneo ao Oceano Índico, passando pelo Líbano, atravessando o Mar Cáspio e chegando no Golfo Pérsico, estava “caindo sob os encantamentos do xiismo”. De acordo com ele, se partidos pró-Irã ganhassem as eleições no Iraque, um novo eixo controlado pelo Irã e dominado por movimentos xiitas alteraria a ordem regional e colocaria novos desafios à existência dos interesses dos EUA e de seus aliados. (SZAJKOWSKI, 2013, p. 22).

²⁶ O Iraque pode ser percebido como um laboratório para se visualizar a fragmentação entre os xiitas. No momento em que ganharam o poder, em 2005, os xiitas enfrentaram diversos atritos sobre questões religiosas e políticas, surgindo rapidamente facções competindo por poder e influência em temas como eleição, EUA, governança e federalismo (REMETE, 2012, p. 69). Ademais, há uma rivalidade ideológica entre o aiatolá Khomeini, líder da Revolução Iraniana, e o aiatolá Ali Sistani, figura que canalizou a liderança dos xiitas após a morte de Saddam.

organizações tanto xiitas (Hezbollah), quanto sunitas (Hamas), e seu principal aliado, a Síria, é um regime árabe de partido único, o Ba'ath. Na verdade, o Irã se vale disso para projetar seu papel de líder regional e de guardião da fé. Ao vender a imagem de um país persa xiita que consegue ter vínculos sólidos com atores de diferentes secções do islã, o Irã argumenta ser um eficiente candidato para superar as fragmentações religiosas regionais (criando uma ponte entre elas) e assumir um papel de liderança não só política, mas também religiosa (CHUBIN, 2009, p. 172).

2.1.5 Agente anti-imperialista

O sentimento anti-imperialista –direcionado aos EUA – pode ser diretamente associado à insatisfação popular frente ao regime Pahlevi, que era considerado o principal parceiro dos estadunidenses na região. A crescente percepção de que o país tinha seus recursos explorados por potências estrangeiras sem que isso trouxesse quaisquer benefícios para sua população foi um dos motivos principais que levaram ao estopim dos acontecimentos de 1979 (COOK, ROSHANDEL, 2009, p. 15; ABRAHAMIAN, 2009, p. 122). Além disso, ainda em 1953, o auxílio britânico e estadunidense ao golpe que derrubou o Primeiro Ministro Mossadeg se transformou em um símbolo da antipatia e da desconfiança dos iranianos diante dos EUA²⁷ (COOK, ROSHANDEL, 2009, p. 15). Considerado um golpe imperialista, é uma constante lembrança de que Washington e seus aliados estariam mais ávidos em proteger seus próprios interesses no Oriente Médio do que promover princípios de democracia ou de justiça (COOK; ROSHANDEL, 2009, p. 17).

Durante a revolução, Khomeini absorveu o sentimento de oposição ao Ocidente em seu discurso, afirmando que tal hemisfério era de “imperialistas gananciosos”, determinados a explorar a riqueza do Oriente Médio e a subjugar o islã, impondo sua cultura e seus sistemas políticos em nome da modernidade (TAKEYH, 2009, p. 19). Para ele, a maior fonte de instabilidade regional era a presença dos EUA, que, através de sua projeção militar e de suas alianças com os regimes monárquicos, criavam uma ordem que não beneficiava os interesses das populações locais (COOK; ROSHANDEL, 2009, p. 16). Ademais, Khomeini acusava as

²⁷ O Golpe de 1953 ficou conhecido como Operação Ajax, planejada pelos serviços de inteligência britânico e estadunidense, MI6 e CIA, ainda em 1952. Washington enviou à Teerã Kermit Roosevelt para pessoalmente garantir o apoio financeiro e a proteção à monarquia, além de um acordo comercial no setor petrolífero. Ademais, foi abolido o cargo do Primeiro Ministro no Irã monárquico, centrando então totalmente os poderes executivos nas mãos de Pahlevi (ABRAHAMIAN, 2008, p. 120-122).

monarquias do Golfo de traidoras, e, frequentemente, a mídia oficial iraniana referia-se a Riad, por exemplo, como um “agente da América” (ALTORAIFI, 2012, p.147).

Da mesma maneira que enfatizava a necessidade de combater a intervenção estrangeira regional, Khomeini também cunhou a ideia de que o país precisava ser independente para manter sua soberania, assim como buscar, sempre que possível, a autossuficiência. Ao afirmar que não se aliaria “nem a Leste, nem a Oeste”, durante a Guerra Fria, Khomeini indicou que seu país esforçar-se-ia para não ser vinculado a nenhuma das duas superpotências, já que não concordava com a ordem internacional vigente (ALTORAIFI, 2012, p. 144). Segundo a lógica de Khomeini, os padrões do sistema internacional refletiam a hegemonia ocidental e foram elaboradas somente para sustentá-la (TAKEYH, 2009, p. 19).

Entretanto, com o fim da Guerra Fria e a emergência dos governos mais pragmáticos no Irã na década de 1990, a vontade de ser desprendido do sistema internacional deixou de ser um condicionante da política externa iraniana. Ao contrário, percebendo a necessidade de reformas econômicas e de investimento externo, os presidentes Rafsanjani e Khatami buscaram adaptar a política internacional do país, diminuindo a intensidade do caráter revolucionário no discurso (TAKEYH, 2009, p.127-128). O Irã passou a sugerir, então, que cooperação diplomática, política ou econômica com o Ocidente seria viável, desde que o Irã fosse considerado em pé de igualdade e não subjugado (LEVERETT; LEVERETT, 2012, p.122-123).

Em relação à retórica anti-imperialista, iranianos não abandonaram a lógica de que o sistema regional do Golfo deveria ser administrado sem a intervenção de potências extrarregionais, pois os interesses dessas não necessariamente correspondem ao dos locais. Ademais, ao se apresentar como um forte contestador das ações dos EUA (e de seus vínculos com Israel) na região, o Irã ganhou popularidade entre as massas árabes (DAM, 2007, p. 10). Dessa maneira, os líderes iranianos continuam se apresentando como resistentes à hegemonia política e cultural ocidental, desconfiados dos reais interesses dos EUA e de seus aliados na região e desconfortáveis com as alianças que as monarquias têm com Washington (ALTORAIFI, 2012, p. 148). Para os iranianos, qualquer resolução de conflito no Oriente Médio deve ser orquestrada por atores regionais, sendo a intervenção de potências extrarregionais um dano a ser evitado.

2.2 As concepções nacionais de papéis da Arábia Saudita

2.2.1 Defensor da fé

O Estado saudita, arquitetado pela família real Saud em 1932, tem sua formação intrinsecamente ligada ao islã e, especificamente, à aliança que a dinastia fez com a vertente religiosa wahabita, no século XVIII. O wahabismo é uma divisão reformista do islã sunita, considerada puritana, articulada por Muhammad Ibn ‘Abd al-Wahhab, que dá grande ênfase para a importância do monoteísmo, do pagamento de imposto ao líder muçulmano e da obrigação de iniciar guerra contra aqueles que não seguem esses princípios (cf. AL-RASHEED, 2010, p. 15; BLANCHARD, 2008, p. 2). Ao adotar o wahabismo, a dinastia Saud logrou um elemento crucial para sua centralização política, pois passou a ter uma fonte de renda fixa e meios de recrutar pessoas para seu exército, conquistando, assim, novos territórios e tribos até conseguir consolidar o Estado em suas mãos (AL-RASHEED, 2010, p. 18; ALTORAIFI, 2012, p. 80).

Em consequência, Ibn Saud formou um Estado atrelado a preceitos wahabitas, no qual o poder do rei seria legitimado pela ideia de que ele seria um guardião do islã, que reconhece a autoridade da lei divina (*Sharia*) e garante sua aplicação (AL-RASHEED, 2010, p. 49). Essas leis, por sua vez, são interpretadas pelas Ulamas²⁸ de Riad que mantêm a religião atrelada ao cotidiano de seus fiéis por meio da pregação do wahabismo domesticamente e em países estrangeiros, e de programas sociais em escolas e mesquitas (NONNEMAN, 2005, p. 325). De acordo com Altoraiifi (2012, p. 141), o regime saudita articulou sua identidade estatal em torno do comprometimento do país com o islã e com a interpretação wahabista, o que serviu como um elemento de unificação social entre os sauditas e, também, de legitimação do próprio regime.

Igualmente, pode-se afirmar que a religião é muito importante para a política externa saudita, uma vez que o país se apresenta internacionalmente como um protetor do islã. Um dos principais argumentos para sustentar a naturalidade deste papel é o fato de que o país é lar de duas das três cidades sagradas do islã: Medina e Meca, essa última onde ocorrem as peregrinações *Hajj*. Ademais, em 1986, o rei Abdul Aziz substituiu o título “Sua Majestade” por “Guardião das Duas Mesquitas Sagradas”, o que adicionou mais uma camada religiosa ao poder monárquico (DAM, 2007, p. 5). Na narrativa oficial do regime, muitos líderes afirmam

²⁸Ulama corresponde ao colegiado de dirigentes religiosos, de sábios e de juizes que representam autoridades versadas no islamismo.

que o rei recebeu um papel divino para proteger os lugares sagrados do islã e a missão de espalhar a mensagem do profeta Mohammed para o resto do mundo árabe (ALTORAIFI, 2012, p. 150).

Dessa maneira, o wahabismo determinou um caráter conservador à política externa do país. O regime encontrou na religião uma ferramenta ideológica importante para fazer frente ao comunismo, a Israel, ao arabismo secular e também ao islamismo revolucionário que emergiu com a Revolução Iraniana (ALTORAIFI, 2012, p. 117). O conservadorismo se consolidou na política externa saudita já nos anos 1950, quando o regime viu no pan-arabismo secular de Gamal Abdel Nasser²⁹ um desafio à sua liderança no Mundo Árabe. Desde então, Riad sustenta um líder regional pan-islâmico conservador, ou seja, que se mostra protetor de todos os islâmicos, desde que não apresentem características revolucionárias ou reformistas que possam desestabilizar a ordem (cf. ALTORAIFI, 2012, p. 118). Na questão do arabismo, por exemplo, os sauditas passaram a apoiar e dar assistência financeira a países e a grupos que resistiam à expansão do nasserismo, como o Iêmen e a Irmandade Muçulmana (AL-RASHEED, 2010, p. 128).³⁰

No entanto, a verdadeira expansão da liderança islâmica saudita ocorreu na segunda metade da década de 1970, após o grande *boom* do petróleo que gerou um crescimento econômico em escala exponencial.³¹ Com o intuito de ser solidária com países árabes, a Arábia Saudita fez enormes doações financeiras, atuando como patrono internacional do islã e difundindo o wahabismo nos quatro cantos do mundo (DAM, 2007, p. 4; ALTORAIFI, 2012, p. 120). É importante notar que esse comportamento também é característica de outros papéis que são descritos nas próximas páginas. Em 1974, por exemplo, o rei Faysal estabeleceu o Fundo de Solidariedade Islâmica, que tinha como objetivo ajudar países islâmicos mais pobres, em toda a Ásia e África, por meio da construção de mesquitas e escolas e do financiamento de organizações religiosas locais (EILTS, 2001, p. 232). No fim dos anos 1970, a Arábia Saudita já havia se transformado no principal financiador de diversos países árabes, como o próprio Egito e a Jordânia, e também das organizações palestinas (ALTORAIFI,

²⁹ Gamal Abdel Nasser foi o principal articulador do projeto nacionalista pan-arabista, que propunha a união dos países de maioria árabe, a fim de fortalecer a cultura e a causa árabe face ao Ocidente. Cumpre destacar que o movimento de Nasser era laico e modernizador, o que ideologicamente se apresentava como uma ameaça às monarquias árabes (ALTORAIFI, 2012, p. 118).

³⁰ Também com o intuito de fazer uma aliança islâmica que fizesse frente ao nasserismo, o rei Faysal buscou organizar conferências, nos anos 1960, como a Liga Muçulmana, o que expandiria sua influência, beneficiando o papel de líder regional (ALTORAIFI, 2012, p. 119).

³¹ Vale lembrar que esse momento convergiu com a queda de Nasser no Egito e o abandono da ideologia pan-arabista em quase todos os países.

2012, p. 120), o que funcionou com uma alavanca ao projeto de liderança islâmica e regional saudita.

Entretanto, um dos principais desafios a este projeto surgiu com a Revolução Islâmica Iraniana de 1979, que trouxe ao jogo internacional o primeiro regime republicano xiita do mundo. Por mais que se apresentasse como um país pan-islâmico, a religião oficial da Arábia Saudita é o wahabismo, a qual condena outras vertentes do islã, principalmente o xiismo, pois o classifica como herege e impuro (BLANCHARD, 2008, p. 3).³² O novo regime revolucionário xiita passou a apresentar-se como uma alternativa à liderança islâmica na região, o que foi considerado uma ameaça para os sauditas, principalmente no que se refere a sua própria população xiita. Conseqüentemente, a liderança escolheu confrontar uma possível expansão do islã político iraniano através da fortificação de suas alianças com as *Ulamas* conservadoras e começou a investir maciçamente em movimentos políticos islâmicos sunitas que combatiam o comunismo ou a expansão do xiismo (cf. ALTORAIIFI, 2012, p. 138; NONNEMAN, 2005, p. 341).

Desta maneira, é possível afirmar que a Arábia Saudita passou a instrumentalizar diversos grupos políticos conservadores em outros países, a fim de opor-se ideologicamente ao seu rival. Riad, todavia, continuou sustentando que seu papel de protetor do islã é pan-islâmico, não segregando as diferentes divisões do islã desde que essas não busquem desestabilizar a conjuntura regional (associado ao papel de agente anti-instabilidade, tratado a seguir). Todavia, o investimento de Riad é direcionado majoritariamente para os grupos islâmicos conservadores, dentre eles os grupos salafistas³³, que consideram parte de sua essência religiosa fazer guerra santa (*jihād*) para expandir (mesmo que de maneira violenta) o domínio do islã sunita (BLANCHARD, 2008, p. 5). Por conseguinte, é possível afirmar que, devido ao interesse de garantir sua dominância entre os muçulmanos, o regime saudita conscientemente apoia, militar e financeiramente, grupos islâmicos considerados terroristas pelo Ocidente (NONNEMAN, 2005, p. 340).³⁴

³² O xiismo surgiu após a morte do profeta Mohammed, em 632, visto desentendimentos sobre quem deveria exercer a nova liderança religiosa. Para os xiitas, o califado deveria passar somente para descendentes do Profeta, sendo o mais próximo o seu sobrinho e genro, Ali Abi Talib. Isso contrariava uma maioria, conhecida como saudita, que queriam que os califas continuassem comandando. Ademais, dentro do sunismo, existem diversas outras divisões, entre elas o wahabismo. Esse deve ser percebido com uma linha purista e iconoclasta, que prega o retorno tradicionalista religioso e se opõe fortemente a práticas xiitas (BLANCHARD, 2008, p.6).

³³ Salafismo, nesse caso, se refere a uma metodologia islâmica, radicalista, que objetiva emular as práticas e crenças das primeiras gerações do islã. É um termo genérico para abordar grupos puritanistas islâmicos, entre ele o wahabismo e outras vertentes sunitas que defendem a guerra santa e a aversão ao xiismo (BLANCHARD, 2008, p.6).

³⁴ O melhor exemplo para tal afirmação é o fato que 15 dos 19 terroristas que orquestraram os ataques às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001 eram sauditas.

2.2.2 Líder regional

Assim como o Irã, a Arábia Saudita também projeta um papel de líder regional, recorrendo à narrativa histórica do país e de sua monarquia para justificar tal liderança. Sinteticamente, o papel de liderança regional saudita é sustentado nos três seguintes pilares: (i) no papel de defensor da fé, (ii) na legitimidade do regime e (iii) e no grande capital advindo dos lucros do petróleo. Apresentando-se como o regime monárquico preponderante no Golfo, como o grande guardião do islã e com vasta disponibilidade financeira para assistir e investir em países aliados, os sauditas clamam pelo reconhecimento da sua predominância regional.

Antes de se transformar em um Estado, o território saudita era povoado por diversas tribos nômades e desunificadas. A dinastia Al Saud foi a primeira e única tribo que teve a habilidade de reunir todas as outras e consolidar um sistema monárquico estatal moderno (NONNEMAN, 2005, p. 339). Essa noção de sucesso de uma única tribo sobre outras deu aos sauditas a percepção de preponderância do regime sobre seus vizinhos. A dinastia passou a idealizar que seu domínio deveria ser não somente dentro dos limites territoriais do país, mas também sobre as tribos vizinhas, que acabaram por formar sistemas políticos à semelhança do saudita (ALTORAIFI, 2012, p.80). Dessa maneira, apresenta-se aqui que o fato do regime saudita ser a monarquia pioneira na região e um “modelo a ser seguido” é apresentado pelos sauditas como uma justificativa para seu papel de liderança regional (EILTS, 2001, p.222).

A noção de que a maior e mais antiga monarquia sunita deveria ser naturalmente o país hegemônico regional é fortalecida pelo papel de defensor da fé projetado por Riad. De fato, percebe-se na literatura que o ato de se retratar como a protetora de duas cidades sagradas do islã foi um artifício utilizado por vários líderes de Riad para consolidar sua presença na região. O rei Faysal destacava as credenciais islâmicas de seu país não só para controlar a expansão de outros *players* na região, como o nasserismo egípcio e o islã político iraniano, mas também com o interesse de expandir a sua própria atuação regional (AL-RASHEED, 2010, p. 102). Valendo-se de seu crescente capital financeiro e do papel de guardião das cidades sagradas, Riad garantiu sua presença no imaginário dos muçulmanos, enfatizando que seu papel de liderança regional traria unidade e proteção diante dos mais diversos tipos de ameaça (AL-RASHEED, 2010, p. 128).

É essencial destacar que a partir dos anos 1960 e, principalmente, 1970, Riad passou a promover a ideia de que era necessário proteger a região contra ameaças seculares, socialistas ou islamistas radicais, pois elas ameaçavam a estabilidade regional (AL-RASHEED, 2010, p.

188). O principal meio utilizado para articular tais objetivos foi pela chamada “diplomacia do Rial”, na qual Riad fazia grandes investimentos na economia e no desenvolvimento de países árabes mais pobres em troca de alianças políticas e da garantia de que um islã conservador seria propagado (NONNEMEN, 2005, p.331). Pode-se afirmar que os sauditas utilizam, então, tanto sua autoridade religiosa frente à comunidade muçulmana quanto seus vastos recursos econômicos advindos dos petrodólares como ferramentas diplomáticas para atuar no Oriente Médio (BASHIR; WRIGHT, 1992, p. 108).

Ser líder regional também é, para Riad, um método de proteger seu regime de influências externas, assegurando a legitimidade de seu aparato político e de todo o sistema monárquico dominante no Golfo (cf. AL-RASHEED 2011, p. 522). Pode-se interpretar a criação do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), em 1980, como uma tentativa saudita de garantir sua predominância na região, face à ameaça iraniana. Mesmo que o Conselho se apresente como uma organização para a cooperação em diversos âmbitos, a segurança é um tema predominante, e diversos autores afirmam que o CCG só foi formado em resposta à revolução iraniana (cf. AL-RASHEED, 2011, p. 150; ALTORAIFI, 2012, p. 127). Nesta organização, Riad tenta garantir que seus interesses securitários sejam priorizados e que as outras monarquias do Golfo se alinhem a eles (AL-RASHEED, 2010, p. 153; p.237). Entretanto, é preciso afirmar que o papel de liderança não é oficialmente aceito pelos outros membros do CCG: a aspiração saudita de ser hegemônico na península arábica é frequentemente rejeitada por outros líderes monárquicos, o que já causou momentos de tensão dentro da organização (NONNEMEN, 2005, p.332).³⁵

Para além do Golfo, Riad tenta assumir um papel de liderança entre os países árabes moderados, como o Egito, a Jordânia e o Marrocos, fazendo oposição direta ao bloco radical do Oriente Médio, concentrado na aliança entre Irã, Síria e grupos não-estatais (AL-RASHEED, 2010, p. 239). Ademais, esse papel também é percebido nas tentativas do país de cooperar na resolução do conflito árabe-israelense. Por fim, seu destaque no mercado de hidrocarbonetos e na OPEP também funciona como ferramenta para fortificar o papel de liderança, visto que a importância saudita é inegável na chamada “diplomacia do petróleo” (EILTS, 2001, p.234). Contudo, após a derrubada do governo sunita iraquiano, Riad passou a ter esse papel contestado diretamente, como já tratado nesse trabalho. O confronto *proxy* entre

³⁵ Muitos dos países do CCG contestam a liderança saudita em assuntos específicos. Por exemplo, quando o Conselho foi formado, os sauditas orientaram a restrição das relações com o Irã, decisão que não foi acatada por Omã e Kuwait, que mantiveram laços com o país persa. Um exemplo mais recente é o do Qatar, que mantém alianças com a Irmandade Muçulmana do Egito, contrariando Riad, que classifica o grupo como uma organização terrorista (KHOLAIF, 2014).

Teerã e Riad no Iraque pode ser interpretado como um claro embate entre duas visões diferentes de ordem regional, havendo um jogo competitivo regional de qual líder se sobressairia.

2.2.3 Agente anti-instabilidade

A Arábia Saudita consolidou-se como um regime conservador, aliado do Ocidente e contrário à expansão de quaisquer ideologias que se opusessem ao seu sistema ou que questionassem a ordem regional vigente. Defende-se aqui que a dinastia Saud concebeu um papel nacional para o país de mantenedor do *status quo* regional, atuando, dentro do Oriente Médio e, principalmente, no Golfo, como um agente anti-instabilidade. A partir das décadas de 1960 e 1970, o rei Faysal determinou que a política externa saudita se organizasse sobre quatro pilares: conservadorismo, islamismo, anticomunismo e antissionismo, esses dois últimos considerados pelo rei como fontes de instabilidade regional (ALTORAIIFI, 2012, p. 119). Tal papel consolidou-se justamente porque os sauditas perceberam que a proximidade com o Ocidente e a manutenção de um sistema favorável aos interesses do mercado petrolífero eram essenciais para sua segurança. Este tópico também será trabalhado no papel saudita de aliado fiel, a ser descrito adiante.

Como agente anti-instabilidade, tal papel pode ser percebido em vários momentos da história da Arábia Saudita. Um exemplo foi durante a guerra do Iêmen, em 1962. Árabes revolucionários do então Iêmen do Norte entraram em conflito com o rei e passaram a receber assistência do Egito, sob o comando de Nasser. Entendendo tal intervenção egípcia um fator de instabilidade regional, o rei saudita também invadiu o país a fim de dar apoio ao governo e à reconquista do trono, o que transformou o Iêmen em palco de um conflito *proxy* entre Cairo e Riad (WYNBRANT, 2004, p. 220). Após a falência do nasserismo, o rei saudita fez questão de não isolar o Egito e de prover assistência financeira, assegurando que o país passasse a ser seu aliado e não representasse mais uma ameaça ao *status quo* vigente (AL-RASHEED, 2010, p. 127). Da mesma maneira, os sauditas auxiliaram o Bahrain e o Kuwait nos anos 1970 no processo de retirada dos britânicos do Golfo, a fim de evitar possíveis instabilidades políticas e garantir a manutenção do fluxo do petróleo para o Ocidente (ALTORAIIFI, 2012, p. 108).

Novamente, para os sauditas, a situação que mais se apresentou como uma ameaça ao *status quo* foi a Revolução Islâmica. Para Riad, a revolução era radical, seus objetivos ambíguos e o interesse em ser expandida, uma ameaça (ALTORAIIFI, 2012, p. 148). A retórica confrontacionista de Khomeini em relação às monarquias aliadas dos EUA era

denunciada pelo rei saudita como uma tentativa de trazer instabilidade a todos os regimes do Golfo (DAM, 2007, p. 6). Consequentemente, a Arábia Saudita passou a intensificar seus programas de auxílio econômico aos vizinhos, tentando, assim, pôr em xeque a expansão da influência iraniana (BASHIR; WRIGHT, 1992, p. 107).

Aqui vale destacar a participação saudita na guerra Irã-Iraque. Mesmo que reconhecesse tanto Bagdá quanto Teerã como seus rivais, a Arábia Saudita escolheu apoiar o Iraque (disponibilizando auxílio financeiro de mais de 25,7 bilhões de dólares) no momento em que considerou o revisionismo iraniano uma ameaça maior (AL-RASHEED, 2010, p. 152). O então rei Fahd passou a afirmar que “muitas vezes o Irã tentou desestabilizar a segurança da região do Golfo, da península árabe e do mundo”, clamando para que todos isolassem o Irã no conflito (ALTORAIIFI, 2012, p. 149, tradução nossa). É neste contexto que se insere a lógica na qual o CCG foi criado como resposta à ameaça iraniana: era a indicação de que as monarquias estavam dispostas a coordenar suas políticas e suas forças militares para garantir sua segurança (cf. AL-RASHEED, 2010, p. 152; EILTS, 2001, p. 224).

Em suma, os sauditas opõem-se fortemente a qualquer força que clame por uma modificação do *status quo* regional, seja essa um país ou somente uma ideia que questione a preponderância saudita ou sunita (QUANDT, 1981, p. 10) (pode ser associado ao papel de defensor da fé). Desta maneira, os líderes sauditas, além de vociferarem contra países revisionistas, ideologias islamistas radicais e grupos políticos xiitas, também intensificam suas doações e auxílios financeiros a países árabes aliados em momentos de crises regionais, a fim de continuar sendo um agente influente para manter a ordem em seu favor (NONNEMAN, 2005, p. 339).

2.2.4 Aliado fiel

Os sauditas assumem um papel de aliado fiel dos Estados Unidos na região. Conforme Riad se consolidava como um dos principais produtores de petróleo do mundo, o país criou um relacionamento de dependência em relação aos EUA. No fim da Segunda Guerra Mundial, o rei Abdul Aziz convidou companhias estadunidenses para explorar suas reservas a fim de reduzir a presença britânica no território saudita (ALTORAIIFI, 2012, p. 98). Já no pós-guerra, Washington intensificou sua relação com Riad, devido à importância do petróleo saudita para a reconstrução da Europa. Nos anos 1950, o petróleo saudita totalizava quase 40% do total da indústria no Oriente Médio (cf. AL-RASHEED, 2010, p. 113; ALTORAIIFI, 2012, p. 99).

Dentre as companhias que exploravam o recurso no país, deve-se destacar a empresa ARAMCO, a *Arabian American Oil Company*, parceria direta entre estadunidenses e sauditas.

Rapidamente, o regime transformou-se em um dos principais Estados *rentier* do mundo, tendo basicamente todo o seu sistema econômico dependente dos lucros advindos da venda dos hidrocarbonetos para o Ocidente (NONNEMAN, 2005, p. 320). Os petrodólares serviram para solidificar na monarquia o mecanismo de barganha de governança, que nada mais era do que o Estado intervindo assistencialmente em aspectos da vida econômica e social de seus cidadãos em troca de fidelidade ao regime (CRYSTALL, 1989, p. 433-435). Tal característica fez com que a monarquia saudita percebesse que sua sobrevivência era vinculada aos interesses de seu principal parceiro econômico nesse setor, os EUA.

Todavia, o vínculo saudita com os EUA não é somente no âmbito econômico. Reconhecendo sua vulnerabilidade regional³⁶, a Arábia Saudita buscou nos EUA um protetor, alguém que garantisse sua segurança diante de ameaças externas (AL-RASHEED, 2010, p. 130). Dito isso, afirma-se que a cooperação com Washington em segurança é um elemento essencial da política externa saudita (EILTS, 2005, p. 236). Os EUA consideravam o país, durante a Guerra Fria, um aliado estratégico para combater a expansão do comunismo e investiu massivamente no treinamento do exército saudita e no envio de armamentos, incrementando o aparato militar do país (NIBLOCK, 2006, p. 113; BASHIR; WRIGHT, 109).³⁷ Esse empenho em garantir Riad como seu aliado estratégico se incluía no projeto da Doutrina Carter,³⁸ de 1980, que visou aumentar a capacidade estadunidense de projeção no Golfo. Já após 1979, a Arábia Saudita tornou-se o principal parceiro regional dos EUA e ambos começaram a se posicionar do mesmo lado no que tangia aos acontecimentos que ameaçavam a estabilidade da ordem regional (como a Revolução Islâmica, a Guerra do Afeganistão e a Guerra Irã-Iraque) (cf. NIBLOCK, 2006, p.113).

Com o fim da Guerra Fria, o país continuou projetando a imagem de aliado fiel estadunidense. Riad se apresenta ao Ocidente como um regime estável, disposto a contribuir

³⁶ Nos anos 1970, a Arábia Saudita reconheceu que não possuía os recursos humanos e tecnológicos suficientes para garantir sua própria segurança e de sua nova riqueza, tendo que “comprar” dos EUA a segurança necessária (AL-RASHEED, 2010, p. 130).

³⁷ Muitos analistas acreditam que a Arábia Saudita possivelmente nunca alcançará autossuficiência militar. Para Abdulaziz Bashir e Stephen Wright (1992, p. 108), independente das compras que faça, o país possui uma população muito pequena, mal distribuída dentro de um vasto território, sendo difícil garantir totalmente sua segurança. Ademais, a noção de que o Irã e Israel possuem capacidades nucleares soa como uma constante ameaça securitária do país, que teme que a segurança regional absoluta não será alcançada sem apoio estrangeiro (BASHIR; WRIGHT, 1992, p. 108).

³⁸ A Doutrina Carter pode ser considerada uma resposta à presença soviética na região após a intervenção. Essa doutrina buscava, em suma, mostrar à URSS a hegemonia dos EUA na região do Golfo. A partir de então, Washington deixou explícito que poderia usar a força militar para impedir que qualquer outro país intervisse em seus objetivos.

positivamente para o mercado petrolífero, para prevenir a expansão da influência iraniana e para controlar os excessos de radicalismo do islã político (NIBLOCK, 2006, p. 118). No entanto, a partir dos anos 1990, certos pontos de fricção nessa aliança tornaram-se mais aparentes, como as divergências sobre Israel, democratização e direitos humanos (ALTORAIFI, 2012, p. 120). Domesticamente, Riad teme a expansão da influência cultural do Ocidente, que pode afetar diretamente os mecanismos em que a monarquia exerce seu controle social (NIBLOCK, 2006, p. 121). Por outro lado, os EUA recebem críticas a sua associação a um regime não democrático e acusado de não respeitar direitos de seus cidadãos. Mesmo assim, apesar das tensões geradas por esses assuntos, a Arábia Saudita parece fazer um balanço de suas ameaças e perceber que a assistência militar e securitária que os EUA lhe provêm no Golfo é essencial para sua sobrevivência e que a aliança deve ser mantida o mais forte possível (AL-RASHEED, 2010, p. 156; NONNEMAN, 2005, p.350).

Outro fator que deve ser considerado ao se tratar dessa aliança é a expansão do terrorismo a partir dos anos 2000. Muitos dos grupos considerados terroristas pelo Ocidente têm suas origens associadas à Arábia Saudita e aos EUA.³⁹Entre esses está a Al'Qaeda, responsável pelos ataques de 11 de setembro de 2001. O fato de a maioria dos terroristas serem sauditas prejudicou a imagem do país na mídia internacional; todavia, os atentados não causaram danos irreparáveis na aliança (NIBLOCK, 2006, p. 130). Disposta a mais uma vez apresentar-se como um aliado fiel, Riad engajou-se em sua própria Guerra ao Terror: o país organizou missões militares para captura de membros da Al'Qaeda e prendeu mais de 600 terroristas em seu território, além de ter disponibilizado seu espaço aéreo para operações estadunidenses (cf. L-RASHEED, 2010, p. 224-226; NIBLOCK, 2006, p. 131-132).

Por parte dos EUA, também não houve interesse em abandonar a aliança. Mesmo que a Doutrina Bush (que conduziu a Guerra ao Terror) determinasse que a causa do terrorismo era a inexistência de regimes democráticos no Oriente Médio, a estratégia de derrubar regimes autoritários não foi em nenhum momento direcionada à Arábia Saudita (NONNEMAN, 2005, p. 334). A administração de Barack Obama (2009-2016) também não indicou interesse em modificar as suas relações com os sauditas, visto que durante seus dois mandatos o presidente

³⁹ Mesmo não sendo o foco do presente trabalho, é necessário dar destaque ao fato que muito dos grupos internacionais terroristas que hoje combatem a predominância regional estadunidense foram formados durante os anos 1980 e, em grande parte, em consequência a ação conjunta dos EUA e da Arábia Saudita na luta contra a expansão soviética no Paquistão e, principalmente, no Afeganistão. O envolvimento de Riad e Washington na guerra do Afeganistão disponibilizou a estrutura para o desenvolvimento de atividades islamistas armadas (que à época combatiam o comunismo), que eram organizadas por islâmicos radicais do mundo inteiro e que começaram a arquitetar cada vez mais objetivos globais, sendo Osama Bin Laden o exemplo mais notório (NIBLOCK, 2006, p. 114).

visitou Riad quatro vezes⁴⁰ (US DEPARTMENT OF STATE, 2016). De fato, por mais que os EUA criticassem, em determinados momentos, a incapacidade de Riad de deter o contínuo fluxo de seus nacionais e de seus recursos materiais para operações de grupos terroristas, isso não resultou em uma política que prejudicasse a relação (NIBLOCK, 2006, p. 128). Já em relação à economia e à segurança, a dinâmica entre os dois países se manteve a mesma, com interação alta mercado petrolífero e no compartilhamento de conhecimento, treinamento e negócios militares (NIBLOCK, 2006, p. 132).

2.3 As interações entre os papéis

Detectaram-se dois tipos de interação entre os papéis analisados. Primeiramente, quando se observa separadamente o Irã e a Arábia Saudita, encontrou-se uma relação simbiótica entre todos os papéis de um país, sendo que o discurso de cada papel seria reforçado pela existência dos outros papéis desse mesmo país em análise. Por exemplo, no caso iraniano, o papel de bastião das revoluções é corroborado na retórica dos papéis de líder regional, independente ativo e agente anti-imperialista que o país assume. Os argumentos que sustentam cada uma das concepções nacionais de papel interagem entre si, sendo que muitas vezes se torna complicado diferenciar a projeção de um papel ou de outro ao se analisar um discurso. Em uma situação em que os sauditas financiam grupos políticos sunitas no Golfo, por exemplo, pode-se encontrar características tanto do papel de líder regional quanto de agente anti-instabilidade e de guardião da fé. Assim, aparenta ser do interesse de cada país interconectar todos os seus papéis para apresentar um posicionamento coeso, e, portanto, exteriorizar qual identidade estatal os líderes políticos visam projetar na arena internacional. As duas tabelas a seguir sintetizam cada um dos papéis descritos no capítulo.

Tabela I -Papéis Tradicionais do Irã

Irã	Descrição do Papel
Líder regional	Um país com naturais características de líder, devido a seus diversos atributos geográficos, demográficos, civilizacionais e históricos. Um líder revisionista, criando pragmáticas alianças a fim de alterar o <i>status quo</i> regional.
Protetor da fé	É um regime político islâmico no qual aiatolás projetam uma liderança para todos os islâmicos do mundo, insistindo que seu posicionamento é pan-islâmico e não sectário.

⁴⁰ Interessante notar que os únicos países que ele visitou mais foram outros “aliados fiéis”: Alemanha, México, Reino Unido e França (US DEPARTMENT OF STATE, 2016).

Bastião das revoluções	Um dos deveres seria espalhar a revolução para qualquer outro país islâmico no qual houvesse interesse de derrubar regimes não representativos ou corrompidos.
Ponte	Defende a necessidade de dar voz a todos os islâmicos oprimidos no mundo, principalmente os xiitas. Faz uma ponte entre eles e os opressores.
Independente ativo e agente anti-imperialista	Não se alinha a nenhum outro país estrangeiro, pois considera que muitos possuem interesses imperialistas, que não são o melhor para o povo do Oriente Médio. O país sustenta que qualquer ordem regional deve ser sem a intervenção de países extraterritoriais.

Fonte: Elaboração própria

Tabela II – Papéis Tradicionais da Arábia Saudita

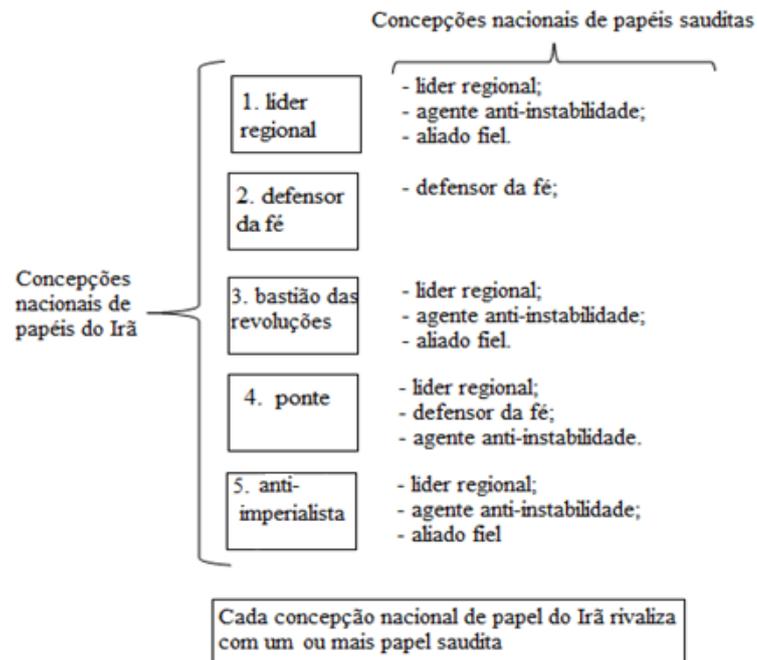
Arábia Saudita	Descrição do Papel
Protetor da fé	Regime é fortemente interconectado com o wahabismo e com a imagem de protetor das cidades sagradas do islã. Projeta uma liderança islâmica para os demais, desde que conservador. Fornece intensas assistências para muçulmanos.
Líder regional	A monarquia mais antiga, estável e rica do Golfo projeta-se como um líder regional que defende a ordem. Provê assistência financeira e religiosa para aqueles que reconhecerem sua predominância regional.
Agente anti-instabilidade	Extremamente opositor a qualquer força que demande uma mudança na ordem regional, especialmente se essa questiona a predominância saudita ou sunita.
Aliado Fiel	Depende dos EUA em termos econômicos e securitários. A aliança é uma barganha: sauditas mantendo uma ordem estável onde os fluxos de petróleo para o Ocidente estão garantidos, e os estadunidenses provêm segurança e armamentos.

Fonte: Elaboração própria

A segunda interação buscou comparar os papéis sauditas com os papéis iranianos. O que se encontrou ao se contrastar tais papéis é que eles são construídos em oposição ao outro (*alter*) e parte da argumentação que define cada papel é justificada pela necessidade de se opor a outro papel de seu rival. Dos nove papéis analisados nesse capítulo, todos fazem alguma referência à rivalidade a fim de fundamentar sua própria concepção. Ou seja, o papel anti-imperialista iraniano justifica-se, sustenta-se e intensifica-se (depende da conjuntura) pelo dever do país de fazer frente a papéis sauditas como aliado fiel, líder regional ou agente anti-instabilidade. À mesma maneira, líderes sauditas defendem que precisam projetar um papel de líder regional para refrear a expansão da influência iraniana por meio dos papéis de líder

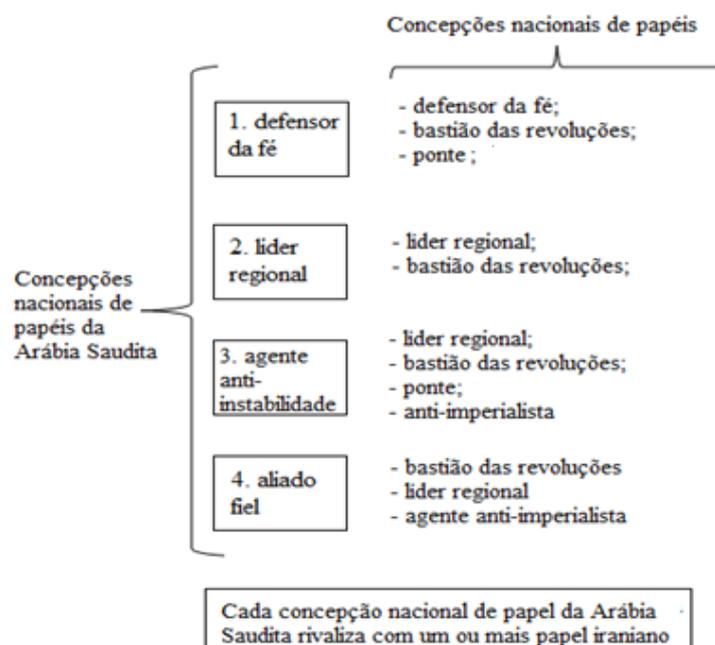
regional, de bastião das revoluções e de guardião da fé. Essa conclusão torna claro o porquê de a rivalidade ser compreendida por uma abordagem que reconheça que a mesma é inerente às identidades nacionais que os dois países projetam, e não somente consequência de uma competição geoestratégica. Nas figuras a seguir, buscou-se ilustrar essa interação dos papéis.

Figura I – Papéis Iranianos Rivalizam com Papéis Sauditas



Fonte: Elaboração própria

Figura II - Papéis Sauditas Rivalizam com Papéis Iranianos



Fonte: Elaboração própria

Nos próximos dois capítulos, apresentam-se os dois estudos de caso selecionados, a Primavera Árabe no Bahrain e a do Iêmen, nesta ordem. Em ambos os casos, descreveram-se as reações iranianas e sauditas diante das manifestações e se elas refletem os papéis trabalhados neste terceiro capítulo. O objetivo desses dois trabalhos de análise empírica foi indicar o quanto os papéis nacionais – e, por consequência, as identidades nacionais projetadas – acabam por influenciar uma decisão internacional e o quanto um acontecimento de instabilidade regional pode indicar alternâncias nos papéis tradicionalmente assumidos.

3. A PRIMAVERA ÁRABE NO BAHRAIN E AS REAÇÕES DO IRÃ E DA ARÁBIA SAUDITA

3.1 A Primavera Árabe no Bahrain

O reino do Bahrain é um pequeno arquipélago situado no mar do Golfo Pérsico, a apenas 16 quilômetros da Arábia Saudita, e é o menor dos países membros do CCG (FRIEDMAN, 2011, p. 3). Tendo em vista sua localização estratégica, diversas nações já ocuparam o arquipélago, como os persas (1718-1738) e os portugueses (1521-1602). No século XIX, os britânicos tomaram o controle do território, estabelecendo um sistema de protetorado (GILLESPIE, 2002, p.27-33). Neste sistema, os britânicos garantiam a rota às Índias e a manutenção do seu Império, enquanto asseguravam, por meio de tratados, boas relações com os governantes locais. Desde o século XVIII, a dinastia governante é a Al Khalifa e, em 1971, o sheik Isa Salman Al Khalifa garantiu a independência do Bahrain, assumindo o título de emir. Desde então, o país é uma monarquia constituinte, com a capital em Manama e consolidou-se como um centro comercial e de negócios importante. Além disso, sua população é etnicamente mista⁴¹, consequência de diversos fluxos migratórios de pessoas nesses períodos (JOYCE, 2011, xi-xvi).

O Bahrain possui uma divisão sectária religiosa latente, na qual a maioria da população é xiita, mas a elite que detém o poder é sunita (TERRILL, 2011, p. 19). A família real Al Khalifa é acusada de segregar a população xiita e de favorecer política e institucionalmente a minoria sunita, principalmente no que se refere ao acesso a empregos e a cargos governamentais (REMETE, 2012, p.23; CARVALHO PINTO, 2014a, p. 167). Além disso, muitos bahrainis xiitas afirmam que o regime estaria, através do estímulo à imigração, modificando a configuração religiosa do país por meio da naturalização de árabes sunitas estrangeiros (CARVALHO PINTO, 2014a, p. 167; MABON, 2012, p. 85). A monarquia Al Khalifa institucionalizou a discriminação política e econômica dos xiitas, que compõem os estratos sociais mais pobres do país (cf. REMETE, 2012, p. 32-33).

Essa divisão sectária é um fator de tensão entre bahrainis, sauditas e iranianos. O Irã, como a maior nação xiita do Golfo, tem interesse em expandir sua influência sobre a maioria do Bahrain. Ademais, existe um histórico de reivindicações iranianas sob o território bahraini, pois, até a instauração do regime Al Khalifa, no século XVIII, o arquipélago era de domínio

⁴¹ Essa população é composta por persas xiitas, por árabes sunitas, por imigrantes árabes de países mais pobres e até por ex-escravos africanos adquiridos durante o protetorado britânico (JOYCE, 2011, x-xvii).

persa (TERRILL, 2011, p. 19). Por esta razão, muitos líderes iranianos questionam a legitimidade do sistema político bahraini e sua capacidade de ser representativo da população majoritariamente xiita.⁴² Assim, há desconfiança entre as monarquias do Golfo sobre quais seriam os verdadeiros interesses iranianos no Bahrain, sentimento que só aumentou após a Revolução de 1979. Teme-se que os xiitas bahrainis comprem o discurso iraniano de exportar a revolução e tentem também derrubar a monarquia vigente (MABON, 2012, p. 85). Já em 1980, um grupo bahraini denominado IFLB (*Islamic Front for the Liberation of Bahrain*, sigla em inglês) tentou dar um golpe de Estado e derrubar os Al Khalifa, o que foi diretamente associado ao Irã. O regime assegurou que Teerã havia treinado e dado suporte ao IFLB (ALHASAN, 2011, p. 603). Por mais que a posição oficial do Irã tenha sido de negar qualquer intervenção ou mediação, depoimentos de figuras importantes iranianas apontaram o contrário (ALHASAN, 2011, p. 603).

Desse modo, existe uma suspeita constante de que o Irã objetiva se infiltrar no jogo político do Bahrain a fim de trazer instabilidade ao regime e derrubar a monarquia. Antes da Primavera Árabe, houve outros momentos em que o povo xiita se manifestou contra o governo, muitas vezes causando confrontos violentos, nos quais os Al Khalifa não hesitaram em diagnosticar o envolvimento iraniano (TERRILL, 2011, p. 21). De fato, existe uma aproximação ideológica entre os xiitas bahrainis e os iranianos – tanto que, em 1979, muitos foram às ruas de Manama comemorar a vitória de Khomeini em 1979 –, contudo a maioria parece ser mais simpática aos preceitos do aiatolá iraquiano Ali Sistani do que do iraniano (cf. JOYCE, 2012, p. 82).

Por outro lado, os xiitas bahrainis são muito próximos – geográfica e ideologicamente – dos xiitas sauditas, que vivem majoritariamente no leste da Arábia Saudita (cf. MABON, 2012, p. 87; AL-RASHEED, 2011, P. 514). Ademais, os xiitas sauditas, do mesmo modo que os bahrainis, acusam o seu regime de segregação, na qual o povo xiita é relegado às piores condições socioeconômicas (REMETE, 2012, p. 23-24). Devido a tal proximidade, Riad vê o Bahrain como um termômetro para analisar possíveis pressões sociais sob o regime monárquico (MABON, 2012, p. 87). Em outras palavras, os sauditas consideram que os acontecimentos na comunidade xiita bahraini servem como indicadores do que pode acontecer entre os xiitas sauditas. Justifica-se, assim, o porquê de a Arábia Saudita se mostrar temerosa diante acontecimentos de natureza política no Bahrain. Riad acredita que qualquer

⁴² Um exemplo é o posicionamento contrário do Xá Reza Pahlevi em relação à independência do Bahrain nas mãos de Al Khalifa; seu interesse era impor sua dominância sobre o Bahrain e anexá-lo, o que criou forte desaprovção, principalmente da Arábia Saudita. Por fim aceitando a independência do país, o Xá deixou claro que não deixaria de considerar o Bahrain como sua zona de influência (TERRILL, 2011, p. 20).

empoderamento dos xiitas possa a ter um impacto direto sobre seu regime e sobre a maneira com que controla sua própria população xiita (ADAMI; POURESMAEILI, 2012, p. 167).

O Bahrain depende muito da economia saudita, sobretudo após a queda dos preços do petróleo, desde o início da segunda década de 2000 (FRIEDMAN, 2011, p. 3). Desde então, o Bahrain está cada vez mais vinculado aos interesses sauditas, principalmente dando suporte à Riad no aparato delicado de tomada de decisão do CCG (FRIEDMAN, 2011, p. 4; DOWNS, 2012, p. 215). Igualmente, o Bahrain é associado a Riad no que se refere a assuntos de geoestratégia, não só porque compartilha grande território de fronteira marítima com os sauditas, mas também pelo fato de que hospeda a Quinta Frota Naval dos EUA desde 1995, encarregada de garantir segurança regional. Logo, a Arábia Saudita acredita que qualquer transformação política no Bahrain pode ter um impacto na presença local dos EUA e, assim, alterar a ordem regional que lhe é preferível (AYOOB, 2012, p. 87).

De uma maneira genérica, em comparação com as outras monarquias do Golfo, o Bahrain é uma das sociedades mais abertas, caracterizada por índices maiores de educação e de participação pública na política (CARVALHO PINTO, 2014a, p. 167). Ainda assim, no decorrer de sua história, houve diversos momentos de inquietude popular nos quais a maioria xiita foi às ruas contestar sua situação de discriminação institucionalizada e demandar maiores direitos (MABON, 2012, p. 85). A chamada Primavera Árabe do Bahrain foi, justamente, mais um destes protestos. Iniciada em fevereiro de 2011, tem suas origens na ascensão do atual emir Hamad Al Khalifa, em 2002, que havia prometido uma série de reformas políticas para reduzir o autoritarismo do regime e não as cumpriu (cf. MABON, 2012, p. 87; ULRICHSEN, 2014, p. 133).⁴³

Ao mesmo tempo em que crescia a impaciência de muitos diante da lentidão das reformas prometidas, o desemprego e a inflação avançavam em um país que se mostrava inapto a diversificar sua economia, a contornar os danos da crise dos preços do petróleo e a gerar suficientes oportunidades de trabalho para sua juventude (ULRICHSEN, 2014, p. 134; DOWNS, 2012, p. 216). Nas eleições de outubro de 2010, houve prisões arbitrárias de membros da oposição e denúncias de tortura, violação de direitos humanos e de truculência policial contra ativistas xiitas (JOYCE, 2012, p. 115; DAVIDSON; ULRICHSEN, 2010). O descontentamento generalizado crescia e, em fevereiro de 2011, à maneira dos

⁴³ O processo de mudança geracional foi acompanhado de esperançosos projetos de reforma política, sendo que houve algumas pequenas alterações constitucionais, como a que abriu espaço para novas eleições parlamentares (ULRICHSEN, 2014, p. 134). Entretanto, essas pequenas mudanças não foram satisfatórias para a população, principalmente porque, mesmo podendo eleger o parlamento, esse não tinha suficiente poder político, pois dependiam hierarquicamente de outra câmara, na qual todos os membros eram indicados pelo rei (JOYCE, 2012, p. 115)

acontecimentos na Tunísia, protestos espontâneos tiveram início nas ruas de várias cidades do Bahrain.

Diversos analistas concordam que os protestos iniciados em fevereiro de 2011 não tinham caráter sectário, e, sim, focavam na necessidade de reforma política, nos problemas socioeconômicos (como desemprego, pobreza e discriminação) e na incapacidade do parlamento eleito de ter poder de fato (cf. ULRICHSEN, 2012; TERRILL, 2011; CARVALHO PINTO, 2014a; JOYCE, 2012; MABON, 2012; LYNCH, 2012). Nos seus primeiros momentos, as manifestações apresentavam caráter pacífico e não havia clamores pelo fim do regime Al Khalifa (TERRILL, 2012, p. 22; MABON, 2012, p. 89). Contudo, a reação violenta da polícia levou a uma evolução dos protestos. No dia 14 de fevereiro, em resposta à repressão policial nas ruas, grande parte dos manifestantes ocuparam a praça *Pearl Roundabout*, que se transformou em símbolo de resistência. No dia 16 de fevereiro, milhares acampavam na praça gritando “abaixo o Khalifa”⁴⁴, o que foi interpretado como uma ameaça direta ao regime (ULRICHSEN, 2012, p. 135). Em resposta, o governo baniu aglomerações e ordenou uma ostensiva ação policial que, durante a manhã seguinte, abriu fogo contra os manifestantes que ocupavam a praça (JOYCE, 2012, p. 116). No dia 18, a repressão continuou: soldados dispersavam as pessoas com gás lacrimogêneo e armas de fogo, e vários bahrainis foram feridos ou mortos (JOYCE, 2012, 116-117).

Enquanto os protestos avançavam para tal fase de repressão e de intimidação, o radicalismo crescia de ambos os lados, assim como a retórica sectária (LYNCH, 2012, p. 147). Inclusive, a monarquia foi acusada de financiar manifestações contrarrevolucionárias de sunitas, incitando que confrontassem os xiitas (LYNCH, 2012, p. 148; ULRICHSEN, 2012, p. 135). Nesse momento, a participação sunita nos protestos virtualmente evaporou, dando, assim, um tom sectário à Primavera Árabe do Bahrain (TERRILL, 2012, p. 22). O governo asseverou que as manifestações nada mais eram do que xiitas apoiados pelo Irã e interessados em desestabilizar o regime, justificando a política de repressão (CARVALHO PINTO, 2014a, p. 168; AYOUB, 2012, p. 87).

Após um mês de protestos, o governo do Bahrain invocou o pacto de mútua defesa entre os membros do CCG, solicitando auxílio. Em 14 de março, pela primeira vez na história do CCG, a operação militar *Peninsula Shield Force* (PSF) foi acionada, e mais de 1000 soldados sauditas e outros 600 emiratis atravessaram a fronteira do Bahrain (LYNCH, 2012, p. 148; MABON 2012, p. 89). Rapidamente, essas forças se uniram à polícia bahraini na

⁴⁴ A referência era muito mais direcionada ao Primeiro Ministro, tio do rei, do que ao rei Hamad (ULRICHSEN, 2012, p. 134).

repressão das manifestações, prendendo milhares de pessoas em todo o país (ULRICHSEN, 2012, p. 136). O local símbolo das manifestações, o *Pearl Roundabout*, foi destruído e o governo declarou Lei Marcial, que ficou em vigor por três meses (JOYCE, 2012, p. 117). O regime iniciou uma ampla campanha de repressão e de intimidação, punindo coletivamente todos os xiitas. Nesse cenário, médicos, advogados e professores foram presos, muitos representantes políticos de oposição e dissidentes foram torturados ou mortos, mesquitas xiitas foram destruídas e mídias independentes foram banidas ou boicotadas (ULRICHSEN, 2012, p. 136; LYNCH, 2012, p. 148). Ao mesmo tempo, a mídia nacional iniciou uma propaganda intensa enquadrando todos os dissidentes como “traidores nacionais”, incitando o ódio e a violência contra os xiitas, ao afirmar que eles eram apoiados pelos iranianos e que tinham como único interesse derrubar a monarquia (ULRICHSEN, 2012, p. 136-137).

Após supressão das manifestações, o Estado de exceção foi finalizado no dia 1º de junho e o emir Hamad prometeu uma série de reformas. Contudo, não houve mudanças (JOYCE, 2012, p. 120-122). Pelo contrário, indicou-se maior repressão por parte do governo, principalmente contra a população xiita, que resiste em esporádicos confrontos (ISMAIL, 2013). É importante destacar, todavia, que, em 2012, o governo estabeleceu uma Comissão de Investigação Independente (*Bahrain Independent Commission of Inquiry –BICI*, em inglês), organizado por um acadêmico renomado de direitos humanos, o professor Cherif Bassiouni, com o objetivo de diagnosticar os possíveis crimes cometidos durante as manifestações e de elencar as questões importantes para o debate sobre reformas políticas e constitucionais.⁴⁵ O relatório Bassiouni reportou mais de 35 mortes e 4.400 pessoas que foram despedidas injustificadamente (MABON, 2012, p. 91). Em resposta ao relatório, o governo afirmou que daria início às reformas recomendadas, estabelecendo uma comissão nacional que supervisionaria o processo. Todavia, as medidas parecem ter falhado em responder às origens dos problemas políticos e econômicos do país (ULRICHSEN, 2012, p. 138; ISMAIL, 2013).

Nas próximas duas sessões, descrevem-se as reações do Irã e da Arábia Saudita, respectivamente, frente à Primavera Árabe do Bahrain. O objetivo principal desse capítulo é enquadrar as reações nos papéis tradicionais elencados no terceiro capítulo, descrevendo mudanças e continuidades.

3.2 Reação iraniana

⁴⁵ A demora por respostas pode também ser percebida como um desentendimento político entre o Rei Hamad, considerado mais cauteloso, e seu tio e Primeiro Ministro, que é considerado muito mais conservador (FRIEDMAN, 2012).

O Irã mostrou empatia pelos movimentos que varreram o Oriente Médio a partir de 2011, enaltecendo os acontecimentos na Tunísia, no Egito, no Marrocos e nos outros países (com exceção do caso sírio). O líder Khamenei considerou as revoltas da Primavera Árabe um reflexo tardio da Revolução Iraniana de 1979. Nas palavras do aiatolá, os eventos atuais no norte da África e outros países têm outro sentido para a nação iraniana [...] eles representam o mesmo despertar islâmico resultado na vitória da grande revolução iraniana” (KURZMAN, 2012, p. 162, tradução nossa). Um embaixador iraniano, Mohammad Khazei, também apontou que “as transformações que estão ocorrendo podem, sem dúvidas, serem entendidas como uma convergência dessas nações com o Irã e com os objetivos traçados pela Revolução de 1979” (PRESS TV, 2015, tradução nossa).

Tal comportamento pode ser associado aos papéis nacionais iranianos. Primeiramente, ao papel de bastião das revoluções, que determina que a Revolução Iraniana deveria ser exportada como modelo para outras nações muçulmanas. Em segundo lugar, pode-se associar tal conduta com o papel de líder regional que o país projeta. A liderança regional que o Irã visa assumir é revisionista, e, portanto, torna-se produtivo ser visto como um modelo, uma fonte de inspiração das manifestações que estavam derrubando governos no Oriente Médio. Qualquer perturbação ao *status quo* é positivamente recebida pelo Irã, principalmente se causa a queda de algum governo cliente ou aliado da Arábia Saudita ou dos EUA (CHUBIN, 2012, p. 16). Apesar dos esforços iranianos, todavia, nenhum movimento ou grupo político que emergiu na Primavera Árabe indicou interesse em ser associado ao Irã (KURZMAN, 2012, p. 162-163; CHUBIN, 2012, 15-18). Por mais que algum grupo de manifestantes tivesse simpatia pelo país, não houve demonstração de vontade de ter sua pauta acoplada à revolução de 1979 (KURZMAN, 2012, p. 163).⁴⁶

No caso específico do Bahrain, a reação iraniana foi reticente, mantendo-se no nível retórico (CHUBIN, 2012, p. 22). Como já mencionado, o governo Al Khalifa e seus aliados consideraram que o Irã tinha influência sobre os xiitas bahrainis e isso seria uma ameaça existencial ao regime (CARVALHO PINTO, 2014a, p. 168). O discurso foi replicado pelos líderes do CCG durante as manifestações em 2011, acusando Teerã de fomentar os tumultos. Entretanto, o governo iraniano insistiu que não estava envolvido em nenhuma conspiração contra a monarquia, reiterando que as manifestações representavam o descontentamento

⁴⁶ Além disso, é importante ressaltar que uma parte dessa juventude percebia com crítica a tentativa dos líderes iranianos de associar as revoltas a si. Isto porque interpretam como hipócrita a iniciativa de Teerã de se assumir como patrono das manifestações árabes ao mesmo tempo em que eles próprios haviam reprimido o povo iraniano no Movimento Verde em 2009 (que contestava as reeleições de Ahmadinejad) e apoiaram o regime de Assad que oprime os manifestantes na Síria (KAYE; WEHREY, 2011).

popular diante de seu sistema político, assim como os outros casos de Primavera Árabe. Nas palavras de Khamenei, “as revoltas do povo do Bahrain são essencialmente as mesmas que do povo do Egito, da Tunísia e da Líbia (...) eles querem eleições livres. Isso é pedir demais?” (ZARRABI-KHASHANI, 2014, tradução nossa). Na mesma linha de pensamento, o então porta-voz da *Majlis* (parlamento iraniano) Ali Larinjani, declarou que “essas pessoas estão buscando mudanças em seus governos e querem ver suas demandas legítimas reconhecidas, e é esta a principal razão pela qual a República Islâmica está apoiando-as” (LARINJANI, 2011) (papel de ponte).

Assim, logo no primeiro mês das manifestações no Bahrain, o Irã, mesmo apoiando o movimento popular, buscou se desassociar da ideia de que estaria auxiliando os xiitas e os instigando a se rebelar. Seu posicionamento era a favor de qualquer manifestação de classes oprimidas (papel de bastião das revoluções e de ponte). Além disso, o país rejeitava a ideia de que as revoltas no Bahrain eram guerras sectárias (papel de líder pan-islâmico). Teerã não achava justo distinguir, nesses movimentos populares, o xiita do sunita; nas palavras de Khamenei,

[O] Irã apoia todos os movimentos populares que estão sobre o slogan do Islã e da liberdade... não distinguimos entre Gaza, Palestina, Tunísia, Líbia, Egito, Bahrain ou Iêmen. Nós temos apoiado os palestinos há 32 anos, e eles não são xiitas (...) não é uma questão de xiismo e sunismo, é um protesto de uma nação contra opressão” (ZARRABI-KHASHANI, 2014, tradução nossa).

O papel de anti-imperialista também é visível na reação iraniana, pois Teerã considerou que o ato de enquadrar a Primavera Árabe do Bahrain como uma guerra sectária correspondia aos interesses das potências estrangeiras. O então presidente iraniano, Mahmud Ahmadinejad, acusou o Ocidente de provocar “um conflito entre Irã e Arábia Saudita ao falar que existe uma guerra entre xiitas e sunitas no Bahrain, com o intuito de salvar o regime sionista”⁴⁷ (HEGEMONS, 2011, tradução nossa). Essa fala do ex-presidente, que é caracterizado por sua retórica radical⁴⁸, simboliza a interação entre o papel de protetor da fé e o de agente anti-imperialista, pois ambos estariam acusando a ação estadunidense na região de ter interesses ocultos. No mesmo tom, o aiatolá Khamenei declarou que “aqueles que tentam

⁴⁷ É praxe nos discursos de muitos líderes islâmicos capitalizar a questão sionista para ganhar margem popular. Batati (2009, p 103) relatou que existe uma obsessão árabe pela causa da Palestina, sendo que todos os regimes árabes se valem – com mais ou menos intensidade – de um discurso contra Israel para defletir atenção de seus problemas domésticos e da demanda por reformas em seu regime. Insistindo que Israel foi algo implantado pelas potências imperialistas, os governos árabes conscientemente manipulam politicamente o conflito a fim de reforçar estereótipos de Israel e de justificar políticas internacionais. Também podemos afirmar que muitos políticos usam os discursos de defesa da Palestina e de demonização de Israel para conseguir apoio das massas árabes.

⁴⁸ Ahmadinejad possuía uma tendência à retórica radical em seus posicionamentos em organismos multilaterais que alarmava a mídia internacional (COOK; ROSHANDEL, 2009, p 52). Seu comportamento era notoriamente confrontacionista (TAKEIH, 2009, p. 239).

interpretar a manifestação do povo do Bahrain contra o despotismo como um conflito entre xiismo e sunismo estão, na verdade, fazendo um grande serviço aos Estados Unidos” (UPRISING IN BAHRAIN, 2011, tradução nossa). Com essa narrativa, o Irã visou desacreditar o discurso sectário caracterizando-o como uma ferramenta estadunidense para desunir o povo islâmico, o que também pode ser associado ao papel iraniano pan-islâmico de protetor da fé, porque, ao negar a força do sectarismo, estaria se projetando como um líder religioso.

Também associado ao papel de anti-imperialista está o esforço iraniano de negar as acusações de interferência nos assuntos domésticos do Bahrain. Em uma nota oficial, o Ministério das Relações Exteriores publicou que nunca aceitaria as acusações de estar intervindo na política doméstica de outro país, porque isso “não teria lugar em sua política exterior” (HEGEMONS, 2011, tradução nossa). De fato, analistas concordam que não há nenhuma prova real que confirme as acusações ou que conecte diretamente o Irã às pessoas que estavam nas ruas durante a Primavera Árabe do Bahrain (TERRILL, 2011, p. 23; MABON, 2012, p. 92; RAFATI, 2012, p. 51). Os três principais argumentos encontrados para justificar as acusações são questionáveis. O primeiro foi a denúncia de um suposto Crescente Xiita e de que o Bahrain seria o primeiro campo de ação dessa conspiração transnacional xiita (cf. CARVALHO PINTO, 2014a, p.169). O segundo argumento foram as acusações de que o Irã teria dado auxílio ao grupo IFLB, que tentou um golpe em 1980, visto que, para a monarquia, ele ainda atuaria entre a população xiita do país (ALHASAN, 2011, p. 615). Já a terceira alegação foi que muitos líderes da oposição bahraini teriam estudado no Irã, o que, na narrativa dos acusadores, faria desses um grupo imbuído da ideologia revolucionária iraniana (cf. CHUBIN, 2012, p. 22; TERRIL, 2011, p. 21).

Mesmo que esses argumentos não sejam comprovados com evidências concretas, o rei Al Khalifa foi bem-sucedido em securitizar a questão ao argumentar que precisava do auxílio dos outros membros do CCG para enfrentar a ameaça (CARVALHO PINTO, 2014, p. 168). O Irã, por sua vez, rejeitou a ação militar do CCG, condenando não só os Al Khalifa, mas, sobretudo, a liderança saudita na operação. Ademais, a intervenção impulsionou a propaganda iraniana contra o regime saudita. De acordo com a mídia oficial iraniana, o rei saudita e os outros monarcas do Golfo teriam invadido o Bahrain por medo de que a “verdadeira revolução” estivesse chegando a suas fronteiras (FURTIG, 2012, p. 13). O jornal iraniano *Kayhan* publicou uma declaração de 57 membros do parlamento condenando a ação e a aliança da Arábia Saudita com Washington, constando que “o envio de forças armadas pelos

sauditas ao Bahrain representava os interesses estadunidenses” (FRIEDMAN, 2012, tradução nossa) (papel anti-imperialista). Em um depoimento, o então ministro de Relações Exteriores do Irã reprovou Riad, dizendo que “a Arábia Saudita está seguindo o caminho errado e terá severas consequências sob si própria” (IRANIAN SPEAKER, 2016, tradução nossa). É patente, portanto, o interesse iraniano de deslegitimar a ação Arábia Saudita, rejeitando sua projeção de liderança regional e sua aliança com os EUA.

O Irã tentou angariar apoio internacional contra a ação militar no Bahrain. O então Ministro de Relações Exteriores, Ali Akbar Salehi, clamou pelo fim do uso excessivo de violência contra os bahrainis, dizendo que esperava “que o governo do Bahrain lidasse com o pleito de seu povo de uma maneira prudente e respeitasse o direito dos indivíduos de lutar por suas demandas através de meios pacíficos” (IRAN TELLS, 2011, tradução nossa). Um dia após a intervenção, Salehi entrou em contato com o Secretariado Geral das Nações Unidas questionando a inércia da organização, destacando que

as forças securitárias estão suprimindo um movimento popular, atacando as casas das pessoas, sequestrando manifestantes, e pessoas que se opõem ao regime estão sendo desempregadas [...] infelizmente parece que o Conselho de Segurança da ONU ignora essas questões e não toma medidas necessárias, enquanto adotou uma abordagem diferente em acontecimentos bem semelhantes em outros países da região (LARINJANI, 2011c, tradução nossa).

O ministro também demandou por ações da Organização para a Cooperação Islâmica (OIC) e da Liga Árabe, igualmente sem obter sucesso (FRIEDMAN, 2012). Ademais, o então porta-voz das *Majlis*, Ali Larinjani, enviou cartas aos parlamentos de diversos países islâmicos pedindo por apoio, afirmando que “direitos básicos de pessoas estão sendo abertamente violados desde que forças estrangeiras entraram no Bahrain [...] essas ações vão contra qualquer valor e moral islâmica e não estão de acordo com convenções internacionais” (papel de ponte), no entanto não surtindo efeito (IRAN URGES, 2011b, tradução nossa).

De uma maneira geral, portanto, a ação do Irã diante da Primavera Árabe do Bahrain foi bastante retórica e reativa. Se por um lado houve uma oposição às ações de violência, de opressão e de intervenção militar, os líderes iranianos mantiveram as críticas em nível discursivo. De que se tenha conhecimento, não houve ação direta por parte do Irã de intervir no país (o que está de acordo com seu papel de anti-imperialista), nem de penalizar a ação dos países do CCG mediante, por exemplo, reduzir ou cortar relações diplomáticas. Pelo contrário, ainda durante o estado de emergência imposto no Bahrain, o ministro Salehi foi enviado para diversas missões pelo Golfo – visitando Doha, Abu Dhabi, Mascate, Kuwait e Bagdá – a fim de limitar possíveis danos na política externa e repassando a ideia de boas

relações com vizinhos (IRAN'S PM, 2011).⁴⁹ Outro membro do Ministério de Relações Exteriores, Ramin Mehanparast, disse que o Irã deveria “ter sérias conversas com os países do Conselho de Cooperação do Golfo e não deve permitir que assuntos diversos criem divisões entre eles” (IRANIAN PARLIAMENT, 2011, tradução nossa). Para Shahram Chubin (2012, p. 15), o governo iraniano estava despreparado para a Primavera Árabe no Golfo e ficou ainda mais surpreso com a rapidez com que o CCG se unificou e organizou a operação militar, dando pouco espaço de ação para o Irã.

Outros dois acontecimentos derivados da Primavera Árabe do Bahrain se mostraram preocupantes para o país. Primeiramente, quando Riad propôs uma ampliação do CCG e, em uma segunda ação, quando os sauditas sugeriram a união das coroas do Bahrain e da Arábia Saudita (esses pontos serão aprofundados na próxima sessão). O Irã se opôs fortemente a essas duas possibilidades, principalmente à unificação dos dois reinados (papel anti-imperialista). Larinjani declarou que “ninguém poderia engolir o Bahrain”, e o jornal *Raja News* ameaçou afirmando que, no evento de uma união, o Irã reviveria sua “legítima reivindicação sobre o território do Bahrain” (CHUBIN, 2012, p. 26, tradução nossa). No mesmo tom, o jornal *Kayhan*, conhecido por ser porta-voz de Khamenei, publicou um editorial em que afirmava que o país reservava para si o “direito de querer o retorno de uma província separada de sua pátria”, fazendo referência ao Bahrain (SALLOUM, 2012, tradução nossa) (fortemente opositor ao papel de líder regional saudita).

Em conclusão, é possível perceber que os papéis nacionais iranianos estiveram visíveis no caso estudado, mas se mantiveram no nível de retórica e com poucos efeitos sobre a política externa do país. Teerã teve um comportamento reativo, condenando em seu discurso a ação dos sauditas, mas não dando indícios de alterar sua política internacional a fim de rivalizar direto com Riad. Mesmo que a intervenção do CCG tenha sido imediatamente rejeitada por Teerã, o país não pode fazer muito além de assistir os acontecimentos e esperar que o movimento de oposição do Bahrain ganhasse força e propagasse valores que fossem similares aos seus (DOWNS, 2012, p. 228). Somente caso o regime caísse poder-se-ia falar de um maior espaço para atuação da influência iraniana, semelhante ao que aconteceu no Iraque após a queda de Saddam.

Por outro lado, os papéis de anti-imperialista e de líder islâmico não sectário funcionaram também como coibidores de uma ação direta iraniana na crise do Bahrain: ambos

⁴⁹ A única situação de afronta foi, um ano depois, em abril de 2012, quando Ahmadinejad visitou a ilha de Abu Musa, em um ato de provocação, segundo seus vizinhos. Isso foi seguido por reuniões e seminários no CCG sobre como seria a reação caso o Irã ocupasse de fato a ilha, o que não aconteceu (CHUBIN, 2012, p. 23-24).

constroem uma imagem de um Irã que não invadiria o território de um vizinho, muito menos incentivando uma divisão religiosa. Por fim, é importante destacar que, estrategicamente, iniciar um conflito *proxy* no Bahrain, despendendo gastos e contingente militar em um período de estrangulamento econômico, não se mostrou uma tática muito atrativa aos tomadores de decisão iranianos. Neste caso, os interesses estratégicos tiveram uma força mais imperativa na tomada de decisão sobre política externa do que seus papéis nacionais (DOWNS, 2012, p. 229).

3.3 Reação saudita

Segundo Silvia Colombo (2012, p. 5), o comportamento saudita perante as manifestações no Mundo Árabe pareceu contraditório em uma primeira análise, apresentando “dois pesos e duas medidas”, pois apoiou alguns movimentos enquanto se opôs a outros. Não obstante, o posicionamento saudita foi, na verdade, fortemente de acordo com os papéis nacionais concebidos pelo país. Sustenta-se que a reação saudita frente à Primavera Árabe foi resultado de uma estratégia pragmática que objetivava garantir os principais interesses de Riad no Oriente Médio. Nos países do Golfo, os sauditas agiram de uma maneira contrarrevolucionária, fazendo esforços para impedir que regimes fossem derrubados ou as alianças quebradas (COLOMBO, 2012, p. 4; RIEGER, 2013, p. 2; CHUBIN, 2012, p. 24). Qualquer mudança do arranjo político significaria uma alteração do *status quo*, o que não era interesse de Riad (papel de anti-instabilidade). Já em outros países, como a Líbia e a Síria, a Arábia Saudita apoiou rebeldes que estavam dispostos a derrubar os regimes (RIEGER, 2012, p.20). Isso pode ser explicado porque a derrocada destes governos (os dois primeiros extremamente nacionalistas e a Síria o único aliado árabe iraniano) traria vantagens para Riad na batalha por liderança regional. Ou seja, alterações no Golfo simbolizavam uma ameaça, enquanto a derrocada dos regimes da Síria, do Egito e da Líbia, uma oportunidade para maior expansão de sua influência.

Após o estopim da Primavera Árabe, a Arábia Saudita tomou medidas conservadoras não só em âmbito internacional, mas também doméstico. Por um lado, Riad aumentou policiamento e repressão de qualquer tumulto; por outro lado, forneceu ajuda financeira a grupos chave da sociedade e fez reformas políticas limitadas (COLOMBO, 2012, p. 8). Por receio de que se rebelasse sua minoria xiita, o governo saudita iniciou uma política repressiva, e, entre fevereiro e março de 2011, mais de 160 pessoas foram presas por mostrarem simpatia às manifestações (AL-RASHEED, 2011, p. 518). Pequenos protestos

aconteceram no leste do país, onde se concentram os xiitas (muitos deles criticando a intervenção saudita no Bahrain), e foram violentamente reprimidos (AL-RASHEED, 2011, p. 516; MATTHISSEN, 2012, p. 658). Ao mesmo tempo, ainda em 2011, o rei saudita Abdullah anunciou um pacote amplo de benefícios direcionados às classes médias e baixas e, nos meses seguintes, anunciou uma nova data para eleições municipais, dando a possibilidade inédita de votar e concorrer às eleições do país (RIEGER, 2013, p. 3).

Especificamente sobre a Primavera Árabe do Bahrain, pode-se afirmar que a reação saudita foi contrarrevolucionária e preventiva. Interessada na manutenção do regime Al Khalifa e na supressão do movimento xiita, a Arábia Saudita agilizou a ação do CCG para auxiliar o governo bahraini (papel de líder regional e de agente anti-instabilidade). Como já mencionado, os sauditas estavam preocupados com um possível efeito *spillover* sobre sua população xiita, além de temerem que o Irã ganhasse influência regional caso o Bahrain passasse por reformas políticas que beneficiassem os xiitas (RIEGER, 2013, p. 6). Assim, logo quando começaram as manifestações, Riad posicionou-se como apoiador do regime Al Khalifa, orientando o povo bahraini a respeitar o sistema que governava o país (agente anti-instabilidade). Em nota oficial, o reino apelava “para que seus irmãos bahrainis pensem racionalmente ao expor suas opiniões e não deixem de aceitar o que lhes for apresentado como respostas pelo governo” (AN OFFICIAL, 2011, tradução nossa).

A Arábia Saudita se alinhou ao rei do Bahrain e concordou com a acusação de Manama de que o Irã estaria intervindo e incitando insurgências em todo o país. O regime saudita, fazendo referência ao Irã, anunciou que “absolutamente rejeita qualquer interferência estrangeira nos assuntos internos do Estado do Bahrain, visto que a população do Bahrain e seu governo são os mais hábeis para decidir sobre sua segurança, estabilidade e pátria” (AN OFFICIAL, 2011, tradução nossa). Em outro depoimento oficial, o ministro Abdulaziz Khoja, falou que “os países membros do CCG totalmente apoiam o Reino do Bahrain”, considerando sua segurança e a estabilidade como “essencial para o Conselho como um todo” (DEPUTY, 2011, tradução nossa). Aqui, novamente, percebe-se o interesse em projetar a Arábia Saudita como aliada do Bahrain, assim como em mostrar união política entre as monarquias do Golfo (papel de líder regional).⁵⁰

As monarquias do Golfo responderam positivamente ao pedido do rei Hamad, e Riad coordenou a operação da *Peninsula Shield Force*, em que a maioria dos comandantes era

⁵⁰ Em outro comunicado oficial, o Conselho considerou que o Irã tinha “um posicionamento hostil” e fazia uma “intervenção provocadora nos assuntos internos dos países do CCG” (FOREIGN MINISTERS, 2011, tradução nossa).

saudita (ADAMI; POURESMAEILI, 2012, p. 167). Em uma declaração oficial, o CCG defendeu que a operação visava proteger “pontos estratégicos do Bahrain”, indicando que o país sofria com os efeitos de “subversão, distúrbios e ações irresponsáveis de grupos de oposição” (DEPUTY, 2011). De acordo com os comunicados oficiais do CCG, a operação não deveria ser interpretada como uma intervenção porque foi solicitada pelo próprio rei do Bahrain e estava no âmbito do acordo de defesa conjunta (SAUDI PRESS AGENCY, 2011b). Oficialmente, as forças militares só foram acionadas após o pedido do rei Hamad, entretanto, segundo Bruce Rieger (2013, p.7), certas fontes indicaram que o país já havia sido alertado que, se não conseguisse lidar sozinho com as manifestações, os sauditas assumiriam o comando. Essa constatação, se legítima, indicaria que Riad não estava disposta a correr o risco de maiores instabilidades na região (agente anti-instabilidade).

Também é importante destacar que a Arábia Saudita se valeu de meios econômicos para restaurar a estabilidade nesse caso, performance típica dos papéis de líder regional e de agente anti-instabilidade. A Arábia Saudita é o principal financiador do Bahrain e, durante a Primavera Árabe, o número de doações, auxílios e empréstimos feitos à Manama escalaram (COLOMBO, 2012, p. 7). Foram doados mais de US\$ 10 milhões para que o regime dos Al Khalifa investisse em projetos de moradia, em infraestrutura e em criação de empregos (RIEGER, 2014, p. 6). Essas ações tinham como principal objetivo reduzir as pressões sociais e, assim, amenizar o clima de insatisfação entre povo bahraini.

Desse modo, a Arábia Saudita manteve as práticas tradicionais de assegurar seu *status quo* – via diplomacia e auxílio financeiro. Entretanto, a intervenção militar deve ser interpretada como uma nova camada na performance dos papéis sauditas, visto seu caráter inédito. A mensagem era direcionada ao Irã e mostrava que Riad tinha as capacidades necessárias para assegurar, mesmo que à força, o *status quo* e o seu papel de liderança no Golfo. A Arábia Saudita apresentava-se preparada para usar a força quando necessário a fim de combater ideologias contrárias às suas e de garantir a continuidade da ordem do Golfo Pérsico (ULRICHSEN, 2012, p. 140).

Ao considerar que a grande fonte de instabilidade no Bahrain eram os xiitas e que eram sustentados pelo Irã, a Arábia Saudita adotou o discurso do Crescente Xiita. Defende-se, neste trabalho, que Riad, então, estaria alterando seu papel de protetor do Islã, optando por abandonar o caráter pan-islâmico. Desde os anos 1980, Riad tem mais vínculos com países sunitas, mas seu discurso oficial mantinha a ideia de que se projetava como um líder pan-islâmico *status quo* (ALTORAIIFI, 2012, p. 122). Em outras palavras, o rei saudita colocava-

se como um protetor de qualquer islâmico que não contestasse a ordem vigente, auxiliando e defendendo regimes com tendências conservadoras. Contudo, muitos autores trabalharam com a ideia que, a partir da queda de Saddam Hussein, a Arábia Saudita passou conscientemente a utilizar o sectarismo como uma ferramenta para se projetar regionalmente (AL-RASHEED, 2011; REMETE, 2012; TERRILL, 2011; COLOMBO, 2012). Afirma-se que a ameaça da expansão iraniana foi respondida com o avanço do discurso sectário agressivo no Golfo (cristalizado no Crescente Xiita), que visou opor de um lado os sunitas e os países membros do CCG e, de outro, os xiitas e o Irã (COLOMBO, 2012, p. 11-12).

O ápice dessa transformação do discurso é percebido, segundo Silvia Colombo (2012) e Malawi Al-Rasheed (2011), nos posicionamentos sauditas face à Primavera Árabe, uma vez que o país justificou suas ações pelo discurso sectário.⁵¹ Os movimentos populares foram interpretados pelos sauditas como uma oportunidade para estimular tal discurso contra os xiitas e renovar a lealdade das maiorias sunitas (AL-RASHHED, 2011, p. 514). Desde então, o país passou a mobilizar internacionalmente forças políticas sunitas conservadoras a fim de tê-las como aliadas, valendo-se do desprezo que muitos desses grupos têm em relação aos xiitas como impulsionador de sua liderança (COLOMBO, 2012, p. 11). Sustenta-se aqui que o papel saudita de protetor do islã estaria, então, passando por uma consciente transição na qual abandona o discurso pan-islâmico, percebendo maiores benefícios em uma retórica direcionada somente aos sunitas, que são maioria mundial.

Por fim, há outros quatro acontecimentos derivativos da Primavera Árabe que podem indicar outras alterações nos papéis nacionais sauditas e a possível elaboração de um novo papel. São eles: (i) a percepção saudita de que os EUA não necessariamente são os únicos provedores de segurança da região; (ii) a reafirmação saudita como líder do CCG; (iii) o interesse de Riad de expandir o CCG e (iv) a iniciativa de criar uma União do Golfo. Todos os acontecimentos podem não só simbolizar uma modificação na identidade estatal saudita, como também tem efeitos diretos sobre a rivalidade com o Irã. Estes quatro pontos serão tratados a seguir.

Primeiramente, é preciso reconhecer que a Primavera Árabe aconteceu em um momento de mudanças no Golfo Pérsico, no qual os regimes monárquicos se percebiam vulneráveis, pois cresciam suas dúvidas sobre a função dos EUA de garantidor da segurança regional (i) (CHUBIN, 2012, p. 25). De fato, desde a decisão de Washington de invadir o

⁵¹ O discurso sectário foi utilizado para justificar a intervenção no Bahrain, mas também para explicar o apoio saudita às forças de oposição na Síria. O CCG aplicou a mesma lógica que fez no Bahrain, mas inversa: ele acusou o regime *alawita* (aliados iranianos e próximos à minoria xiita) de estar reprimindo uma minoria sunita (AL-RASHEED, 2011, p. 515).

Iraque em 2003 para destituir do poder Saddam Hussein (um ex-aliado estadunidense), os sauditas (e em menor escala, as outras petromonarquias) começaram a suspeitar das reais pretensões dos EUA de garantir o *status quo* regional (WEHREY *et al*, 2009; p. 61; JAHNER, 2012, p. 44). Somam-se a isso as invasões estadunidenses no Afeganistão e no Iraque, que acabaram por abrir arenas políticas novas nas quais Irã e Arábia Saudita poderiam competir e expandir sua influência (GAUSE III, 2014, p. 12).

Assim, a partir dos anos 2000, a Arábia Saudita passou a aumentar suas capacidades militares, adquirindo equipamento estrangeiro, investindo em treinamento militar, em bases aéreas, entre outros (BOJARCZYK, 2012, p. 87). Em 2010, Riad e Washington anunciaram o maior acordo de venda de armamentos da história dos EUA, totalizando um pacote de U\$60 bilhões (SHANKER; SANGER, 2010). Argumenta-se que tais mudanças começaram pois há uma desconfiança por parte de Riad diante da atual predisposição dos EUA em garantir a segurança do Golfo. Mudanças na política externa estadunidense (como o desmantelamento da Doutrina Bush⁵² e a reorientação para a Ásia⁵³ durante o governo Obama) levam Riad a buscar meios independentes para garantir o *status quo* regional e sua liderança. Segundo Gause III (2011, p. 23), Washington e Riad possuem muitos interesses em comum, mas a relação estaria mudando: ela não pode mais ser entendida como na Guerra Fria, quando o alinhamento era previsível e quase automático. Ou seja, o papel de aliado fiel estaria mudando a partir dos anos 2000, sendo que a Primavera Árabe do Bahrain é um eficiente exemplo dessa alteração.

Os EUA criticaram a ação repressiva do governo bahraini, defendendo que os manifestantes e a oposição deveriam ser considerados como atores políticos legítimos e com demandas válidas (TERRILL, 2011, p. 25). Washington posicionou-se a favor de um novo rearranjo político e reconciliação no Bahrain, visto que um prolongamento da instabilidade no país era diretamente prejudicial a si e à permanência de sua frota naval na região (GAUSE III, 2011, p. 24). Entretanto, isso não impediu a Arábia Saudita de se opor a reformas, de condenar as manifestações e de reforçar a repressão militar. A então secretária de Estado Hillary Clinton tentou dialogar com os sauditas sobre o respeito aos direitos humanos no Bahrain, mas teve sua iniciativa rechaçada (COOPER, 2012, p. 7-8). A palavra final foi da

⁵² Quando eleito, Barack Obama anunciou que sua política externa para o Oriente Médio concentrar-se-ia em rever a política ofensiva de Bush em prol de melhores relações com os países da região, que inclusive abrisse um caminho para a aproximação diplomática com Síria e Irã (RYNHOLD, 2009; INDIK *et al.*, 2012)

⁵³ Em 2011, a administração Obama anunciou que elaborariam uma alteração em sua grande estratégia internacional, na qual haveria uma gradual diminuição da presença física estadunidense no Oriente Médio a favor de um maior foco para a região da Ásia-Pacífico, particularmente o Sudeste Asiático (BRANDON, 2012).

Arábia Saudita e afirmava que a operação era essencial para salvar o Bahrain do risco da influência iraniana (GAUSE III, 2011, p. 27).

Por fim, mesmo pedindo cautela, os EUA não se posicionaram contra a ação militar, nem exigiram o retorno das forças militares. Para os EUA, manter relações estáveis com Riad provou-se mais importante do que promover direitos humanos e reformas na região (COOPER, 2012, p. 8). O fato que se pretende destacar aqui é que a Arábia Saudita agiu militarmente na região em o aval da potência estadunidense. Essa situação pode servir como um indicador de mudanças na performance do papel saudita de aliado fiel. Na última década, a Arábia Saudita se mostra mais disposta a tomar a dianteira no que se refere à política internacional do Golfo (GAUSE III, 2014, p. 13).

A segunda consequência da Primavera Árabe do Bahrain que se identifica como indício de alterações nos papéis sauditas foi a reafirmação do país como líder do CCG (ii). Argumenta-se ser mérito de Riad a mobilização rápida de forças na operação *Peninsula Shield Force* (RIEGER, 2013, p. 7). Tal agilidade dentro do aparato de decisão do CCG é notável porque não segue a típica lentidão do Conselho em alcançar unanimidade (cf. WEHREY *et al*, 2009; p. 45-48). Segundo Mehram Kamrava (2011, p. 98), a Arábia Saudita sempre prescreveu para si o papel de liderança regional dentro do CCG, mas ele era contestado⁵⁴. Entretanto, a Primavera Árabe deu ao ativismo diplomático saudita um novo senso de urgência. Ao perceber a ameaça que a revolução bahraini poderia significar para o sistema regional como um todo e que os EUA não atuariam em prol da manutenção do regime Al Khalifa, os sauditas decidiram agir por conta própria (KAMRAVA, 2011, p. 99).

A terceira consequência (associada à segunda) foi o convite saudita feito à Jordânia e ao Marrocos para serem novos membros do CCG (iii). Esse ato pode ser interpretado como uma tentativa de formar uma nova identidade para o Conselho, não mais baseada somente em proximidade geográfica, mas também em afinidade política (COLOMBO, 2012, p. 10). É importante destacar que o convite foi feito pelo rei Abdullah, em maio de 2011, sem ter consultado formalmente outros membros, e o anúncio foi uma surpresa para alguns países, (PARTRICK, 2011, p. 30).⁵⁵ Essa nota é importante, pois soa como um indicativo de que Riad estaria convicto de seu papel de liderança dentro do Conselho e não precisaria de respaldo para suas ações. É importante destacar também que são as duas únicas monarquias

⁵⁴ Historicamente, os Emirados Árabes Unidos e o Qatar sempre foram os principais países a questionar esses papéis. (KAMRAVA, 2011, p. 98).

⁵⁵ Principalmente para o Kuwait, que tem ressentimentos com a Jordânia. A Jordânia apoiou Saddam Hussein quando ele invadiu o Kuwait na Guerra do Golfo de 1991.

islâmicas fora do Golfo Pérsico⁵⁶, sendo que o convite indicaria, possivelmente, o interesse saudita de projetar-se como um unificador das monarquias islâmicas, protegendo-as.

Por fim, o quarto ponto trazido, que também está relacionado aos dois anteriores, é o anúncio saudita do seu interesse em unificar seu reino com o do Bahrain (CHUBIN, 2012, 25) (iv). Esse projeto era uma tentativa saudita de formar uma coalizão anti-Irã de monarquias sunitas, na qual a unificação com o Bahrain constituiria a primeira fase desse processo (ADAMI; POURESMAEILI, 2012, p. 116). As reações dentro do CCG foram mistas e muitos líderes do Golfo perceberam a proposta de união como uma tentativa excessiva de instrumentalização do Conselho por parte de Riad (MIDDLE EAST POLICY COUNCIL, 2016). Contudo, eles não tiveram habilidade de descartar a proposta, que continua em aberto para mais debate (MIDDLE EAST POLICY COUNCIL, 2016; CHUBIN, 2012, p. 26-27).

Dessa maneira, propõe-se nesse trabalho a extração de um novo papel saudita, baseado nesses três momentos – (ii), (iii), (iv) – e gerado a partir dos papéis de agente anti-instabilidade, de líder regional e de líder islâmico. A Arábia Saudita estaria começando a projetar um papel nacional de *patrono das monarquias islâmicas*. Ao assumir o comando da missão de maneira proativa, ao envolveras outras monarquias islâmicas e ao propor uma unificação com Manama, Riad pretendia expandir a influência do CCG e apresentá-lo como uma alternativa à Liga Árabe (KAMRAVA, 2011, p. 100).⁵⁷ Ademais, a iniciativa traria ao CCG maior capacidade de enfrentar ameaças, pois adicionaria ao aparato securitário dois países que possuem exércitos maiores do que os das pequenas monarquias do Golfo (PARTRICK, 2011, p. 31).

Em conclusão, é visível que Riad tomou a dianteira na política internacional no Golfo Pérsico, utilizando a Primavera Árabe como um argumento para expandir sua liderança e para alcançar suas ambições regionais. Muitos dos papéis nacionais sauditas são encontrados nas reações face aos acontecimentos no Bahrain, sendo uma novidade nas tradicionais performances de papel que o país assume o fato de Riad ter coordenado uma intervenção militar em um país vizinho. Tal ação força a uma reinterpretação de alguns papéis, podendo indicar uma alteração na política internacional do país. De uma maneira geral, é perceptível que a Arábia Saudita, diante de diversas oportunidades e ameaças, estaria tomando uma posição muito mais assertiva no Golfo do que costumava, a fim de garantir seus papéis de liderança e, assim, advogar por ganhos na rivalidade regional com o Irã.

⁵⁶ Jordânia e Marrocos já são, há muito tempo, parceiros estratégicos do CCG, principalmente no âmbito militar, e seus laços econômicos tem aumentado nos últimos anos (TAMAMY, 2015).

⁵⁷ Para Kamrava (2012, p. 100), se o CCG se expandir, ele pode ser compreendido como uma nova união árabe.

3.4 Os papéis encontrados na Primavera Árabe do Bahrain

O que se buscou nesse capítulo foi desenvolver quais papéis o Irã e a Arábia Saudita conseguiram projetar após os acontecimentos da Primavera Árabe do Bahrain, tomando-a como um momento de novas oportunidades e de desafios geopolíticos. Nas tabelas a seguir, as interpretações encontradas são resumidas. Visto que um papel nacional pode se manter somente no nível de retórica ou pode, também, representar uma performance, as descrições na tabela indicam tal diferenciação quando necessário. As retóricas são tratadas, nas tabelas, através de níveis de intensidade (baixo, médio ou alto) que foram determinados conforme a semelhança entre as reações encontradas no estudo de caso e as descrições dos papéis nacionais. Ou seja, uma retórica será de nível alto se o que está descrito no presente capítulo é semelhante ao que está nas sessões do capítulo anterior que apresentam cada papel. Já a retórica é baixa quando pouco se percebe, nas reações, um discurso que faça referência aos papéis.

Tabela III – Papéis Iranianos no Caso do Bahrain

IRÃ	
Papéis	Reações frente à Primavera Árabe no Bahrain
<i>Líder regional</i>	Retórica baixa: pouco espaço para projeção desse papel; tentou captar liderança ao apresentar o país como exemplo revolucionário. Deixou claro que não participou das manifestações e seu comportamento foi totalmente reativo.
<i>Protetor da fé</i>	Retórica média: tentou desassociar das manifestações o caráter sectário, afirmando que não havia um conflito sectário acontecendo; condena sauditas por atacarem xiitas. Está de acordo com o papel de líder pan-islâmico.
<i>Bastião das revoluções</i>	Retórica forte: interpretou as manifestações como um reflexo tardio de sua própria revolução de 1979, mesmo que não tenha havido nenhum grupo interessado em fazer tal associação. Afirmou não tomar atitudes para dar assistência aos movimentos revolucionários no Bahrain.
<i>Ponte</i>	Retórica média: deixou claro que a manifestação é resultado de um povo oprimido por seu regime que tem direito em suas demandas e condena violência da operação contra civis. Não tomou atitudes concretas para auxiliar esses grupos oprimidos.
<i>Anti-imperialista</i>	Retórica forte: principalmente depois que ocorreu a intervenção militar do CCG, o Irã afirmou que tais intervenções invadiam o espaço doméstico do Bahrain e representariam interesses

	<p>imperialistas da Arábia Saudita e de seu aliado, os EUA. Não tomou ação para cortar relação com nenhum dos países do CCG.</p>
--	---

Fonte: Elaboração própria

Tabela IV – Papéis Sauditas no Caso do Bahrain

ARÁBIA SAUDITA	
Papéis	Reações frente à Primavera Árabe no Bahrain
<i>Líder regional</i>	<p>Retórica forte: deixou claro que o Golfo é sua área de projeção de influência, reagindo a uma possível intervenção iraniana. Tomou uma ação proativa à frente do CCG a fim de garantir seu papel de liderança no Golfo; coordenou a operação militar.</p>
<i>Protetor da fé</i>	<p>Há modificações: consolidou-se, com a Primavera Árabe, a ideia que a retórica de protetor da fé se direcionaria somente aos sunitas, enquadrando os xiitas como os desestabilizadores regionais. A Arábia Saudita não poderia mais ser classificada como pan-islâmica.</p>
<i>Agente anti- instabilidade</i>	<p>Retórica forte: apoiou uma campanha de controle dos xiitas não só no Bahrain, mas em seu território também, visto que considerou que esses eram os grandes desestabilizadores regionais. A ação da <i>PeninsulaShield Force</i> pode ser claramente compreendida como uma performance do papel de agente anti-estabilidade.</p>
<i>Aliado fiel</i>	<p>Há modificações: a Arábia Saudita coordenou a intervenção no Bahrain, mesmo sem o aval dos EUA, e rechaçou as tentativas de diálogo por parte de Washington sobre direitos humanos. Isso indicaria que Riad (i) não dependeria somente dos EUA para garantir segurança do Golfo e (ii) não se perceberia mais como um aliado automático de Washington. A performance do papel de aliado fiel poderia estar se transformando em direção a um maior pragmatismo.</p>
<i>Patrono das monarquias islâmicas</i>	<p>(i) ao fortalecer seu papel de liderança no CCG; (ii) ao contestar a capacidade/interesse dos EUA em garantir a segurança; (iii) ao convidar Jordânia e Marrocos para integrar o Conselho e (iv) ao propor uma unificação com o reino do Bahrain (iv), o país estaria cunhando um novo papel. Esse novo papel visa projetar o país como líder não só na região do Golfo, mas entre todas as monarquias sunitas, criando um bloco coeso e com maiores capacidades para enfrentar ameaças.</p>

Fonte: Elaboração própria

4. A PRIMAVERA ÁRABE NO IÊMEN E AS REAÇÕES DO IRÃ E DA ARÁBIA SAUDITA

4.1 A Primavera Árabe no Iêmen

O Iêmen é, ao mesmo tempo, o país mais populoso e o mais pobre da península arábica. Com mais de 24 milhões de habitantes, sua população é fracionada, composta por diversos atores políticos e tribais, alguns militarizados, que, há décadas, travam uma luta por poder que perpetua instabilidade no país (HAYKEL, 2011). O Iêmen, a única república da península, tem uma localização estratégica, fazendo fronteira com a Arábia Saudita e com Omã. No país está o estreito *Bab el-Mandeb*, um ponto de estrangulamento estratégico entre o Mar Vermelho e o Mar Arábico, que separa a península árabe da africana (Djibuti) em apenas 30 quilômetros (ETHEREDGE, 2011, p. 75). Ademais, a cidade portuária de Áden, no sul do país, é um importante ponto de passagem de algumas das rotas marítimas mais movimentadas do mundo, e, diariamente, em torno de três milhões de barris de petróleo passam por ali (LISTER, 2011).

Devido à sua posição litorânea, o país foi essencial no período da dominação britânica, principalmente porque os navios mercantes que viajavam para as Índias utilizavam Áden como uma estação de reabastecimento (LISTER, 2011). Contudo, a ausência de reservas de petróleo em comparação com os países vizinhos e a falta de investimento externo em sua economia, somados à constante instabilidade política, fizeram do país o mais periférico do Golfo, com baixíssimos índices de desenvolvimento. Atualmente, em torno de metade da população iemenita vive com menos de um dólar por dia, e a situação econômica tem se agravado desde a crise do mercado petrolífero nos anos 2000 (DURAC, 2012, p. 164). Possui também um sistema precário de abastecimento de bens básicos e índices preocupantes de desemprego, de analfabetismo e de fome (KRONENFELD; GUZANSKY, 2014, p. 85; DURAC, 2012, p. 164).

A Primavera Árabe do Iêmen, que começou em 2011, refletiu o esgotamento social diante da situação econômica e política do país (CLAUSEN, 2015, p. 17). As manifestações, todavia, mesmo tendo conseguido retirar o presidente que estava no poder há 22 anos, desdobraram-se em uma guerra civil que assola o país até o momento de escrita da presente dissertação, sem sinais de término. Para compreender os acontecimentos no Iêmen a partir de 2011 e o envolvimento do Irã e da Arábia Saudita, é preciso, primeiramente, entender como se dá a complexa interação entre os diversos atores políticos do país.

Antes de sua unificação nos anos 1990, que define os limites territoriais atuais do Iêmen, o país raramente esteve em sua totalidade sob o controle de um único regime. No século XVI, o país era controlado por diversos Imãs concorrentes que, durante o Império Britânico, em 1904, conseguiram chegar a um acordo e definir as fronteiras do Iêmen do Sul (capital Áden) e do Iêmen do Norte (capital Saná) (BREHONY, 2015, p. 232). Durante a Guerra Fria, os dois países possuíam sistemas políticos contrastantes: o Iêmen do Norte era uma república controlada por uma elite militar e que teve, desde 1978, Ali Abdullah Saleh como seu presidente; já o Iêmen do Sul, também uma república, se considerava um regime marxista, tendo um aparato econômico e político que refletia o socialismo soviético (ETHEREDGE, 2011, p. 100). Após o fim da URSS, Áden foi privada de seu principal aliado internacional, o que expôs a crise econômica e institucional do país do sul. Assim, os líderes políticos sulistas concluíram ser benéfica a unificação federativa com o regime do norte. O presidente Saleh coordenou o processo, tornando-se, em 1990, o presidente da República do Iêmen (BREHONY, 2015, p. 236).

Saleh criou um sistema de governo centrado na sua própria figura. De acordo com a autora Elham Manea (2014, p. 164), o Iêmen pode ser classificado como um “*cunning state*”, o que simboliza um Estado governado por uma elite política que joga com as divisões étnicas e tribais de sua própria sociedade, explorando o medo de seus cidadãos e da comunidade internacional, para perpetuar sua permanência no poder. Saleh, durante décadas, utilizou as divisões sociais para argumentar que ele era a única força capaz de criar um ambiente estável de união no país e que, se perdesse sua autoridade, o Iêmen esfacelar-se-ia em confrontos e incertezas. De fato, Saleh beneficiou-se com a ideia de que o sistema político do país era conflitante, no qual ele era o único elemento com as capacidades necessárias para balancear os distintos grupos de poder (KRONENFELD; GUZANSKY, 2014, p. 80).⁵⁸

Em suma, o presidente conservou um balanço delicado entre as forças políticas e securitárias do país, elaborou uma distribuição artificial de poder entre as principais tribos, repassou benefícios econômicos para aliados políticos e até montou um esquema de suborno da sua oposição (KRONENFELD; GUZANSKY, 2014, p. 80-81). Todavia, esse sistema era

⁵⁸ Segundo Manea (2014, p. 165-168), tal sistema de *cunning state* se organizava em torno de três características. Primeiramente, Saleh valer-se-ia de constantes alterações de suas alianças com grupos étnicos e tribais do país para se garantir no poder. Segundo, ele assumiria a política que fosse necessária para sua sobrevivência no poder, o que significa que muitos recursos não eram direcionados para o desenvolvimento do país e, sim, para manter a dinâmica das alianças. A terceira característica é que o Estado, em suas mãos, estaria constantemente engajado em jogos de suborno, de chantagem e de ameaça, nos quais apostar-se-ia na iminente derrota do sistema político caso fosse alterado o governo vigente. É importante destacar que este último ponto era utilizado tanto no nível doméstico (para garantir lealdade nas alianças com grupos); quanto no nível internacional (para assegurar apoio externo ao governo).

frágil e, somado à crise econômica, à falência das instituições sociais e aos altos níveis de corrupção, o regime estava fadado a colapsar em algum momento (BREHONY, 2015, 238; KRONENFELD; GUZANSKY, 2014, p. 80). Assim, inspirados nos eventos da Tunísia e do Egito, o Iêmen iniciou sua Primavera Árabe, na qual diversos manifestantes, pró-democráticos e pacíficos, foram às ruas demandando mudanças políticas e o fim do governo de Saleh (CLAUSEN, 2015, p. 17).

Durante os meses de janeiro e de fevereiro de 2011, aumentou o número de pessoas que tomavam as ruas do Iêmen, motivados por uma descrença profunda nas instituições e clamando por justiça, por igualdade, por abertura política e econômica e, principalmente, pela saída de Saleh do poder (KRONENFELD; GUZANSKY, 2014, p. 81). Como no Bahrain, o início do movimento era pacífico, composto por um heterogêneo grupo de pessoas, em sua maioria jovens, que demonstravam seu esgotamento com o governo (DURAC, 2012, p. 165). No dia 23 de março, uma coalizão civil divulgou uma lista de demandas que incluíam: o desmantelamento imediato do regime, a prisão dos envolvidos em fraude e em corrupção, a elaboração de uma constituição que instaurasse o parlamentarismo, a descentralização do governo e a total transparência institucional (NEVENS, 2011, p. 26).

As manifestações passaram a receber o apoio logístico dos diversos grupos políticos e tribais do país (DURAC, 2012, p. 165). Por exemplo, após a morte de mais de 30 manifestantes na Universidade de Saná causada pela polícia iemenita, em setembro, a oposição oficial do governo, o *Joint Meetings Parties* (JMP), que antes manteve cautela e neutralidade, passou a apoiar os protestos e a argumentar que não era mais possível haver diálogo com o governo de Saleh (CLAUSEN, 2015, p. 16). Ataques violentos contra civis levaram a uma deserção militar maciça, sendo que um forte golpe ao regime foi a decisão do general Ali Mohsenal-Ahmar, primo de Saleh, de abandonar sua aliança com o presidente e de transformar-se em uma liderança de oposição (DURAC, 2012, p. 168; KRONENFELD; GUZANSKY, 2014, p. 82).⁵⁹

Os protestos passaram a ser apoiados pelos Houthis, no norte do país, e pelo movimento separatista do sul, o HIRAK (CLAUSEN, 2015, p. 18). Esses grupos são essenciais para compreender o que acontece no Iêmen desde 2011. Os Houthis são zaydis⁶⁰, uma seção

⁵⁹ Interessante destacar que al-Ahmar passou a prover proteção, através de seu próprio batalhão, para os manifestantes em Saná (DURAC, 2012, p. 168).

⁶⁰ De acordo com o dicionário de Oxford para estudos islâmicos, os zaydis são uma vertente moderada adjacente ao xiismo, que diverge destes devido a uma disputa sobre a sucessão de Imãs. Ao contrário dos xiitas, os zaydis favoreceram Zaylbn Ali, neto de Husayn, o quinto imã, por seu ativismo revolucionário. O dicionário afirma que os zaydis podem ser considerados como a facção do xiismo mais próxima dos sunitas, visto que possuem sua própria Escola de leis islâmicas que difere bastante do que acreditam os xiitas. Por fim, zaydis

religiosa que domina o norte do Iêmen desde o século IX e que compõe em torno de 25% da população iemenita (BREHONY, 2015, p. 233). Os Houthis (ou *Ansar Allah*, os Partidários de Alá) surgiram como uma facção de jovens dentro do *Al-Haq*, partido político zaydi formado nos anos 1990 sob o comando de Hussein Badr al-Deen al Houthi (SALISBURY, 2015, p. 4). O partido focava no revivalismo do zaydismo, principalmente porque acreditavam que o regime de Saleh estaria conscientemente conspirando contra tal grupo religioso, autorizando a intrusão do salafismo radical no país (BREHONY, 2015, p. 234).

Al-Houthi viajou para o Irã e para o Sudão a fim de expandir sua educação religiosa e, ao voltar, estava munido de uma retórica antissistêmica, mostrando-se fortemente contrário à intervenção estrangeira e condenando a ação dos EUA e de Israel no Oriente Médio (SALISBURY, 2015, p. 5; BREHONY, 2015, p. 233). Somado ao aumento da retórica confrontacionista estava o ressentimento em relação à marginalização econômica e social de Sa'ada (cidade do norte onde estão as bases dos Houthis) e à exacerbada corrupção do regime de Saleh (BREHONY, 2015, p. 233). A crescente militância de al-Houthi levou a frequentes confrontos não só com o governo, mas também com os sauditas (em região fronteira de Najran), levando eventualmente à sua prisão. Já em 2004, após o primeiro embate com o exército saudita, o líder foi assassinado. Desde então, os membros do grupo passaram a ser chamados de Houthis, se transformando em uma milícia organizada, opositores ao regime de Saleh, e ganhando popularidade em todo o norte do país (SALISBURY, 2015, p. 4).⁶¹

Também é importante destacar o apoio que o grupo Hirk deu às manifestações de 2011. Logo após a unificação do Iêmen, nos anos 1990, houve uma guerra civil entre sulistas e nortistas, na qual o Sul saiu derrotado e, em grande parte, excluído do poder executivo do país (CLAUSEN, 2015, p. 19). Da frustração dos militares e oficiais sulistas emergiu o grupo Hirk, que inicialmente demandava ressarcimentos dos danos da guerra, mas que, principalmente devido à contínua concentração de poder nas mãos de Saleh, tomou dimensões antirregime (SALISBURY, 2015, p. 4). Em 2007, Saleh tentou dissipar o movimento ao prender vários líderes do *Hirk* e banir protestos, o que catalisou os ensaios separatistas do Sul que geravam esporádicos confrontos com a polícia ainda antes da Primavera Árabe (SALISBURY, 2015, p. 4).

tendem a ser puritanos no que se refere a ensinamentos morais e a desaprovar o sufismo e o salafismo. (Ver mais em: <http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e2567>).

⁶¹Para os Houthis, o governo os oprime politicamente e estimula a discriminação social e econômica não só deles, mas de quem vive no norte como um todo. Contudo, outra acusação que fazem ao governo é que esse autoriza os sauditas a fazerem massiva propaganda salafista no país, o que gera tensão sectária, além do conflito direto entre Riad e os Houthis na fronteira, que ocorreu em 2009 (SALISBURY, 2015, p.4; CLAUSEN, 2015, p. 18-20).

Posto isso, em menos de cinco meses de manifestações, as divisões que antes eram instrumentalizadas por Saleh (conforme o que é descrito por *cunning state*) passaram a defender um único objetivo: derrubar o governo. O aumento da violência e a ameaça de guerra civil chamaram a atenção da comunidade internacional, principalmente dos vizinhos do Iêmen, que começaram a pressionar Saleh para negociar com as diversas forças de oposição (DURAC, 2012, p. 167). Desde abril de 2011, o CCG, juntamente com a Organização das Nações Unidas (ONU), propôs uma série de iniciativas para a transição do regime, sendo que Saleh concordava em dialogar, mas falhava em assinar qualquer acordo com o intuito de ganhar tempo (HILL; NONNEMAN, 2011, p. 4).

Entretanto, em junho, um violento atentado contra o presidente fez com que ele viajasse para ser tratado na Arábia Saudita (DURAC, 2012, p. 167). Em Riad, face à perda de apoio doméstico e internacional, Saleh finalmente assinou um acordo de transição liderado pelo CCG, no dia 23 de novembro (BREHONY, 2015, p. 238). Saleh logrou diversos privilégios com o acordo: ele abdicou o cargo em troca de imunidade para si e seus parentes, além de ter sido autorizado a voltar para o Iêmen para liderar o partido de resistência, o *General People's Congress* (GPC) junto com seu filho. Abd Rabbuh Mansour Hadi, vice-presidente desde 1994, assumiu a posição de presidente interino até fevereiro de 2012, quando uma eleição de candidatura única lhe deu o título de presidente (KRONENFELD; GUZANSKY, 2014, p. 81).

O acordo elaborado pelo CCG também previa uma Conferência de Diálogo Nacional, para iniciar em março de 2013, que tinha como objetivo fazer recomendações para a elaboração de uma nova constituição e eleições (BREHONY, 2015, p. 238). O início da conferência tomou um tom de otimismo, visto que incluía participantes dos mais diversos grupos iemenitas (565 delegados). Contudo, depois de dez meses de conversas, a conferência perdeu seu apoio popular e muitos começaram a questionar sua legitimidade (KRONENFELD; GUZANSKY, 2014, p. 82). Maria-Louise Clausen (2015, p. 20) afirmou que a transição política só aconteceu devido a uma liderança jovem que protestava por mudanças, entretanto, o resultado da conferência encaminhou-se para um pacto entre as elites tradicionais, no qual não se concentrou em reformas políticas fundamentais. Segundo Vincent Durac (2012, p. 173), a grande maioria dos manifestantes e os grupos marginalizados (como os Houthis e os Hirak) não se sentiram representados pelo plano de transição alcançado pela Conferência, considerando-o uma mera continuação das políticas tradicionais do país.

Ademais, o acordo não conseguiu eliminar o poder de Saleh, que, de volta ao Iêmen, passou a manipular seus aliados tribais e militares a fim de preservar sua autoridade. Saleh continua habilmente influenciando militares e fazendo alianças pragmáticas com algumas tribos⁶² (BREHONY, 2015, p. 241). Além de Saleh, outra fonte de instabilidade advém do avanço da Al'Qaeda da Península Árabe (AQPA) no país (principalmente no sul), que, desde 2003, tem se tornando uma das principais células dessa organização terrorista (HILL; NONNEMAN, 2011, p. 14). Com a instabilidade gerada pela Primavera Árabe, a organização foi hábil em expandir seu domínio, aproveitando o vácuo político criado na periferia para organizar suas operações militares e de tráfico, além de uma série de ataques terroristas e de assassinatos (KRONENFELD; GUZANSKY, 2014, p. 91).⁶³

Contudo, Hadi considerou que a principal fonte de ameaça ao seu regime era o avanço dos Houthis que, desde 2011, passaram a tomar um papel muito mais proativo no caótico cenário político iemenita. De 2011 a 2014, eles redinamizaram-se militar e politicamente para expandir sua influência, persuadindo tribos e milícias, ganhando novos aliados (entre eles, o ex-presidente Saleh) e tomando o controle de diversas cidades ao norte (BREHONY, 2015, p. 242). Seu principal objetivo tem sido o de controlar o avanço da influência do grupo salafista al-Islah. O al-Islah, por sua vez, é um partido composto majoritariamente por forças tribais aliadas à Irmandade Muçulmana e a sheiks salafistas do Golfo. Esse grupo tem expandido sua ação regional desde a Primavera Árabe e foi um fator muito importante nas negociações da saída de Saleh (AL-ARIAN, 2015). Atualmente, uma das principais lideranças é o general Al-Ahmar, ex-aliado de Saleh, que determinou o combate aos Houthis o seu principal objetivo (BREJONI, 2015, p. 244).

Enquanto a elite política iemenita diverge sobre o possível novo sistema governamental do país e os grupos paraestatais e tribais lutam por influência e domínio, a situação econômico-social do país tem se degradado desde 2011. O acesso básico a serviços tornou-se escasso em todo o país, havendo sérios problemas de abastecimento, constantes blecautes, escassez de água tratada e deterioração da segurança pública (CLAUSEN, 2015, p. 20). Já o processo de transição passou a, cada vez mais, perder sua credibilidade diante da população. Hadi se mostrou, segundo Farea Al-Muslimi (2015), um líder ineficiente, incapaz de prover as seguranças física e econômica necessárias para o país e incompetente em

⁶² Em mais uma prova da complexidade do jogo de alianças políticas no Iêmen, quando Saleh voltou para o Iêmen, ele passou a ser um dos principais apoiadores e financiadores da causa dos *Houthis*, formando uma pragmática aliança (ZWERI, 2015, p. 15-16).

⁶³ A AQPA foi conectada a uma série de ataques, incluindo os atentados em 2009 ao USS Cole e o tiroteio no escritório do jornal Charlie Hebdo, em Paris, em 2015. Esse grupo extremista sunita tem células em no mínimo três províncias no sul do Iêmen (KRONENFELD; GUZANSKY, 2014, p. 91).

encontrar meios de reconciliação entre os diversos atores nacionais. Os Houthis, por sua vez, em fevereiro de 2015, conseguiram tomar a capital Saná, ocupando instalações governamentais e militares e prendendo Hadi em domicílio. Assumindo a falência de seu governo, Hadi conseguiu fugir para Riad onde formalmente solicitou aos sauditas uma intervenção militar no Iêmen, que começou já em março de 2015 com o título *Operation Decisive Storm* que se estendeu até abril do mesmo ano, quando foi substituída pela *Operation Restoring Hope*, que continua até o presente momento.

Nas seguintes seções, apresenta-se a importância do Iêmen tanto para o Irã como para a Arábia Saudita, assim como suas reações frente à Primavera Árabe e aos acontecimentos que dela se desenvolveram. Dado o grau de complexidade dos acontecimentos e que esses ainda estão longe de alcançar um término, o foco da análise são as tentativas de instrumentalização da Primavera Árabe por parte de Teerã e de Riad no que tange diretamente à rivalidade entre os dois países. O objetivo central é, assim como no capítulo anterior, buscar continuidades e alterações dos papéis nacionais assumidos pelos dois países na competição. É necessário destacar, todavia, que muitas informações não estão disponíveis em inglês ou são de difícil acesso, principalmente em relação aos pronunciamentos sauditas.

5.2 A reação iraniana

Diferentemente do caso do Bahrain, o Irã não demonstrou ambições sobre o território do Iêmen e a relação entre os dois países sempre foi no máximo tépida e com poucos momentos de aproximação. Segundo Chubin (2012, p. 29), existem poucas afinidades entre iranianos e iemenitas, havendo escassa interação econômica ou política entre eles, principalmente por que não são vizinhos diretos.⁶⁴ Politicamente, uma das principais divergências entre os dois países é o fato de o Iêmen ter apoiado o Iraque durante a guerra com o Irã nos anos 1980. Outro ponto de tensão é a afirmação, por parte de Saná, de que o Irã seria o principal financiador dos Houthis, considerados uma fonte contínua de instabilidade nacional.⁶⁵

⁶⁴ Contudo, isso não significa que o Iêmen já não tenha instigado ou despertado interesse de Teerã em momentos pontuais. Por exemplo, o Xá iraniano, nos anos 1960, apoiou os iemenitas que lutaram contra os militantes marxistas no conflito entre norte e o sul (VATANKA, 2015). Um exemplo mais recente é o apoio que o presidente Saleh expressou, em 2006 e também em 2008, ao projeto nuclear iraniano, afirmando que Teerã teria o direito de produzir energia nuclear, desde que os fins fossem pacíficos (FULTON; FARRAR-WELLMAN, 2011).

⁶⁵ Durante seu regime, Saleh percebeu que o treinamento dos rebeldes zaydis era muito semelhante ao do Hezbollah, e, junto com o apoio de líderes árabes e dos EUA, passou a enquadrar o Irã como o principal país aliado dos Houthis (ZWERI, 2016, p. 11).

De fato, esse apoio existe, mesmo que o Irã sustente que é somente ideológico. A aliança surgiu ainda na era Pahlevi, quando Teerã passou a dar limitado apoio financeiro aos zaydis (MILANI, 2015). No decorrer dos anos 1980 e 1990, já sob o regime republicano islâmico, o Irã continuou a administrar seus laços com os membros desse grupo religioso (MILANI, 2015). Conforme já mencionado, Hussein al-Houthi viajou para o Irã e, a partir de então, tomou para si o anti-americanismo e o anti-ocidentalismo iranianos.⁶⁶ Analistas acusam que existe engajamento iraniano em território iemenita, não só por associação ideológica, mas também através de treinamento e de suposta assistência militar aos Houthis (KRONENFELD; GUZANSKY, 2014, p. 89). Ademais, muitos diagnosticam que o Irã estaria, há anos, coordenando a cooperação entre o Hamas e o Hezbollah com dissidentes iemenitas, tanto Houthis quanto Hiraks, mesmo que isso seja bastante contestado, tanto pelo Irã, quanto pelos Houthis (CHUBIN, 2012, p. 26).

Entretanto, os relatos de que o Irã estaria financiando o conflito atual no Iêmen não são necessariamente verídicos, visto que não há provas consistentes que evidenciem a assistência militar ou estratégica iraniana a facções do Iêmen. Inclusive, em 2010, vazamentos de comunicações diplomáticas, expostos pelo *Wikileaks*, apontavam o ceticismo entre diversos oficiais estadunidenses relativos à ideia de que a principal fonte de financiamento e de apoio aos Houthis seria Teerã (SALISBURY, 2015, p. 7). Nesses documentos, um embaixador estadunidense afirmou que os Houthis adquirem suas armas majoritariamente no mercado negro do Iêmen, e não por negociações diretas com o estrangeiro (MILANI, 2015). Contudo, após a Primavera Árabe, as acusações de que o Irã estaria diretamente envolvido com os insurgentes no Iêmen aumentaram exponencialmente, sendo que muitos passaram a considerar os Houthis como um agente *proxy* iraniano no Golfo (KRONENFELD; GUZANSKY, 2014, p. 89).

O rápido sucesso dos Houthis a partir de 2011 instigou líderes políticos a acusar o Irã de ser o principal agente apoiando, financiando e armando o grupo. É claro perceber que esses têm o interesse de enquadrar os Houthis como mais um grupo militar xiita, liderado por Teerã, que comporia o suposto Crescente Xiita. Hadi repetidamente acusou o Irã de intervir nos assuntos internos do Iêmen ao apoiar os rebeldes Houthis, que são, segundo ele, “um grupo sócio-religioso de seguidores do Islã xiita” (BATATI, 2012, tradução nossa). Essas denúncias

⁶⁶ Segundo Alex Vatanka (2015), não é claro se Al-Houthi se encontrou com líderes iranianos de alto calão ou se recebeu algum financiamento destes, muito menos há alguma evidência de que o líder iemenita teria abandonado suas crenças prévias e adotado o xiismo. O que pode se afirmar é que na própria concepção do grupo Houthi encontra-se grande influência ideológica iraniana, principalmente no que se refere a elementos mais radicais de política externa, como a oposição aos EUA e a Israel (VATANKA, 2015; MILANI, 2015).

aumentaram quando o governo do Iêmen alegou ter descoberto uma rede de espionagem iraniana, que expôs que o país “fornecia armas aos Houthis através do porto de Medi no Mar Vermelho e treinava soldados no norte do país” (BATATI, 2012, tradução nossa).

Pode-se afirmar que o Irã sempre expressou apoio à causa dos Houthis, e com a Primavera Árabe isso foi intensificada. Ali Velayati, um clérigo próximo a Khamenei, disse que esperava que os rebeldes Houthis assumissem, no Iêmen, o mesmo papel que o Hezbollah tem no Líbano, como um legítimo ator político (FOOROHAR; NASSERI, 2015) (papel de ponte e de líder regional, visto suas alianças com grupos não-estatais). É interessante destacar que, assim como no Bahrain, o Irã se mostrou simpático frente à Primavera Árabe do Iêmen. De acordo com Kjetil Selvik (2015, p. 1), a revolta dos iemenitas encaixava-se na narrativa de Khamenei, que considerava os acontecimentos não sob uma ótica econômica-social, mas, sim, como um “despertar islâmico”, que, ao exemplo da Revolução Islâmica Iraniana, sinalizaria o empoderamento de movimentos islamistas (papel de bastião das revoluções e de líder regional).

Todavia, de acordo com Peter Salisbury (2015, p. 8), os iranianos limitaram-se a vociferar simpatia pelos Houthis e pela legalidade de suas causas, evitando clamar para si o grupo como um *proxy* seu na região e negando qualquer envolvimento no conflito. Um representante do Ministério de Relações Exteriores, Mohamad Alibak, afirmou que “a República Islâmica nunca enviou armas para o Iêmen, nem vê razões para fazer isso” (IRAN SAYS, 2015, tradução nossa).⁶⁷ Ao mesmo tempo em que defendia o direito do povo iemenita de se manifestar contra um regime opressor (papel de bastião das revoluções e de ponte), Teerã buscava se desvincular das acusações de que estaria intervindo no conflito ou assistindo militarmente algum agente doméstico em outro país (o que está de acordo com o papel de anti-imperialista).

Segundo Dina Esfandiary e Ariane Tabatabai (2016, p. 165), o principal envolvimento de Teerã no Iêmen é na ajuda aos Houthis para elaborar um efetivo sistema de administração e de gestão de segurança, auxiliando-os a tornarem-se um agente político coeso (papel de líder regional, pois fortalece aliança com atores não convencionais). Ademais, por anos, os iranianos têm recebido iemenitas (tanto Houthis, quanto de outros grupos) interessados em receber educação religiosa (KRONENFELD; GUZANSKY, 2014, p. 90; ESFANDIARY; TABATABAI, 2015, p. 165) (papel de protetor da fé). Em uma entrevista para o *Al Monitor*,

⁶⁷ Em 2012, contudo, alguns relatórios afirmaram que o Irã estaria, sim, enviando embarcações suspeitas para o Iêmen, e, em janeiro de 2013, novamente outros relatórios apontaram que uma embarcação com armamentos vindos do Irã foi encontrada pelo governo iemenita e interceptada no litoral do país (ESFANDIARY; TABATABAI, p. 164).

o ex-embaixador iraniano no Iêmen, Seyed Ghoreishi, afirmou que o Irã não apoiava os Houthis militarmente porque “eles não precisam”, mas que os ajudavam política e espiritualmente, pois “apoiar pobres, oprimidos e desprovidos sempre foi uma política da República Iraniana, prevista em sua constituição” (FAGHIHI, 2015, tradução nossa) (papel de ponte). Interessante notar que, desde a Primavera Árabe, cresceu o número de oficiais Houthis viajando para o Irã a fim de discutir laços políticos e econômicos, o que resultou em um aumento do número de voos entre os dois países e gerou uma série de memorandos de entendimento, que visavam cooperação em transporte naval e ajuda humanitária (ESFANDIARY; TABATABAI, 2016, p. 165).⁶⁸

Em vez de intervir diretamente no conflito, o Irã escolheu manter uma retórica de defesa do direito do povo iemenita, de condenação da violência governamental e de insistência de que qualquer resolução deve ser feita com a inclusão de todos os segmentos sociais do país e sem intervenção estrangeira (papéis de líder regional e anti-imperialista). Esse comportamento se mostrou bastante similar ao que se viu na reação iraniana frente aos acontecimentos no Bahrain. Em um comunicado oficial, o Irã contestou a reação do governo Saleh frente às manifestações de 2011, afirmando que o país “condena todos esses crimes atrozes e impetuosos” e que “declara seu apoio às campanhas das nações islâmicas” (IRANIAN PARLIAMENT, 2011, tradução nossa) (papel de líder regional, de protetor do islã e de bastião das revoluções). Em outra nota, Teerã reafirmou sua oposição ao dizer que “o povo iemenita decididamente entrou na cena política nos últimos meses e tem sofrido extremamente na sua campanha para alcançar suas aspirações legítimas” e continuou argumentando que, no entanto, “o atual curso dos eventos mostra que as demandas do povo não estão sendo respondidas propriamente e, infelizmente, o governo tem tomado ações violentas contra sua própria população” (YEMINIS, 2011, tradução nossa) (papel de ponte).

Em suma, no tocante aos decorreres políticos da Primavera Árabe, Teerã recebeu com bons olhos a saída de Saleh do governo (VATANKA, 2015), não reconheceu Hadi como o legítimo presidente do Iêmen (NURSHAYEVA, 2015) e, assim como os Houthis e os Hiraks, desconsiderou o acordo de transição mediado pelo CCG, classificando-o como uma tentativa saudita de “confiscar a revolução iemenita” (SELVIK, 2015, p. 1). Além disso, os iranianos fizeram questão de tornar público seu descontentamento com a intervenção militar de 2015,

⁶⁸ As autoras ainda afirmam que, mesmo que Teerã tenha provido alguma assistência aos Houthis, como no caso de treinamento e materiais bélicos, esse envolvimento nem chega perto do nível de engajamento iraniano no Iraque e na Síria. O Iêmen nunca teria o mesmo grau de atratividade que esses dois países, o que indica que, desde o princípio, a participação iraniana no conflito iemenita teve que ser limitada, ideia com a qual Zweri (2016) e Vatanka (2015) concordam.

assumindo uma posição contrária à Operação *Decisive Storm* ao reprovar a ação saudita como imperialista e danosa (papel anti-estabilidade). Assim, Teerã iniciou uma campanha midiática condenando a operação, chamando atenção para a desastrosa crise humanitária do Iêmen, retratada pelos iranianos como o resultado dos bombardeamentos sauditas (ESFANDIARY; TABATABAI, 2016, p. 167) (forte crítico ao papel de líder regional saudita).

Em um discurso, Khamenei comparou os bombardeios sauditas no Iêmen aos israelenses em Gaza, criticando os líderes sauditas e afirmando que estes são “jovens inexperientes que subiram ao poder recentemente e substituíram a compostura por barbárie”, adicionando que “eles devem parar imediatamente com suas ações criminosas no país” (HASHEN, 2015). Já o ministro da defesa iraniano, Hossein Dehghan alertou que

o governo saudita, que iniciou essa invasão militar com a ajuda da América e de Israel, não vai alcançar seus próprios – e ilegítimos – objetivos, e está criando o espaço para seu próprio colapso, para falhas irreparáveis e para um destino similar ao de Saddam [Hussein] (KARAMI, 2015).

Por sua vez, o diplomata Abdollahian criticou o caráter contraproducente da ação militar saudita, ao dizer que “os ataques sauditas abriram espaço para o aumento de atividades terroristas no país”, acrescentando que “a ação de Riad, na verdade, está atingindo a infraestrutura do Iêmen e as pessoas que estão lutando contra esses terroristas” (SAUDI WAR, 2015, tradução nossa). Tal qual fez no Bahrain, o Irã posicionou-se contra a intervenção militar saudita e instigou uma forte campanha, doméstica e internacional, para condenar os ataques como criminais e ilegítimos e desvalidar o papel saudita de líder regional.

Importante destacar que, assim como no Bahrain, os líderes iranianos insistiram que os acontecimentos no Iêmen não eram resultado de uma fragmentação religiosa, mas, sim, de um movimento de um povo oprimido por seus governantes (concorda com a defesa de oprimidos do papel de ponte). Muitos líderes iranianos passaram a afirmar que os EUA e seus aliados na região estariam utilizando a “cartada sectária” para conter a influência do Irã, enquadrando erroneamente a revolução do Iêmen como um conflito sectário (SELVIK, 2016, p.2). O ministro Ali Akbar Salehi disse que os EUA se esforçam para manipular a população do Iêmen e “arrastá-los para a guerra civil, com o objetivo de sequestrar a revolução” (YEMINIS, 2011, tradução nossa). Já Khamenei, falando sobre o Iraque e o Iêmen, concluiu que “dividir [esses] países em árabes xiitas, em árabes sunitas ou em curdos é totalmente contra o interesse das pessoas, não é prático, é sem sentido e é inaceitável” (IRANIAN LEADER, 2015, tradução nossa) (papel de protetor da fé e de ponte).

Quanto ao processo de pacificação no Iêmen, pode-se afirmar que Teerã demonstrou interesse em participar da resolução. A porta-voz do Ministério de Relações Exteriores Marziyeh Afkham enfatizou que “o Irã é a favor da estabilidade e da segurança regional, apoiando, assim, um acordo entre as partes através de cooperação e de parceria” (ZWERI, 2016, p. 13, tradução nossa). Em 2015, Teerã clamou pela formação de um novo governo no Iêmen e se disponibilizou para ajudar no processo de transição política, argumentando que tinha experiência devido à sua participação na Conferência de Bonn sobre a pacificação do Afeganistão (NURSHAYEVA, 2015). Além disso, o ministro Javad Zarif submeteu ao secretariado da ONU um plano de paz (*Four Point Peace Plan for Yemen*) que clamava pelo imediato cessar-fogo e pelo fim de todos os ataques militares, por assistência humanitária, por retomada do diálogo nacional e pelo estabelecimento de uma unidade nacional de governo inclusiva (CHARBONNEAU, 2015) (ponte e líder regional). Contudo, essas manifestações tiveram pouca ressonância e países do Ocidente e as monarquias árabes desconsideraram-nas, visto que não acreditavam que o Irã seria um ator neutro para negociar a paz no Iêmen (CHARBONNEAU, 2015).

Afirma-se que, no conflito do Iêmen, a reação iraniana é bastante semelhante ao que se percebeu no caso bahraini. Percebem-se tais similaridades quando o país sustentou que as manifestações eram legítimas (bastião das revoluções), defendeu o direito dos Houthis e dos Hiraks de rebelarem-se contra um regime opressor (ponte), insistiu que o conflito não era sectário (protetor da fé e ponte), afirmou que não estaria intervindo nos assuntos domésticos do país e retoricamente condenou a intervenção saudita (anti-imperialista). De qualquer maneira, tal qual no caso do Bahrain, esses papéis ficaram mais no nível retórico.

A diferença é que, como o Iêmen tem uma importância estratégica menor para o Irã do que o Bahrain, o caráter reativo de Teerã não parece ser tão danoso para a política internacional do país como foi no primeiro caso analisado. Segundo Esfandiary e Tabatabai (2016, p. 165), para o Irã nunca seria uma opção enviar tropas ao Iêmen, sendo que a ideia dos sauditas de que isso possa acontecer acaba por beneficiar mais Teerã do que Riad na rivalidade regional. É interessante a frase de Vatanka (2015, tradução nossa), que sintetiza essa lógica: “os iranianos são brilhantes, eles não tomam nenhuma ação [no Iêmen], mas ganham todo o crédito, e, assim, eles passaram a capitalizar isso para seu benefício”.

De fato, o desempenho iraniano no Iêmen é mais de um agente respondendo a um pedido de assistência do que de um ator que toma a frente em apoiar algum grupo *proxy*. Mesmo que o Irã afirme que continuará enviando embarcações ao Iêmen com ajuda não-

militar e humanitária⁶⁹, certos analistas duvidam que o avanço dos Houthis se dê por esse auxílio ou que, se esse for cessado, também será o fim da insurgência (ZWERI, 2016, p. 5; VATANKA, 2015; MILANI, 2015). Por fim, autores também questionam a capacidade do Irã de ser o principal financiador dos Houthis, visto não somente o estrangulamento econômico do país devido às sanções internacionais, mas também o comprometimento maior em outros conflitos considerados prioridades, como a Síria e o Iraque e com outros aliados regionais clientes, como o Hezbollah (VATANKA, 2015; ESFANDIARY; TABATABAI, 2016, p. 166).

4.3 A reação saudita

Ao contrário do Irã, a Arábia Saudita deixa claro que o Iêmen é uma questão substancial de sua agenda internacional. Segundo Durac (2012, p. 170), há décadas Riad age de maneira intrusiva no Iêmen porque considera que o país é essencial para sua segurança e, por extensão, para a segurança do Golfo. Um dos primeiros fatores que levam a tal preocupação é geográfico: sauditas e iemenitas dividem uma fronteira porosa de 1.800 quilômetros de extensão, que já foi causa de desentendimentos diversos entre os dois países (CHUBIN, 2012, P. 27).⁷⁰Qualquer instabilidade gerada perto da fronteira é recebida por Riad como uma potencial ameaça para si. Para Clausen (2015, p. 48), o Iêmen é visto como um dos principais desafios de segurança dos sauditas.

Visto isso, os líderes sauditas adotaram uma política de contenção e de manutenção no Iêmen a fim de garantir que o país não sucumbisse ao caos generalizado, mas assegurando influência suficiente sobre diferentes grupos políticos (SALISBURY, 2015, p.3; DURAC 2012, p. 170; STENSLIE, 2013, p. 2).⁷¹Afirma-se que, em seu leito de morte, o Rei Abdulaziz ordenou “mantenham o Iêmen fraco”, indicando o que era percebido pelos sauditas como a melhor política para garantir o *status quo* regional (cf. SALISBURY, 2015, p.3; HILL; NONNEMAN, 2011; p. 9). Assim, Riad cultivou uma complexa rede de alianças com líderes

⁶⁹ O Irã não nega que envia embarcações para os iemenitas, fornecendo ajuda humanitária, mas a Arábia Saudita não aceita que esses navios cheguem ao Iêmen. Segundo fontes iranianas, uma embarcação contendo 19 toneladas de medicamento e equipamentos de saúde foi trancada pelos sauditas no Mar Vermelho. De acordo com o general Hassan Firouzabi, os atos sauditas de impedir que a assistência iraniana chegue ao Iêmen é “desumana” e deve “gerar consequências à Riad” (IRAN SAYS, 2015b, tradução nossa).

⁷⁰ A exata linha que divide os países foi diversas vezes contestada pelos dois lados, e somente em 2000 foi assinado um acordo pelo qual o Iêmen desistiu de suas ambições sobre províncias do sul saudita e alcançou-se uma resolução sobre os limites geográficos dos dois países (DURAC 2012, p. 170; STENSLIE, 2013, p. 1).

⁷¹ Ademais, um Iêmen forte pode ser percebido como uma ameaça às elites sauditas, pois o país tem um regime divergente das monarquias; uma eleição liberalizada, com partidos competitivos e com mídia relativamente livre alarma os governos autoritários do Golfo (SALISBURY, 2015, p. 3).

políticos do regime de Saleh e com sheiks tribais (que faziam contrapeso frente ao governo central) (HAYKEL, 2015). Um dos métodos para garantir tal ingerência era por meio de difusão extensiva do salafismo entre grupos tribais do país, principalmente no norte (CLAUSEN, 2015, p.21; MUSLIMI, 2015). Outro meio era por financiamento, sendo que Riad provê capital para o governo iemenita e para atores políticos em troca da ingerência nas suas tomadas de decisão (HILL; NONNEMAN, 2011; p. 9; CLAUSEN, 2015, p. 21).

É importante destacar que uma das preocupações principais da Arábia Saudita na manutenção da estabilidade no Iêmen é que o seu colapso possa gerar um grande fluxo de migrantes iemenitas para território saudita (CLARK,2010, p. 215; DURAC 2012, p. 171). O aumento da pobreza e da crise socioeconômica na segunda metade dos anos 2000 já preocupava Riad ainda antes do estopim da Primavera Árabe⁷². Os acontecimentos de 2011 desencadearam, por sua vez, uma crise migratória e, em 2013, o reino saudita anunciou uma série de medidas repressivas contra trabalhadores ilegais, expulsando centenas de milhares de iemenitas de seu território (SALISBURY, 2015, p.3).⁷³Entretanto, a principal ameaça à região talvez seja a expansão da AQPA, que tem aproveitado a Primavera Árabe para se transformar em um ator central na área (KRONENFELD; GUZANSKY, 2014, p. 91).

A Arábia Saudita, conseqüentemente, não recebeu com bons olhos a Primavera Árabe no Iêmen, uma vez que ela significava uma ameaça direta, não só pela possibilidade da queda de um regime vizinho aliado, mas também pelo empoderamento de atores que poderiam ser cooptados pelo Irã. Segundo Ginny Hill e Gerd Nonneman (2011, p. 10), inicialmente, a Arábia Saudita evitou pressionar publicamente o governo de Saleh, contudo, a crise política progrediu muito rápido, principalmente após a saída do general al-Ahmar do exército. Reconhecendo isso, Riad decidiu tomar a liderança do processo para a saída de Saleh do governo (papel de líder regional e de agente anti-instabilidade). Dessa forma, conforme já mencionado, o acordo para a transição foi assinado em Riad, sob grande pressão saudita e estadunidense (HILL; NONNEMAN, 2011, p. 12; DURAC, 2015, p. 168).

É importante notar que essa pró-atividade saudita não era a favor dos manifestantes que tomaram as ruas do Iêmen na Primavera Árabe, e tinha, sim, o intuito de controlar a instabilidade e impedir que ela se espalhasse regionalmente. Segundo Colombo (2012, p. 9-10), o fato de o Iêmen ser uma república e não um reino pode explicar porque os países do

⁷²A Arábia Saudita é um destino para àqueles iemenitas que fogem da guerra, do desemprego, da falta de oportunidade, dos péssimos serviços de saúde e da expansão de grupos para militares. Riad recebe milhões de refugiados dos Iêmen, fonte de tensão entre os dois países (DURAC, 2012, p. 162).

⁷³ Os sauditas iniciaram um projeto de construir uma cerca na fronteira, para reduzir não só o fluxo de migrantes econômicos, mas também o contrabando e a entrada de militantes islamistas (SALISBURY, 2015, p.3).

CCG estavam tão dispostos a retirar Saleh (um aliado) do poder em prol do *status quo* regional: derrubar um regime republicano não simbolizaria uma crítica direta à natureza dos regimes monárquicos, ao contrário do que aconteceria no Bahrain. Essa lógica condiz com o que foi argumentado no capítulo anterior, que um papel de protetor das monarquias sunitas seria cunhado por Riad, esclarecendo o porquê do país ter aceitado negociar uma mudança de regime no Iêmen, mas não no Bahrain.

Tendo em vista a possibilidade de ter um país falido como vizinho, a Arábia Saudita intensificou seus esforços para garantir estabilidade mínima no Iêmen, patrocinar Hadi e evitar que houvesse um maior esfacelamento das instituições políticas do país (papel de agente anti-instabilidade). Conseqüentemente, os sauditas intensificaram o pagamento de estipêndios ao governo iemenita (STENSLIE, 2013, p.3). Além disso, Riad foi um dos principais porta-vozes da ação internacional *Friends of Yemen*, que visava arrecadar fundos para auxiliar o país, sendo que os sauditas prometeram doar U\$ 1 bilhão até o fim de 2012 (STENSLIE, 2013, p. 3; HILL; NONNEMAN, 2011, p. 14). De fato, a Arábia Saudita investiu quantidades substanciais de capital financeiro e político no processo de transição de governo, na solidificação do regime de Hadi e nos seus projetos desenvolvimentistas (CLAUSEN, 2015, p.20) (papéis sauditas de agente anti-instabilidade e de líder regional).

Todavia, como já visto, Hadi falhou em garantir bases políticas e sociais sólidas para seu regime, do mesmo modo que a Conferência de Diálogo Nacional foi gradativamente perdendo seu significado. Nesse contexto, Hadi passou a pregar que sua principal ameaça era a expansão dos Houthis, o que foi rapidamente acolhido pelos sauditas. É importante notar que, ainda antes da Primavera Árabe, os Houthis já eram percebidos como um transtorno por Riad. Desde o fim da guerra civil iemenita nos anos 1960⁷⁴, os sauditas passaram a investir maciçamente na expansão do salafismo, montando uma rede de escolas dessa sessão do islã no país, o que foi interpretado pelos Houthis como uma provocação direta (HILL; NONNEMAN, 2011, p. 18). Em 2004, iniciaram se confrontos entre os Houthis e governo; já em 2009, os Houthis invadiram a fronteira saudita gerando um conflito bélico direto com tropas de Riad. Somente em 2010 foi assinado um cessar-fogo entre sauditas e os Houthis, mas os enfrentamentos periódicos se mantiveram (KRONENFELD; GUZANSKY, 2014, p. 88)

⁷⁴ De 1962 a 1970, houve uma guerra no Norte do Iêmen entre republicanos e monarquistas. Os nortistas republicanos eram apoiados pelo Egito, e o reino iemenita pela Arábia Saudita. O fim do conflito teve como perdedores o lado saudita, e um governo republicano foi instaurado no Iêmen do Norte.

Os sauditas não só tinham desavenças com os Houthis, mas também consideravam que o grupo era um fantoche regional do Irã, reproduzindo os interesses religiosos e regionais do seu rival. Conforme os Houthis expandiam sua influência no Iêmen, mais temerosos ficavam os sauditas diante de tal empoderamento (CLAUSEN, 2015, p. 20). Deste modo, o pedido de Hadi para intervenção militar enquadra-se no discurso do Crescente Xiita e a Arábia Saudita foi a audiência selecionada. Ao se apresentar como principal chefia da operação militar no Iêmen, a Arábia Saudita estaria “comprando” o discurso do Crescente Xiita, tal qual fez no caso bahraini (líder regional, agente anti-instabilidade e papel de líder regional mais proativo).

O principal objetivo da operação era restaurar a legitimidade do governo de Hadi e acabar com a ação expansiva dos Houthis, sendo que, além dos países do CCG (com exceção do Omã), a operação era composta por Jordânia, Marrocos (as outras monarquias sunitas), Egito, Paquistão e Sudão. A justificativa da operação se baseava em três argumentos oficiais: (i) era um pedido direto do presidente Hadi, e não uma intervenção, (ii) o artigo 51 da carta da ONU prescreve o direito das nações de autodefesa e (iii) a Declaração de Riad de 2009 autoriza os países do CCG, junto com Egito e Jordânia, a defender as “vazões de água na região” (ZWERI, 2016, p. 15, tradução nossa).

Alega-se aqui que a rápida decisão de Riad em orquestrar a operação é uma performance do papel saudita de líder regional que tinha como objetivo não deixar espaço para seus aliados tomarem atuações diferentes das suas.⁷⁵ É essencial destacar que a operação foi lançada em nome dos países interessados em participar da coalizão, e não oficialmente pelo CCG. Os países só tomaram conhecimento a respeito dela alguns dias antes de seu início, sem deixar margem para outras decisões (somente Omã decidiu declinar) (FAKUDE, 2015). Sabe-se que os primeiros ataques aéreos foram sauditas, quando o CCG não havia terminado as formalidades do lançamento da operação e a coalizão ainda não estava completa, uma vez que o Egito, o Paquistão, o Marrocos e a Jordânia só se vincularam às operações após os primeiros ataques aéreos (FAKUDE, 2015).

Por fim, o CCG adotou o discurso de Hadi e dos sauditas e acusou os Houthis de estarem dando um golpe de Estado no Iêmen (GHOBARI, 2015). Em uma nota oficial, o CCG afirmou que “não ficariam inativos perante uma intervenção estrangeira no Iêmen” e

⁷⁵ Quando observado o posicionamento dos países membros do CCG frente aos acontecimentos do Iêmen, é perceptível que havia discordâncias de opinião, inclusive se o país deveria ser ou não parte do Conselho. Qatar e Arábia Saudita tinham um posicionamento divergente sobre o Iêmen, sendo que, se Riad vinha combatendo os Houthis desde 2004, Doha tinha interesse em mediar o conflito entre o grupo e o governo de Saleh. Ademais, Doha não assinou o acordo do CCG que negociou a saída de Saleh em 2011. Contudo, após a troca de liderança em Doha, o país diminuiu sua ação internacional, tendo se alinhado com os sauditas na operação militar em 2015 (SALISBURY, 2015, p. 3-4).

que “a segurança do Iêmen e a segurança dos países do CCG é uma só, é a mesma” (SHARIF, 2014, tradução nossa). Em um comunicado logo após a intervenção, o Ministro das Relações Exteriores saudita Saud Al Faisal atacou diretamente o Irã, denunciando que o país tinha forças no Iêmen, na Síria e no Iraque, insistindo que Teerã é “parte do problema nesses três países” (SHARIF, 2014, tradução nossa). Interessante destacar que o príncipe saudita Saud se valeu da questão do Iêmen para advogar por maior união entre os membros do CCG. Para ele, o futuro do Iêmen e o futuro do CCG seriam conectados, sendo necessário que Saná seja futuramente anexada ao aparato securitário do Conselho (BOWEN, 2015) (papel de líder regional). Certos líderes sauditas argumentam que uma solução duradoura para o Iêmen deve envolver o debate sobre a possibilidade de o Iêmen se tornar membro do CCG (MUSLINI, 2015).

Assim, respaldada pelo CCG, a Arábia Saudita fez do Iêmen um novo palco para seu enfrentamento com o Irã, com o inflexível objetivo de deixar claro que faria o necessário para impedir a expansão de Teerã no Golfo. O porta-voz da operação, que é saudita, anunciou que

“ainda antes das operações militares já tínhamos evidências que provavam a presença de membros do Hezbollah e do Irã no Iêmen, não havendo dúvidas de que as embarcações humanitárias que chegam no porto de Hodeida [enviadas pelo Irã] estão carregando armas contrabandeadas para os Houthis” (AL-HAQBANI, 2016, tradução nossa).

Segundo Marwan Asmar (2015), a iniciativa saudita no Iêmen é projetada para incrementar o papel da Arábia Saudita na região e para fazer um forte posicionamento de que não tolerará a substituição de um regime aliado no Golfo. Percebe-se, assim, performances do papel de líder regional e de agente anti-instabilidade.

Em suma, a partir de 2015, a Arábia Saudita colocou o Iêmen no topo de suas prioridades, orientando seus esforços internacionais para apoiar Hadi, não só financeira e politicamente, como também militarmente (BREHONI, 2015, p. 248). Na perspectiva dos sauditas, nenhum outro resultado além da vitória total seria aceitável (AL-RASHEED, 2015a; MILANI, 2015; RIEDEL, 2015b). Nas palavras do rei Salman, a “campanha [militar] vai continuar até alcançar seus objetivos para que a população iemenita goze de segurança” (SAUDI, 2015, tradução nossa). O embaixador saudita nos EUA, Adel al-Jubeir, anunciou que “o objetivo da missão é proteger e defender o governo legítimo [de Hadi]” e que “vão fazer o que for necessário para impedir que o governo não seja dissolvido” (SAUDI, 2015, tradução nossa). Esse posicionamento distingue-se do comportamento típico saudita, que

geralmente atua nos bastidores, garantindo o financiamento e o apoio diplomático a seus aliados.

Para além do argumento de que operação seria para conter a expansão iraniana, sustenta-se nesse trabalho que a ação preventiva da Arábia Saudita também é uma resposta a acontecimentos domésticos e internacionais. Nos parágrafos abaixo, são apresentados tais argumentos (primeiro de âmbito doméstico e depois internacional) que também são computados na explicação da ação saudita.

Domesticamente, é preciso destacar a questão da mudança geracional da liderança saudita. O rei Salman colocou como o ministro da defesa seu filho, Mohammed⁷⁶, que se transformou na “face da guerra”, aparecendo constantemente na mídia nacional, comandando as operações, recrutando aliados e certificando-se do sucesso militar saudita (RIEDEL 2015b; AL-RASHEED 2015a, 2015b). Salman está em uma idade avançada e deseja assegurar que seu filho seja o novo rei saudita. Colocá-lo na posição de chefia da guerra pode fortalecer sua imagem em comparação a outros “candidatos” para o cargo (AL-RASHEED, 2015b). Desta maneira, Salman e Mohammed não consideram nada além da vitória, visto que uma modificação na política que tomaram em 2015 pode significar um golpe à legitimidade doméstica (popular e por parte das elites políticas) de suas decisões e do governo deles (AL-RASHEED, 2015a; RIEDEL, 2015b).

Destarte, a campanha doméstica a favor da guerra foi intensificada: logo após os primeiros mísseis serem lançados, o governo iniciou forte propaganda a favor da Operação *Decisive Storm*, exaltando a imagem de Mohammed e de Salman e celebrando os esforços na contenção do Irã (AL-RASHEED, 2015b). Ademais, afirma-se que o apoio doméstico à guerra é alto, indicando um relativo sucesso da campanha dos dois monarcas (AL-RASHED, 2015, AL-RASHEED 2015a). Na narrativa popular, alguns consideram o conflito uma batalha sectária contra a expansão xiita; outros veem-no como uma guerra política frente à influência do Irã; e ainda há àqueles que analisam a guerra por uma perspectiva nacionalista, como um meio para restaurar a liderança de uma nação árabe forte no Golfo, nas mãos de Mohammed (AL-RASHED, 2015) (papel de líder regional).

Internacionalmente, por sua vez, um dos motivos que podem ter levado os sauditas a avançar no Iêmen é a percepção de que há uma mudança na aliança com os EUA. De fato, assim como no Bahrain, Riad não esperou a autorização de Washington para iniciar a

⁷⁶ Mohammed é inexperiente militarmente, graduado na universidade local de Riad, filho de uma mulher da tribo rural *Aiman* e considerado, nas palavras de Al-Rasheed (2015a), um “verdadeiro local”, apresentado como alguém forte para combater influências corruptas e para fazer uma ponte entre o tradicionalismo e a comunidade jovem.

operação, já que os estadunidenses foram avisados somente três horas antes dos primeiros ataques (RIEDEL, 2015a; PECQUET, 2015). É essencial destacar que a operação no Iêmen ocorreu durante o processo do inédito acordo nuclear entre o Irã e o P5+1 (EUA, China, Rússia, Reino Unido, França e Alemanha), que teve sua primeira fase assinada em 2013 e sua implementação em 2015. Esse acordo não foi bem recebido pelos países do Golfo, pois indicava um abrandamento nas relações entre EUA e Irã, que não possuem laços diplomáticos desde 1981 e tem relações conturbadas desde então.⁷⁷ Para os sauditas, em especial, as negociações foram interpretadas como um abandono por parte de Washington de seu comprometimento de conter o Irã, sendo necessário que Riad fizesse tal controle (YOUNIS, 2015; ESFANDIARY; TABATABAI, 2016, p. 168). Portanto, a ação saudita no Iêmen pode ser percebida não só como uma performance mais agressiva do papel de líder regional, mas também (assim como no caso anterior do Bahrain) como uma alteração no papel de aliado fiel.

De qualquer maneira, a Operação *Decisive Storm* recebeu o apoio dos EUA, e Obama firmou o compromisso com o CCG de assisti-los militar e estrategicamente (PECQUET, 2015; RIEDEL 2015b). O rei Salman, de forma estratégica, visitou Washington dias antes da oficialização do acordo nuclear pelo Senado estadunidense, com o claro intuito de garantir o apoio de seus aliados ocidentais, mesmo após o acordo (PECQUET, 2015; RIEDEL, 2015b). Alguns autores sustentam, inclusive, que o silêncio saudita em relação ao acordo nuclear (não houve nenhuma objeção oficial por parte de Riad) se deu justamente por uma barganha com os EUA em troca do apoio irrestrito à operação no Iêmen (cf. PECQUET, 2015; RIEDEL, 2015b; AL-DEEN, 2015; CLAUSEN, 2015, p. 22-24). Ou seja, o acordo nuclear pode ter sido mais um dos motivos que levaram à ação militar saudita, e a guerra no Iêmen seria interpretada pela liderança em Riad como uma resposta a uma conjuntura internacional mais branda com o Irã.

Em 21 de abril de 2015, a operação *Decisive Storm* foi substituída pela operação *Restoring Hope*, sob o comando da mesma coalizão de países. De acordo com o porta-voz da operação, “todos os objetivos foram alcançados, inclusive a destruição dos mísseis balísticos que estavam sob o controle dos Houthis” (RT NEWS, 2015, tradução nossa). Em uma entrevista inédita para a revista *The Economist*, em janeiro de 2016, o príncipe Mohammed

⁷⁷ Torna-se interessante destacar que os Estados Unidos e o Irã quebraram seus laços diplomáticos em 1981, após a ocupação da embaixada estadunidense em Teerã por manifestantes iranianos, que mantiveram vários cidadãos estadunidenses reféns por mais de 444 dias. A relação entre os dois países é essencialmente de inimizade, caracterizada por uma desconfiança mútua e diversos momentos de tensão e acusações por ambos os lados (COOK, ROSHANDEL, 2009).

afirmou que “destruímos 90% do arsenal de mísseis [dos Houthis] e, em seguida, iniciamos o processo de solução política no Iêmen [...] todos os nossos esforços são para encontrar uma solução política” (TRANSCRIPT, 2016, tradução nossa) (papel de líder regional e agente anti-instabilidade). Contudo, Riad deixou claro que essa mudança não significa que os ataques aos Houthis acabaram. O general saudita Ahmed Asseri falou que “a coalizão vai continuar controlando o movimento das milícias Houthis e impedindo que eles organizem qualquer operação dentro do Iêmen” (RT NEWS, 2015, tradução nossa). Não foi declarado nenhum cessar fogo por parte saudita, uma vez que Mohammed ressaltou que

“isso [a operação *Restoring Hope*] não significa que vamos deixar a milícia se expandir pelo território, e eles devem se dar conta que todo o dia que não se aproximam de uma solução política, eles estão perdendo”(TRANSCRIPT, 2016, tradução nossa).

O Irã louvou a modificação da operação, sustentando que o “conflito não será resolvido pela força” (OPERATION, 2015, tradução nossa). Todavia, como já mencionado, não é do interesse saudita abrir espaço para Teerã em qualquer negociação de paz no Iêmen. O embaixador saudita Jubeir esclareceu isso ao afirmar “o Irã não tem papel nenhum para assumir no Iêmen [...] a última vez que chequei, eles não tinham nenhuma fronteira com o Iêmen” (BENNETT, 2015, tradução nossa). A possibilidade de uma aproximação entre Teerã e Riad para a resolução do conflito iemenita ficou mais irreal após janeiro de 2016, quando Riad fez uma execução em massa de prisioneiros, que incluía o líder religioso xiita Sheik Nimr. O assassinato gerou um grande descontentamento por parte dos iranianos, que, em protesto, invadiram a embaixada saudita em Teerã, depredaram-na e queimaram-na. Riad, em retaliação, quebrou seus laços diplomáticos com o Irã (na sequência, Bahrain, Emirados Árabes e Sudão fizeram o mesmo) (GRAHAM-HARRISON, 2016). É interessante lembrar que enquadrar os Houthis como xiitas que buscam a instabilidade regional (Crescente xiita) e executar um líder religioso xiita como um prisioneiro comum também indicaria uma alteração deliberada do papel de protetor da fé em prol de uma dimensão sectária.

Segundo Esfandiary e Tabatabai (2016, p. 163), Riad considera que a existência de um inimigo externo é importante para manter a legitimidade doméstica e garantir uma união nacional. Além disso, serve para unificar forças entre os regimes árabes sunitas que querem garantir o *status quo*, ideia cristalizada no fato que as ações nunca foram tomadas unilateralmente, mas no escopo de uma coalizão e, principalmente, com o aval do CCG (líder regional, agente anti-instabilidade). Em suma, a inimizade com o Irã, que atingiu novos níveis

em 2016, serve para os sauditas galvanizarem apoio tanto doméstico, quanto internacional, sendo que o Iêmen faz parte dessa estratégia.

4.4 Os papéis encontrados na Primavera Árabe do Iêmen

Aqui busca se fazer o mesmo que foi feito no capítulo anterior do Bahrain, desenvolvendo quais papéis o Irã e a Arábia Saudita conseguiram projetar nos acontecimentos da Primavera Árabe do Iêmen. Assim, nas tabelas a seguir, resumem-se as interpretações encontradas, diferenciando, quando necessário, retórica de performance.

Tabela V – Papéis Iranianos no Caso do Iêmen

IRÃ	
Papéis	Reações frente à Primavera Árabe no Bahrain
<i>Líder regional</i>	Retórica média: tentativa de captar a liderança e de apresentar seu país como revolucionário; interesse em indicar que dava apoio ideológico aos <i>Houthis</i> , mesmo deixando claro que não participou das manifestações; apresentou uma retórica a favor da fortificação do grupo Houthi (performance do papel, que se alia a grupos não-estatais para ganhar influência); propôs um plano para resolução do conflito.
<i>Protetor da fé</i>	Retórica média: tentou desassociar das manifestações o caráter sectário, afirmando que não havia um conflito sectário; acusou o comportamento saudita de sectário (líder pan-islâmico).
<i>Bastião das revoluções</i>	Retórica forte: interpretou as manifestações como um reflexo tardio de sua própria revolução de 1979; defendeu o total direito dos <i>Houthis</i> de se manifestarem contra o regime que não os representava.
<i>Ponte</i>	Retórica forte: deixou claro que a situação no Iêmen se dá pelo esgotamento de um povo oprimido; como moderador propôs o plano na ONU, que foi rejeitado; afirmou estar enviando ajuda humanitária ao país; condenou violência da operação contra civis.
<i>Anti-imperialista</i>	Retórica forte: afirmou que resolução do conflito deve ser feita sem intervenção estrangeira; opôs-se ao acordo que colocou Hadi no poder (o acusa de ser uma interferência externa saudita); condenou a intervenção militar, afirmando que representaria os interesses imperialistas da Arábia Saudita. Não tomou ação de cortar relação com nenhum dos países do CCG.

Fonte: Elaboração própria

Tabela VI – Papéis Sauditas no caso do Iêmen

ARÁBIA SAUDITA

Papéis	Reações frente à Primavera Árabe no Bahrain
<i>Líder regional</i>	Retórica forte: deixou claro que o Golfo é sua área de projeção de influência, reagindo preventivamente à possível intervenção iraniana; coordenou processo de transição do governo de Saleh; assistiu militar, financeira e estrategicamente o governo de Hadi; tomou ação proativa na ação militar; alegou a necessidade de fortificar o conselho sob sua direção.
<i>Protetor da fé</i>	Há modificações: consolidou-se, com a Primavera Árabe, a ideia que a retórica de protetor da fé estaria se direcionando somente aos sunitas, enquadrando os xiitas como os desestabilizadores regionais. A Arábia Saudita não poderia mais ser classificada como pan-islâmico.
<i>Agente anti- instabilidade</i>	Retórica forte: tomou as medidas necessárias para garantir o mínimo de instabilidade no Iêmen; transição de poder para manter um regime aliado no país (Hadi); tomou as rédeas da coalizão que interveio no país. A operação <i>Decisive Storm</i> pode ser claramente compreendida como uma performance do papel de agente anti-instabilidade.
<i>Aliado fiel</i>	Há modificações: a Arábia Saudita coordenou a intervenção no Iêmen sem o aval dos EUA. Isso indicaria que Riad (i) não dependeria somente dos EUA para garantir a segurança do Golfo e (ii) não se perceberia mais como um aliado automático de Washington; supostamente negociou seu apoio ao acordo nuclear em troca de total aprovação de sua operação militar. A performance do papel de aliado fiel poderia estar se transformando em direção a um maior pragmatismo.

Fonte: Elaboração própria

CONCLUSÕES

O Oriente Médio disponibiliza sujeitos de análise interessantes para as Relações Internacionais, seja pela complexidade de seus países e pelo valor estratégico de sua localização, seja pela miríade de interações entre cultura, identidade, religião e etnia que são computadas nas decisões dos seus líderes políticos. Desse modo, estimular a interação entre a disciplina e os estudos do Oriente Médio é um exercício importante e, assim, foi o objetivo desta dissertação, que visou aplicar uma abordagem teórica construtivista a um objeto de pesquisa específico da região. A contribuição deste trabalho está justamente em aumentar a produção nacional em português sobre a rivalidade entre a República Islâmica do Irã e o Reino da Arábia Saudita, considerando a interação entre as identidades estatais e a estrutura regional de maneira a analisar o processo de decisão em política externa.

O Irã e a Arábia Saudita projetam-se como potências regionais no Oriente Médio, mais especificamente na sub-região do Golfo Pérsico. Isso significa que ambos visam superintender o cenário regional e ter predominância política e ideológica sobre os demais países do Golfo. Contudo, a percepção dos governos de quais seriam a ordem regional e o tipo de sistema político ideais é bastante divergente. Riad se projeta como uma monarquia estável, com a missão de proteger o islã e de auxiliar regimes conservadores, e que resguarda sua aliança com o Ocidente. Já Teerã apresenta a imagem de uma república islâmica revolucionária, modelo de islamismo político e defensor das revoluções que visam destituir regimes não representativos, principalmente se são associados aos interesses de potências extrarregionais. Na presente pesquisa, procurou-se mostrar que esses dois modelos antagônicos de liderança fazem parte das identidades estatais do Irã e da Arábia Saudita e, por isso, acabam por influenciar as ações internacionais dos dois países.

Escolheu-se a Teoria dos Papéis para desenvolver a análise e para justificar como a rivalidade é intrínseca às identidades estatais. Tal teoria, que tem suas origens na Sociologia e, quando aplicada em Relações Internacionais, adquire caráter Construtivista, considera que os Estados assumem papéis na arena internacional. Esses papéis determinam, então, os padrões de ação que podem ser tomados. O sistema internacional seria um palco e os papéis seriam os roteiros que coíbem e estimulam a atuação dos Estados, os atores. Papéis são concebidos pela própria elite política nacional por meio da produção cognitiva de como seus Estados devem atuar no sistema internacional e do quanto a estrutura é favorável ou não para si. Justificou-se nesse trabalho que, sendo os papéis uma reivindicação do Estado no sistema internacional, o conjunto deles resulta na identidade estatal projetada.

Assim, a projeção de uma identidade estatal é o processo de diferenciação que o Estado faz para ser percebido como um ente social e para concretizar suas manifestações institucionais e ideacionais. Ao conceber identidade estatal como uma variável que pode ter efeito causal ou constitutivo na tomada de decisão, torna-se possível estudar como ações de política externa são influenciadas pelos papéis, da mesma maneira como as dinâmicas internacionais e regionais podem modificá-los. As identidades estatais não são algo pré-determinado, e, sim, uma projeção subjetiva em mudança constante, pois papéis são continuamente concebidos e alterados conforme a interação desses com a estrutura.

Com isso em mente, aplicou-se a Teoria dos Papéis no estudo também como uma ferramenta de análise de política externa. Ao analisar os papéis assumidos tradicionalmente pelo Irã e pela Arábia Saudita na competição por influência e predominância no Golfo, buscaram-se justificativas nas ações regionais de ambos os países. Tomou-se a premissa inicial que esses dois países rivalizam no Golfo desde 1979, quando o Irã assumiu uma identidade nacional que é antagônica a que os sauditas projetam desde os anos da fundação de seu regime monárquico, em 1932. A Revolução Islâmica Iraniana de 1979 inseriu no sistema regional um país revisionista, opositor de monarquias aliadas ao Ocidente, como a Arábia Saudita, e entusiasta de revoluções islamistas por toda a região. Desde então, o Irã passou a ser percebido pelos sauditas como uma fonte constante de instabilidade regional e, conseqüentemente, uma ameaça não só para si, mas para todo o sistema do Golfo, que é majoritariamente monárquico e sunita.

Diagnosticou-se que hoje a rivalidade encontra-se em um quarto momento, de competição direta através de aliados em conflitos *proxy*, iniciado após a morte de Saddam Hussein, em 2003. De fato, entre os anos 1980 e a primeira metade da década de 2000, o Irã, a Arábia Saudita e o Iraque apresentavam-se como potências regionais concorrentes e jogavam em uma balança triangular de poder potencializada por antagonismos étnicos, políticos e religiosos. Contudo, após a queda do líder iraquiano e a imersão do país em uma guerra civil, o Iraque passou a ser um novo espaço para a rivalidade entre Irã e Arábia Saudita, que cooptaram aliados iraquianos para competir por maior influência e para coibir a expansão do outro. Assim, atualmente, a competição apresenta características de uma Guerra Fria, fomentada por importantes divisões sectárias e étnicas que justificam intervenção em conflitos regionais, mas sem um enfrentamento direto entre os dois atores.

Por meio da revisão da literatura, encontraram-se nove papéis que o Irã e a Arábia Saudita assumem no Golfo. Os papéis iranianos são: (i) líder regional, (ii) protetor da fé

islâmica, (iii) bastião das revoluções, (iv) ponte e (v) anti-imperialista. Já os sauditas atuam como: (i) protetor da fé islâmica, (ii) líder regional, (iii) agente anti-instabilidade e (iv) aliado fiel. Ao comparar estes papéis, encontraram-se dois tipos de interação. O primeiro ocorre entre todos os papéis de um mesmo país, sendo que eles se reforçam mutuamente para dar um senso de coesão à identidade estatal do país. Ou seja, na retórica de um papel, por exemplo, de líder regional iraniano, há referência a outros papéis do país, como de bastião das revoluções, de ponte e de anti-imperialista. Já a segunda interação ocorre quando se comparam os papéis de um país com os de outro, detectando que a argumentação de cada papel utiliza o comportamento de seu rival para sustentar sua própria concepção. Em outras palavras, ao analisar um papel saudita, por exemplo o de agente anti-instabilidade, nota-se que eles e projeta como necessário para fazer oposição a papéis iranianos, como o de bastião das revoluções e de ponte. Isso indica que a rivalidade em si é uma característica definidora das atuais projeções de identidade estatal dos dois países.

Outra premissa que orientou essa pesquisa é que a dinâmica da rivalidade é melhor percebida em momentos de instabilidade regional, pois é quando se apresentam novas oportunidades e ameaças aos atores. Por essa lógica, as Primaveras Árabes do Bahrain e do Iêmen foram escolhidas para buscar continuidades e mudanças nos papéis assumidos na rivalidade. Deu-se o nome de Primavera Árabe a uma série de manifestações e levantes populares que ocorreram em diversos países árabes a partir de 2011. Elas indicavam a insatisfação popular com a situação socioeconômica em que seus países se encontravam, sendo que muitas clamavam pelo fim de seus regimes e várias resultaram em violentos confrontos com a polícia e no desencadeamento de guerras civis. No caso específico do Golfo, foi no Bahrain e no Iêmen que aconteceram os principais protestos, e em ambos houve intervenção militar.

Em 2011, diversos bahrainis foram às ruas do país demandar reformas políticas que foram prometidas pelo novo emir, ainda em 2002. A reação do governo do Bahrain foi de suprimir toda e qualquer manifestação, respondendo com violência e com o encarceramento de manifestantes. Em seguida, o Bahrain solicitou a ajuda do CCG para controlar os tumultos e, já em março de 2011, tropas sauditas e emiratis ingressaram no país para conter a revolta e suprimir a Primavera Árabe. No mesmo ano, em novembro, manifestantes em todo o Iêmen conseguiram pressionar o presidente Abu Saleh a assinar um acordo no qual cedia o governo para seu vice, Hadi, após 22 anos de mandato. Entretanto, a instabilidade política generalizada em que o país se encontrava incentivou diversos grupos iemenitas, em especial os Houthis, a

expandir seu poder, contestando a legitimidade do novo governo. Após a tomada da capital iemenita pelos Houthis em fevereiro de 2015, Hadi solicitou auxílio de seus aliados, que iniciaram os ataques ao grupo, consolidando o estado de guerra civil que o país vive até o momento em que a dissertação foi escrita.

Esses dois acontecimentos se tornaram pauta importante nas agendas internacionais do Irã e da Arábia Saudita, visto que os países são importantes para seus projetos particulares de liderança regional, mesmo que com intensidades diferentes. Nos capítulos quatro e cinco procurou-se então, identificar quais foram as reações de Teerã e de Riad frente a tais acontecimentos, diagnosticando quais papéis nacionais foram reconhecidos e quais estariam se modificando. As tabelas resumos VII e VIII abaixo sintetizam tais resultados.

Tabela VII – Resumo dos Papéis Iranianos

IRÃ			
Papel	Descrição do papel	Diagnóstico no Bahrain	Diagnóstico no Iêmen
Líder regional	Busca assumir um papel de liderança revisionista nos acontecimentos regionais, fazendo alianças com atores estatais e não-estatais interessados em modificar o <i>status quo</i> regional.	Retórica baixa – evitou ser associado à articulação das revoltas e não tomou nenhuma medida para resolução.	Retórica média – indicou apoio ideológico aos Houthis, mas negou ajuda no conflito. Também propôs um plano para resolução, que foi ignorado.
Protetor da fé	Apresenta-se como um líder entre todos os muçulmanos, não sectário e pan-islâmico.	Retórica média – insistiu que as manifestações não aconteciam por motivos sectários.	Retórica média – tentou desassociar o conflito de questões sectárias e acusou o comportamento saudita de ser sectário.
Bastião das Revoluções	Projeta-se como um modelo para outras revoluções islâmicas na região, encorajando a derrubada de regimes não representativos.	Retórica forte - tentou associar as manifestações à sua Revolução de 1979, mas afirmou não ter tomado nenhuma ação nos protestos.	Retórica forte – tentou associar as manifestações à sua Revolução de 1979 e defendeu o direito de rebelião dos Houthis.
Ponte	Defende que nenhuma minoria religiosa deve ser oprimida por seus regimes e apresenta-se como porta-voz desses grupos, principalmente o xiita.	Retórica média/forte – a revolução era consequência de um povo oprimido, mas não auxiliou nenhum grupo revolucionário.	Retórica forte – defende o direito dos Houthis de rebelarem-se e assumiu estar enviando ajuda humanitária. Tentou moderar o conflito.

Anti-imperista	Condena qualquer participação de atores não regionais nos conflitos do Golfo	Retórica forte – condenou ação saudita e afirmou que a intervenção era um ato imperialista dos sauditas em conjunto com os EUA.	Retórica forte – resolução deve ser feita sem intervenção estrangeira, por isso não aceitou o acordo do CCG e condenou a operação militar saudita.
-----------------------	--	---	--

Fonte: Elaboração própria

Tabela VIII – Resumo da Arábia Saudita

ARÁBIA SAUDITA			
Papel	Descrição do papel	Diagnóstico no Bahrain	Diagnóstico no Iêmen
Protetor da fé	Projeta liderança no mundo muçulmano através da imagem de guardião das cidades sagradas do islã e de seu vínculo ao wahabismo. É um papel conservador, fornecendo assistência aos grupos e aos países islâmicos que não apresentam tendências revisionistas.	Modificou – com a Primavera Árabe, os sauditas estão assumindo um tom sectário em seu discurso de protetor da fé, visto que enquadraram os xiitas como fonte de instabilidade regional.	Modificou – com a Primavera Árabe, os sauditas estão assumindo um tom sectário em seu discurso de protetor da fé, visto que enquadraram os zaydis como xiitas que desestabilizam a região.
Líder regional	Sendo a monarquia mais antiga, rica e estável do Golfo, o país projeta uma imagem de líder defensor da ordem regional, dando vários tipos de assistência àqueles que se aliarem a ele.	Retórica forte – buscou deixar claro que o Golfo é sua área de projeção e que a coordenação da PSF é uma ação clara para coibir uma possível intervenção iraniana e seu interesse de comandar o CCG.	Retórica forte – reagiu preventivamente a uma maior participação iraniana, pois deixou claro que o Golfo é sua área de projeção. A coordenação do acordo que retirou Saleh e a ação proativa no comando da operação são exemplos.
Agente anti instabilidade	Opõe-se a qualquer país ou ideologia que vise modificar o <i>status quo</i> regional, pois esse lhe é benéfico. Costuma financiar países em crise para evitar danos na estabilidade.	Retórica forte – a operação PSF é uma performance desse papel, pois Riad atua preventivamente para evitar maiores danos à estabilidade do país, além de aumentar o investimento financeiro.	Retórica forte – tomou medidas necessárias para garantir o mínimo de estabilidade no Iêmen e, quando elas não foram suficientes, organizou a operação militar para combater a fonte de instabilidade (Houthis).

<i>Aliado fiel</i>	Possui uma aliança com os EUA importante para a garantia da segurança regional e de seu regime. Riad garante os interesses dos EUA na região, enquanto esses disponibilizam segurança.	Modificou – coordenou a intervenção sem a autorização dos EUA, indicando que os sauditas não mais veem Washington como o único mantenedor da segurança regional.	Modificou – não precisou da autorização dos EUA para coordenação da operação militar. Essas ações indicam que a aliança está tomando um caráter pragmático.
<i>Patrono das monarquias sunitas</i>	Esse papel foi diagnosticado nos dois estudos de caso, em que se percebe que Riad estaria elaborando um novo papel a fim de garantir a predominância de monarquias sunitas na região e mantê-las sob seu guarda-chuva de proteção.	Esse novo papel se sustenta na fortificação do CCG como um grupo político e não somente regional (convite a Jordânia e Marrocos) no qual Riad coordena em prol da manutenção dos regimes monárquicos sunitas.	A diferença de proatividade saudita no Iêmen para tirar um líder no poder, ao contrário do caso bahraini, corrobora a ideia de que o novo papel saudita foca em garantir monarquias sunitas, e não outros regimes.

Fonte: Elaboração própria

As tabelas acima mostram o quanto se pode compreender sobre o comportamento em política externa por intermédio da análise dos papéis nacionais de um país. O presente estudo, além de comprovar que a rivalidade entre Irã e Arábia Saudita é parte das identidades estatais dos dois países, também confirma a hipótese de que a Arábia Saudita foi mais eficiente em instrumentalizar os eventos da Primavera Árabe para projetar sua imagem de liderança. O comportamento iraniano diante dos dois casos foi reativo, e houve pouco espaço para que Teerã exteriorizasse seu papel de líder revisionista. De fato, o Irã se posicionou em maior parte como expectador dos eventos, mantendo seus papéis somente no nível da retórica ao não tomar atitudes concretas para competir com os sauditas. Riad, por sua vez, encontrou nos acontecimentos oportunidades para modificar alguns de seus papéis a fim de assumir um comportamento mais proativo que garantisse sua preponderância e sua influência no Golfo.

Por fim, é interessante reforçar as vantagens de expandir a análise desta dissertação para trabalhos futuros. A rivalidade entre Irã e Arábia Saudita ultrapassa as fronteiras do Golfo, sendo produtivo utilizar a mesma abordagem teórica para compreender suas reações face a outros momentos de instabilidade no Oriente Médio, como a guerra na Síria ou a Primavera Árabe no Egito. Um trabalho nessa linha colaboraria com o objetivo da presente pesquisa de contribuir para as produções nacionais em Relações Internacionais sobre Oriente Médio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARTS, Paul; DUIJNE, Joris Van. Saudi Arabia: After U.S-Iran detente: Left in the Lurch. **Middle East Policy**, v. 16, n.3, 2012.

AN OFFICIAL Source Speaks on Bahrain. **Saudi Press Agency**, 20 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.thefreelibrary.com/An+Official+Source+Speaks+on+Bahrain.-a0249594683>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ABRAHAMIAN, Ervand. **A History of Modern Iran**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2008.

ADAMI, Ali; POURESMAEILI, Najmieh. Saudi Arabia and Iran: the Islamic Awakening Case. **Iranian Review of Foreign Affairs**, v. 3, n. 4, 2013, p. 153-178

ADIGBUO, Richard. Beyond IR Theories: The Case for National Role Conceptions. **Politikon**, v. 34, n.1, 2007, p. 83-97.

AGGASTAM, Lisbeth. Role Theory and European foreign policy: a framework of analysis. In: ELGSTROM, Ole; SMITH, Michael (Orgs.), **The European Union's Roles in International Politics: concepts and analysis**. Nova Iorque: Taylor and Francis Group, 2006.

AL-ARIAN, Ali. Is Saudi Arabia warming up to the Muslim Brotherhood? **Aljazeera**, 29 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2015/07/saudi-arabia-warming-muslim-brotherhood-150727121500912.html>>. Acesso em: 20 set. 2016.

AL-HAQBANI, Nasser. Yemenis Thank King Salman on the Anniversary of Operation "Decisive Storm". **Asharq Al-Awsat**, 26 mar. 2016. Disponível em: <<http://english.aawsat.com/2016/03/article55348923/yemenis-thank-king-salman-on-the-anniversary-of-operation-decisive-storm>>. Acesso em: 15 set. 2016.

AL-RASHED, Bader. Saudi elites divide don Yemen war. **Al Monitor: Gulf Pulse**, 21 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/04/saudi-arabia-elite-yemen-operation-decisive-storm.html#ixzz4La9xjJlk>>. Acesso em 15 set. 2016.

AL-RASHEED, Madawi. **A History of Saudi Arabia**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010

_____. King Salman needs total victory in Yemen. **Al Monitor: GulfPulse**, 8 maio 2015a. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/ru/contents/articles/originals/2015/05/saudi-arabia-finds-no-quick-victory-yemen.html>>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____. Riyadh's war on Yemen stokes Saudi nationalism. **Al Monitor: Gulf Pulse**, 27 mar. 2015b. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/03/saudi-yemen-houthi-gcc-military-islamist.html#ixzz4La2utEPb>>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. Sectarianism as Counter-Revolution: Saudi Responses to the Arab Spring. **Studies in Ethnicity and Nationalism**, v. 11, n. 3, 2011, p. 513-526.

ALBRECHT, Holger; SCHLUMBERGER, Oliver. Waiting for Godot: Regime Change without Democratization in the Middle East. **International Political Science Review**, v. 25, n. 4, 2004, p. 371-392.

ALHASAN, Hasan Tariq. The Role of Iran in the Failed Coup of 1981: the IFLB in Bahrain. **Middle East Journal**, v. 65, n. 4, 2011, p. 603-617.

ALTORAIIFI, Adel. **Understanding the role of state identity in foreign policy decision-making: the rise and demise of Saudi-Iranian rapprochement (1997-2009)**. Londres: LSE, 2012.

AMIRAHMADI, Hooshang. Iranian-Saudi Arabian Relations since the Revolution. In: AMIRAHMADI, Hooshang; ENTESSAR, Nader (Eds.). **Iran and the Arab World**. Nova Iorque: St Martin's Press, 1993.

AMIRI, Reza Ekhtiari; SAMSU, Ku HasnitaBinti; FEREDONI, Hassan Gholipour. The Hajj and Iran's Foreign Policy towards Saudi Arabia. **Journal of Asian and African Studies**, v. 46, n. 6, 2011, p. 678-690.

ANSARI, Ali. Persian Summer vs Arab Spring? **Aljazeera**, 22 dez.2013. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2013/12/persian-summer-vs-arab-spring-2013121971342369979.html>> Acesso em: 10 mar. 2016.

ARAS, Bulent; GORENER, Aylin. National role conceptions and foreign policy orientation: the ideational bases of the Justice and Development Party's foreign policy activism in the Middle East. **Journal of Balkan and Near Eastern Studies**, v. 12, n. 1, 2010, p. 73-92.

ASMAR, Marwan. Saudi action in Yemen a strong statement. **Gulf News**, 12 abr. 2015. Disponível em: <<http://gulfnews.com/opinion/thinkers/saudi-action-in-yemen-a-strong-statement-1.1490338>>. Acesso em: 15 set. 2016.

AYOOB, Mohammed. The Arab Spring: its geostrategic significance. **Middle East Policy**, v. 9, n. 3, 2012, p. 84-97.

BARNETT, Michael. Institutions, Roles and Disorder: The Case of the Arab States System. **International Studies Quarterly**, v. 37, 1993, p. 271-296

SAUDI 'Decisive Storm' waged to save Yemen. **Al Arabiya News**, Middle East, 25mar. 2015. Disponível em: <<http://english.alarabiya.net/en/News/middle-east/2015/03/26/GCC-states-to-repel-Houthi-aggression-in-Yemen-statement-.html>>. Acesso em: 12 set. 2016.

BASHIR, Abdulaziz; WRIGHT, Stephen. Saudi Arabia: foreign policy after the Gulf War. **Middle East Policy**, v. 1, n. 1, 1992, p. 107-116.

BATATI, Saeed. Yemen's relations with Iran at all time low. **Gulf News**, 20 dez.2012. Disponível em: <<http://gulfnews.com/news/gulf/yemen/yemen-s-relations-with-iran-at-all-time-low-1.1121516>>. Acesso em: 12 set. 2016.

BAZERGAR, Kayhan. Iran, New Iraq and the Persian Gulf Political Security Architecture. **The Iranian Journal of International Affairs**, v. 20, n. 1, 2008, p. 93-110.

BÊNES, Vít. Role theory: a conceptual framework for the constructivist foreign policy analysis? In: **Third Global International Studies Conference “World Crisis. Revolution or Evolution in the International Community?”**, 2011, Porto... Porto: Universidade do Porto, 2011. Disponível em: <http://www.wiscnetwork.org/porto2011/papers/WISC_2011-768.pdf>. Acesso em: 04 set. 2016.

BENNETT, Brian. Saudi Arabia’s ambassador rejects Iran’s call force cease-fire in Yemen. **Los Angeles Times: MiddleEast**, 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.latimes.com/world/middleeast/la-fg-saudi-yemen-20150415-story.html>>. Acesso em: 18 set. 2016.

BIDDLE, B. J. Recent Development in Role Theory. **Annual Review of Sociology**, vol. 12, 1986, p. 67-92.

BLANCHARD, Christopher. The Islamic Traditions of Wahhabism and Salafiyya. **CRS Report for the Congress**, Congressional Research Service. Washington: Library of Congress, 2008.

BOJARCZYK, Bartosz. Geopolitics of the Persian Gulf Region. **OL PAN**, v. 7, 2012, p. 80-100. Disponível em: <<http://www.pan-ol.lublin.pl/wydawnictwa/TPol7/Bojarczyk.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2016.

BOWEN, Andrew. Prince Saud al-Faisal’s legacy lives on in Saudi foreign policy. **Al-Arabiya News**, 10 jul. 2015. Disponível em: <<http://english.alarabiya.net/en/views/news/middle-east/2015/07/10/Prince-Saud-al-Faisal-s-legacy-lives-on-in-Saudi-foreign-policy-.html>>. Acesso em: 12 set. 2016.

BRANDON, John J. America’s “Rebalance”... Towards Southeast Asia. **The Diplomat**, 16 nov. 2012. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2012/11/americas-rebalance-towards-southeast-asia/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

BREHONY, Noel. Yemen and the Huthis: genesis of the 2015 crisis. **Asian Affairs**, v. 26, n. 2, 2015, p. 232-250.

BREUNING, Marijke. Roles and Realities: When and Why Gatekeepers Fail to Change Foreign Policy. **Foreign Policy Analysis**, v. 9, n. 3, 2012, p. 1-19.

CARVALHO PINTO, Vânia. Exploring the interplay between Framing and Securitization theory: the case of the Arab Spring protests in Bahrain. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. 1, 2014a, p. 162-177.

CARVALHO PINTO, Vânia. From “Follower” to “Role Model”: The Transformation to the UAE’s International Self-Image. **Journal of Arabian studies: Arabia, the Gulf and the Red Sea**, v. 4, n. 2, 2014b, p. 231-243.

CHAFEZ, Glenn; ABRAMSON, Hillel; GRILLOT, Suzette. Role Theory and Foreign Policy: Belarussian and Ukrainian Compliance with the Nuclear Nonproliferation Regime. **Political Psychology**, v. 17, n. 4, 1996, p. 727-757.

CHARBONNEAU, Louis. Iran submits four-point Yemen peace plan to United Nations. **Reuters**, 17 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-yemen-security-iran-idUSKBN0N823820150417>>. Acesso em: 12 set. 2016.

CHUBIN, Shahram. Iran's Power in Context. **Survival**, v. 51, n. 1, 2009, p. 165-190.

_____. Iran and the Arab Spring: Ascendancy Frustrated. **GRC Gulf Papers**, Gulf Research Center, Geneva, 2012.

CHUBIN, Shahram; ZABIH, Sepehr. **The Foreign Relations of Iran**. Berkeley: University of California Press, 1974.

CLARK, V. **Yemen: Dancing on the Heads of Snakes**. New Haven: Yale University Press, 2010.

CLAUSEN, Maria-Louise. Understanding the Crisis in Yemen: Evaluating Competing Narratives. **The International Spectator**, v. 50, n. 30, 2015, p. 16-29.

COLOMBO, Silvia. The GCC Countries and the Arab Spring: Between Outreach, Patronage and Repression. **IAI Working papers**, v.12, n. 9, 2012, p. 1-16.

COOK; Alethia H.; ROSHANDEL, Jalil. **The United States and Iran: Policy Challenges and Opportunities**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009.

COOPER, Michel. US Diplomatic Response to the Arab Spring. **Policy Making in a Global Age**, 2012. Disponível em: <<http://lbjschool.austin.utexas.edu/diplomacy/files/2013/05/US-Diplomatic-Response-to-the-Arab-Spring.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

CRAIG, Dylan. State security policy and proxy wars in Africa. **Strategic Insights**, v. 9, n. 1, 2009, p. 30-64.

CRYSTAL, Jill. Coalitions in Oil Monarchies: Kuwait and Qatar. **Comparative Politics**, v. 21, n. 4, 1989, p. 427-433.

DABASHI, Hamid. What happened to the Green Movement in Iran? **Aljazeera**, 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2013/05/201351661225981675.html>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

DALACOURA, Katerina. The 2011 uprisings in the Arab Middle East: political change and geopolitical implications. **International Affairs**, v. 88, n. 1, 2012, p. 63-79.

DAM, Johannes J.A. Van. **Iran's identity: a case study on assumed vs. portrayed identity**. Amsterdã: University of Amsterdam, 2012.

DAVIDSON, Christopher; ULRICHSEN, Kristian Coates. Bahrain on the edge. **Open Democracy**, 19 out.2010. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/christopher-davidson-kristian-coates-ulrichsen/bahrain-on-edge>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

DEPUTY Custodian of the Two Holy Mosques Chairs Cabinet Session. **Al Riyadh**, 21 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.alriyadh.com/en/article/606946/deputy-custodian-of-the-two-holy-mosques-chairs-cabinet-session>> Acesso em: 20 jun. 2015.

DOWNS, Kevin. A Theoretical Analysis of the Saudi-Iranian Rivalry in Bahrain. **Journal of Politics & International Studies**, v. 8, 2012.

DURAC, Vincent. Yemen's Arab Spring – Democratic Opening or Regime Maintenance? **Mediterranean Politics**, v. 17, n. 2, 2012, p. 161-178.

EHTESHAMI, Anoushiravan. The Foreign Policy of Iran. In: RIENNER, Lynne (Ed.). **The Foreign policies of Middle East states**. [S.l.]: Boulder and Co., 2002.

EHTESHAMI, Anoushiravan; HINNEBUSCH, Raymond. **Syria and Iran: Middle powers in a penetrated regional system**. Londres: Routledge, 1997.

EHTESHAMI, Anoushiravan; ZWEIRI, Majoob (Eds.). **Iran's Foreign Policy: from Khatami to Ahmadinejad**. [S.l.]: Ithaca Press, 2008.

EILTS, Hermann Frederick. Saudi Arabia's Foreign Policy. In: BROWN, Carl (Ed.): **Diplomacy in the Middle East: The International Relations of Regional and Outside Powers**. Nova Iorque: I.B. Tauris, 2001.

ELGSTROM, Ole; SMITH, Michael (Eds.). **The European Union's Roles in International Politics: Concepts and Analysis**. Londres: Routledge, 2006.

ESFANDIARY, Dina; TABATABAI, Ariane. Yemen: an Opportunity for Iran-Saudi Dialogue? **The Washington Quarterly**, v. 39, n. 2, 2015, p. 155-174.

ETHEREDGE, Laura (Ed.). **Saudi Arabia and Yemen**. [S.l.]: Rosen Education Services, 2011.

EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. **The Penguin Dictionary of International Relation**. Londres: Penguin Group, 1998.

FAGHIHI, Rohollah. Former Iran ambassador: Saudi must accept *Houthis*. **Al Monitor: Iran Pulse**, 9 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/06/iran-yemen-ambassador-houthi.html>>. Acesso em: 10 set. 2016.

FAKUDE, Thembisa. Operation Decisive Storm: Reshuffling Regional Order. **Aljazeera**, 7 abr. 2015. Disponível em: <<http://studies.aljazeera.net/en/positionpapers/2015/04/201546102935256939.html>>. Acesso em: 12 set. 2016.

FLEMES, Daniel; WOJCZWSKI, Thorsten. Contested Leadership in International Relations: Power Politics in South America, South Asia and Sub-Saharan Africa. **GIGA Papers**, German Institute of Global and Area Studies, n. 121, 2010, p. 1-34.

FLORENSA, Senén. Transitions and Regional Geopolitics in the Arab World. **IEMed Mediterranean Yearbook**, 2014.

FOOROHAR, Kambiz; NASSERI, Ladane. Iran threat grows as it expands to Yemen. **Gulf News**, 2 mar. 2015. Disponível em: <<http://gulfnews.com/news/mena/iran/iran-threat-grows-as-it-expands-to-yemen-1.1464765>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

FOREIGN MINISTERS of GCC condemns Iranian interference, calls for Yemen dialogue. **Al Riyadh**, 8 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.alriyadh.com/en/article/620380/Foreign-ministers-of-CCG-condemns-Iranian-interference-calls-for-Yemen-dialogue>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

FRIEDMAN, George. Bahrain and the Battle between Iran and Saudi Arabia. **Stratford: Geopolitical Weekly**, 8 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.stratford.com/weekly/20110307-bahrain-between-iran-and-saudi-arabia.com>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

FULTON, Will; WELLMAN, Ariel Farrar. Yemen-Iran Foreign Relations. **Iran Tracker**, 10 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.irantracker.org/foreign-relations/yemen-iran-foreign-relations>>. Acesso em: 03 set. 2016.

FURTIG, Herner. Iran and the Arab Spring: Between Expectations and Disillusion. **GIGA Papers**, n. 241, 2013, p. 1-21.

GAUSE III, Gregory. Beyond Sectarianism: The New Middle East Cold War. **Brookings Doha Center Analysis Paper**, n. 11, 2014.

GCC DEBATES Gulf Union: Middle East in Focus. **Middle East Policy Chanel**. Disponível em: <<http://www.mepc.org/articles-commentary/commentary/CCG-debates-gulf-union?print>>. Acesso em: 10 maio 2012.

GHOBARI, Mohammed. Gulf countries, opposition say Houthi takeover in Yemen a 'coup'. **Reuters**, 7 set. 2015. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-yemen-security-idUSKBN0LB07220150207>>. Acesso em: 15 set. 2016.

GILLESPIE, Carol Ann. **Bahrain**. Modern World Nations Series. Chelsea: Chelsea House Publications, 2002.

GRAHAM-HARRION, Emma. The Saudi execution of Shia cleric has deepened Islam's sectarian rift. Where does that leave the west? **The Guardian**, 10 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/jan/10/iran-saudi-arabia-middle-east-war-nimr-al-nimr-execution>>. Acesso em: 20 set. 2016.

GROSSMAN, Michael. Role Theory and Foreign Policy Change: The Transformation of Russian Foreign Policy in the 1990s. **International Politics**, v. 42, n. 3, 2005, p. 334-351.

HAJJ disaster death toll over two thousand. **Aljazeera**, 18 out. 2015. Disponível em: <<http://america.aljazeera.com/articles/2015/10/19/hajj-disaster-death-toll-over-two-thousand.html>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

HARNISCH, Sebastian (Org.). **Role Theory in International Relations**. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2011.

_____. Conceptualizing in the minefield: Role Theory and Foreign Policy Learning. **Foreign Policy Analysis**, v. 8, 2012, p. 47-69.

HASHEN, Ali. Khamenei criticizes Saudi airstrikes, nuclear agreement. **Al Monitor: Iran Pulse**, 9 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/04/iran-khamenei-saudi-airstrikes-yemen.html#ixzz4KF3HE4dc>>. Acesso em: 10 set. 2016.

HAYKEL, Bernard. Saudi Arabia's Yemen Dilemma. **Foreign Affairs**, 14 jun. 2011. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/saudi-arabia/2011-06-14/saudi-arabias-yemen-dilemma>>. Acesso em: 15 set. 2016.

HEGEMONS want Shia-Sunni war: Ahmadinejad. **Tehran Times**, 9 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.tehrantimes.com/news/238208/Hegemons-want-Shia-Sunni-war-Ahmadinejad>>. Acesso em: 05.06.2016.

HILL, Ginny; NONNEMAN, Gerd. Yemen, Saudi Arabia and the Gulf States: Elite Politics, Street, Protests and Regional Diplomacy. **Middle East and North Africa Programme**. [S.l.]: Chatham House, 2011.

HINNERBUSCH, Raymond. **The International Politics of the Middle East**. Manchester: Manchester University Press, 2003

HOLSTI, K. J. National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, v. 14, n. 3, 1970, p. 233-309.

HOPT, Ted. Common-sense Constructivism and Hegemony in World Politics. **International Organization**, v. 67, n. 2, 2013, p. 317-357.

_____. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. **International Security**, v. 23, n. 1, 1998, p. 171-200.

INDYK, Martin S.; LIEBERTHAL, Kenneth; O'HANLON, Michael. Scoring Obama's Foreign Policy: A Progressive Pragmatist Tries to Bend History. **Foreign Affairs**, v. 91, n. 3, 2012.

INGEBRITSEN, Christine. Norm Entrepreneurs: Scandinavia's Role in World Politics. **Cooperation and Conflict**, v. 37, n. 1, 2012, p. 11-23.

IRAN SAYS never supplied arms to Yemeni Houthis. **Tehran Times**, 28 maio 2015a. Disponível em: <<http://www.tehrantimes.com/news/247017/Iran-says-never-supplied-arms-to-Yemeni-Houthis>>. Acesso em: 10 set. 2016.

IRAN SAYS Saudi Arabia prevents sending aid to Yemenis. **Tehran Times**, 25 abr. 2015b. Disponível em: <<http://www.tehrantimes.com/news/246312/Iran-says-Saudi-Arabia-prevents-sending-aid-to-Yemenis>>. Acesso em: 12 set. 2016.

IRANslams Saudi ArabiaHajjstampede. **Aljazeera**, 24 set. 2015. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2015/09/iran-slams-saudi-arabia-hajj-stampede-150924140959859.html>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

IRAN TELLS Bahrain to avoid violence against protesters. **Tehran Times**, 15 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.tehrantimes.com/news/237478/Iran-tells-Bahrain-to-avoid-violence-against-protesters>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

IRAN URGES UN prompt action on Bahrain. **Mehr News Agency**, 15 abr. 2011. Disponível em: <<http://en.mehrnews.com/news/45478/Iran-urges-UN-prompt-action-on-Bahrain>>. Acesso em: 10 maio 2016.

IRAN'S PM: Persian Gulf States Seeking Regional Cooperation to Establish Security. **Fars News**, 19 maio 2011. Disponível em: <<http://english.farsnews.com/newstext.php?nn=9002292193>>. Acesso em: 05 maio 2016.

IRAN'S SUPPORT for uprisings has nothing to do with Sunnism, Shiism. **Mehr News Agency**, 8 abr. 2011. Disponível em: <<http://en.mehrnews.com/news/45349/Iran-s-support-for-uprisings-has-nothing-to-do-with-Sunnism>>. Acesso em: 10 maio 2016.

IRANIAN LEADER Blames US, Allies for Pains of Nations in Middle-East, Africa. **Fars News**, 23 set. 2015. Disponível em: <<http://en.farsnews.com/newstext.aspx?nn=13940701000561>>. Acesso em: 15 set. 2016.

IRANIAN PARLIAMENT condemn massacre of people in Islamic countries. **Tehran Times**, 24 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.tehrantimes.com/news/236303/Iranian-parliament-condemn-massacre-of-people-in-Islamic-countries>>. Acesso em: 10 set. 2016.

IRANIAN SPEAKER: Saudis Opting for Wrong Path in Region. **Fars News**, 20 abr. 2016. Disponível em: <<http://en.farsnews.com/newstext.aspx?nn=13950201000385>>. Acesso em: 8 maio 2016.

ISMAIL, Raihan. Propaganda war marks the second anniversary of the Bahraini Spring, **Open Democracy**, 11 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/raihan-ismail/propaganda-war-marks-second-anniversary-of-bahraini-spring>>. Acesso em: 13 maio 2016.

JACKSON, J.A. Role – Editorial introduction. In: JACKSON, J. A. (Ed.). **Role**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

JAHNER, Ariel. Saudi Arabia and Iran: The Struggle for Power and Influence in the Gulf. **International Affairs Review**, v. 20, n. 3, 2012.

JOYCE, Miriam. **Bahrain from the twentieth century to the Arab Spring**. Nova Iorque: Palgrave and Macmillan, 2011.

KAMRAVA, Mehran. The Arab Spring and the Saudi-Led Counterrevolution. **Foreign Policy Research Institute**, v. 56, n. 1, 2011, p. 96-104.

KARAMI, Arash. Iran defense minister: Saudi Arabia will fail in Yemen. **Al Monitor: Iran Pulse**, 16 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/04/iran-yemen-saudi-arabia-houthis-1.html#ixzz4KF2qnegS>>. Acesso em: 10 set. 2016.

KATOUIZIAN, Homa. The Iranian Revolution at 30: The Dialect of State and Society. **Middle East Critique**, v. 19, n. 1, 2010, p. 35-53.

KAYE; Dalia Dassa; WEHREY, Frederic. Arab Spring, Persian Winter. **Foreign Affairs**, 2011. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/2011-07-01/arab-spring-persian-winter>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

KHOLAIF, Dahlia. Will the GCC survive Qatar-Saudi rivalry? **Aljazeera**, 18mar. 2014. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/features/2014/03/will-gcc-survive-qatar-saudi-rivalry-201431864034267256.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

KRONENFELD, Sami; GUZANSKY, Yoel. Yemen: A Mirror to the Future of the Arab Spring. **Military and Strategic Affairs**, v. 6, n.3, 2014, p. 79-99.

KURZMAN, Charles. The Arab Spring: Ideals of the Iranian Green Movement, Methods of the Iranian Revolution. **International Journal of Middle East Studies**, v. 44, n. 1, 2012, p. 162-165.

LARINJANI writes to Islamic countries on Bahrain. **Mehr News Agency**, 2 maio 2011. Disponível em: <<http://en.mehrnews.com/news/45789/Larjani-writes-to-Islamic-countries-on-Bahrain>>. Acesso em: 10 maio 2016.

LE PESTRE, Philippe G. **Role Quests in the Post-Cold War Era**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1997.

LEVERETT, Flynt; LEVERETT, Hillary Mann. **Going to Tehran: Why the United States Must Come to Terms with the Islamic Republic of Iran**. Nova Iorque :Metropolitan Books Henry Hold and Company, 2012.

LISTER, Tim. Why we should care about Yemen. **CNN**, 23 nov. 2011. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2011/WORLD/meast/06/03/yemen.matters/>>. Acesso em 15 set. 2016.

LYNCH, Marc. **The Arab uprising: the unfinished revolutions in the Middle East**. [S.l.]: Public Affairs, 2012.

MABON, Simon. The Battle for Bahrain: Iranian-Saudi Rivalry. **Middle East Policy**, v.9, n. 2, 2012.

MANEA, Elham. Yemen's Arab Spring: Outsmarting the Cunning State?. In: SADIKI, Larbi (Ed.). **Routledge Handbook of the Arab Spring: Rethinking Democratization**. Nova Iorque: Routledge, 2014.

MATTHIESEN, Toby. A ‘Saudi Spring’? The Shi’a Protest Movement in the Eastern Province 2011-2012. **The Middle East Journal**, v. 66, n. 4, 2012, p. 628-659.

MILANI, Mohsen. Iran’s Game in Yemen: why Tehran isn’t to blame for the civil war. **Foreign Affairs**, 19 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2015-04-19/irans-game-yemen>>. Acesso em: 10 set. 2016.

MOHAMMED, Hamad. Bahrain king says forces have foiled foreign plot. **Reuters**, 21 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-bahrain-protests-king-idUSTRE72K11L20110321>> Acesso em: 12 jun. 2016

MUSLIMI, Farea. Why Yemen’s Political Transition Failed. **Carnegie Middle East Center**, 16 abr. 2015. Disponível em: <<http://carnegie-mec.org/diwan/59803>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

NASR, Vali. When the Shiites Rise. **Foreign Affairs**, 2006. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2006-07-01/when-shiites-rise>>. Acesso em: 05 maio 2016.

NEVENS, K. **Yemen’s youth revolution, The Arab Spring: Implications for British Policy**. Londres: Conservative Middle East Council, 2011.

NIBLOCK, Tim. **Saudi Arabia: Power, Legitimacy and Survival (The Contemporary Middle East)**. Nova Iorque: Routledge, 2006.

NONNEMAN, Gerd. Determinants and patterns of Saudi foreign policy: ‘omnibalancing’ and ‘relative autonomy’ in multiple environments. In: NONNEMAN, Gerd; AARTS, Paul (Eds.). **Saudi Arabia in the balance: political economy, society, foreign affairs**. Londres: Hurst & Co, 2005.

NURSHAYEVA, Raushan. Iran calls for new Yemeni government, increasing tension with Saudis. **Reuters**, 13 abr. 2015. Disponível em <<http://www.reuters.com/article/us-yemen-security-iran-idUSKBN0N40PY20150413>>. Acesso em 01 set. 2016.

OPERATION ‘DECISIVE STORM’ in Yemen ends, new phase underway –Saudi-led forces. **RTNEWS**, 21 abr. 2015. Disponível em:<<https://www.rt.com/news/251777-yemen-operation-end-saudi/>>. Acesso em: 18 set. 2016.

PARSI, Trita. **A Single Role of the Dices**. New Heaven: Yale University Press, 2012.

PARTRICK, Neil. The GCC: Gulf State Integration or Leadership Cooperation? **Research Paper at Kuwait Programme on Development, Governance and Globalisation in the Gulf States**. Londres: LSE, 2011.

PECQUET, Julian. Saudi king wants Obama to tackle Iranian ‘mischief’. **Al Monitor**, 31 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/tr/originals/2015/08/saudi-king-washington-visit-iran-deal.html>>. Acesso em: 15 set. 2016.

QUANDT, William. **Saudi Arabia in the 1980s: Foreign Policy, Security and Oil**. Washington: The Brookings Institution, 1981.

RAFATI, Navsan. **Iran and the Arab Spring**. Londres: LSE, 2012.

RAMAZANI, R. K. Iran's Foreign Policy: Independence, Freedom and the Islamic Republic. IN: EHTESHAMI, Anoushiravan; ZWEIRI, Mahjoob (Eds.). **Iran's Foreign Policy: from Khatami to Ahmadinejad**. Londres: Ithaca Press, 2008.

REGIONAL REVOLTS will boost convergence with Iran. **Tehran Times**, 10 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.tehrantimes.com/news/238294/Regional-revolts-will-boost-convergence-with-Iran>>. Acesso em 01 set. 2016.

REMETE, Ágnes. **The "Shiite Crescent": Fact of Fiction? The Reality of Potential Power Shift in the Middle East**. Budapeste: Corvinus University of Budapest, 2012.

RIEDEL, Bruce. The king finally comes to town. **Al Monitor: Gulf Pulse**, 1 set. 2015a. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/09/saudi-king-salman-washington-visit.html>>. Acesso em: 18 set. 2016.

_____. Why Saudi Arabia's Yemen war is not producing victory. **Al Monitor: Gulf Pulse**, 22 maio 2015b. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/ru/contents/articles/originals/2015/05/yemen-war-escalates-stakes-raise-saudi-princes.html>>. Acesso em: 18 set. 2016.

RIEGER, René. In Search of Stability: Saudi Arabia and the Arab Spring. In: GULF Research Meeting. **Saudi Arabia and the Arab Uprising: National, Regional and Global Responses**, GRM, Cambridge, 2013.

ROGAN, Eugene L. The Emergence of the Middle East into the Modern State System. In: FAWCETT, Louise (Eds.). **International Relations of the Middle East**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

RYNHOLD, Jonathan. President Obama and the Middle East Challenge. **BESA Center Perspectives Papers**, n. 5, 2009.

SALISBURY, Peter. Yemen and the Saudi-Iranian 'Cold War'. **Middle East and North Africa Programme**, Chatham House, 2015.

SALLOUM, Shahira. Bahrain: a Hot Potato across The Persian Gulf. **Al-Akhbar**, 18 maio 2012. Disponível em: <<http://english.al-akhbar.com/node/7427>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SASLEY, Brent. Studying Middle Eastern International Relations through IR Theory. **Ortadogu Etutleri**, v. 2, n. 2, 2011, p. 9-32.

SAUDI ARABIA is on the wrong path: Salehi. **Tehran Times**, 10 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.tehrantimes.com/news/238292/Saudi-Arabia-is-on-the-wrong-path-Salehi>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

SAUDI WAR on Yemen dangers Mideast: Iran deputy FM. **Press TV**, 3 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.presstv.com/Detail/2015/04/23/407708/Iran-Saudi-Yemen-aggression-AmirAbdollahian-War-Iran-Aggression-Middle-East>>. Acesso em: 12 set. 2016.

SEDDIQ, Yasser. Saudi-Bahraini Gulf union opposed by Iran, GCC states. **Ahram online**, 31 maio 2012. Disponível em: <<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/2/8/43355/World/Region/SaudiBahraini-Gulf-union-opposed-by-Iran,-CCG-stat.aspx>> Acesso: 15 jun. 2016.

SELVIK, Kjetil. War in Yemen: the view from Iran. **Norwegian Peacebuilding Resource Centre**, NOREF, 2015.

SHANKER, Tom; SANGER, David. Obama is said to be preparing to seek approval on Saudi arms sale. **New York Times**, 17 set. 2010. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2010/09/18/world/18arms.html?_r=1> Acesso em: 05 jun. 2016.

SHARIF, Osmar. Al Houthi takeover threatens GCC security. **Gulf News: thinkers**, 19 out. 2014. Disponível em: <<http://gulfnews.com/opinion/thinkers/al-houthi-takeover-threatens-gcc-security-1.1400956>>. Acesso em: 12 set. 2016.

SOLÓMON, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira; trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, 2013, p. 40-59.

STENSLIE, Stig. Not too Strong, not too weak: Saudi Arabia's policy towards Yemen. **Norwegian Peacebuilding Resource Centre**, NOREF, 2013.

SZAJKOWKI, Bogdan. The Shia Crescent. **The Copernicus Journal of Political Studies**, v. 3, n. 1, 2013, p. 22-44.

TADJBAKHS, Shahrbanou. International relations theory and the Islamic worldview. In: TICKNER, Arlene; BLANE, David (Orgs.). **Thinking International Relations Differently (Worlding Beyond the West)**. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2012.

TAKEYH, Ray. **Guardians of the Revolution: Iran and the World in the Age of the Ayatollahs**. Nova Iorque: Oxford University Press, Nova York, 2009.

TAMAMY, Saudi Al. GCC Membership Expansion: Possibilities and Obstacles. **Aljazeera Centre for Studies**, 31 mar. 2015. Disponível em: <<http://studies.aljazeera.net/en/dossiers/2015/03/201533171547520486.html>> Acesso em: 05 jun. 2015.

TERRILL, Andrew. **The Saudi-Iranian Rivalry and the Future of Middle East Security**. The Strategic Studies Institute (SSI): U.S. Army War College, 2011.

TETI, Andrea. Bridging the Gap: IR, Middle East studies and the disciplinary Politics of the Area Studies Controversy. **European Journal of International Relations**, v. 13, n. 1, 2007, p. 117-145.

THIES, Cameron. International Socialization Process vs. Israeli National Role conceptions: Can Role Theory Integrate IR Theory and Foreign Policy Analysis? **Foreign Policy Analysis**, v. 8, n. 1, 2012, p. 25-46.

THIES, Cameron; BREUNING, Marijke. Integrating Foreign Policy Analysis and International Relations through Role theory. **Foreign Policy Analysis**, v. 8, n. 1, 2012, pp. 1-4.

THOMPSON, W. Identifying Rivals and Rivalries in World Politics, **International Studies Quarterly**, v. 45, n. 4, 2001, p. 557–586.

TICKNER, Arlene B; WEAVER, Ole. Introduction: geocultural epistemologies. In: _____. **International Relations Scholarship around the World**, Londres, Nova Iorque: Routledge, 2009.

TICKNER, Arlene; BLANEY, David. **Thinking International Relations Differently (Worlding Beyond the West)**. Londres ,Nova Iorque: Routledge, 2012.

TOWNS, Ann. Paradoxes of (In) Equality: Something is Rotten in the Gender Equal State of Sweden. **Cooperation and Conflict: journal of the Nordic International Studies Association**, v. 37, n. 2, 2002, p. 157-279.

TRANSCRIPT: Interview with Muhammad bin Salman. **The Economist**, 6 jan. 2016. Disponível em: <http://www.economist.com/saudi_interview>. Acesso em: 25 set. 2016.

ULRICHSEN, Kristian Coates. The Uprising in Bahrain: Regional Dimensions and International Consequences. In: SADIKI, Larbi (Ed.) **Routledge handbook for the Arab Spring: rethinking democratization**. Nova Iorque: Taylor and Francis Books, 2014.

UPRISING IN BAHRAIN has nothing to do with Shiism or Sunnism: Leader. **Tehran Times**, 17 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.tehrantimes.com/news/237708/Uprising-in-Bahrain-has-noting-to-do-with-Shiism-or-Sunnism>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

US DEPARTMENT OF STATE. Office of the Historian. Disponível em: <<https://history.state.gov/departmenthistory/travels/president/obama-barack>> Acesso em: 10 out. 2016.

VALBJORN, Morten. Toward a ‘Mesopotamian turn’: disciplinarily and the study of the international relations of the Middle East. **Journal of Mediterranean Studies**, v. 14, n. 1-2, 2004, p. 47-75.

_____. Reflections on self-reflections – on framing the analytical implications of the Arab uprisings for the study of Arab politics. **Democratization**, v. 22, n. 2, 2015, p. 218-238.

VATANKA, Alexa. Iran’s Yemen Play: what Tehran Wants – And What It Doesn’t. **Foreign Affairs**, 4 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2015-03-04/irans-yemen-play>>. Acesso em: 20 out. 2016

WALKER, Stephen G (Ed.). **Role Theory and Foreign Policy Analysis**. Durham: Duke University Press, 1987.

_____. National Role Conceptions and Systemic Outcomes. In: FALKOWSKI, L; (Ed.). **Psychological Models in International Politics**. [S.l.], Westview Press, 1979, p. 169-210.

_____. The Correspondence between Foreign Policy Rhetoric and Behavior: Insights from Role Theory and Exchange Theory. **Behavioral Science**, v. 26, n. 3, 1981, p. 272-281.

WEHREY, W. et al. **Saudi-Iranian Relations since the Fall of Saddam: Rivalry, Cooperation, and Implications for U.S. Policy**. Santa Monica: RAND Corporation, 2009.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WYNBRANT, James. **A Brief History of Saudi Arabia**. Nova Iorque: Checkmark Books, 2004.

YEMINIS will not allow interference in internal affairs: Iran. **Tehran Times**, 8 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.tehrantimes.com/news/242067/Yemenis-will-not-allow-interference-in-internal-affairs-Iran>>. Acesso em: 10 set. 2016.

YOUNIS, Nussaibah. The Saudi-Iran power play behind the Yemen conflict. **The Guardian**, 29 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/mar/29/iran-saudi-arabia-yemen-conflict>>. Acesso em: 15 set. 2016.

ZARRABI-KHASHANI, Hanif. Iran and the Arab Spring: Then and Now. **Muftah**, 7 mar. 2014. Disponível em: <<http://muftah.org/iran-arab-spring-now/#.Vw5XzjArLIU>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

ZWERI, Mahjoob. Iran and Political Dynamism in the Arab World: the Case of Yemen. **Domes: Digest of Middle East Studies**, v. 25, n. 1, 2016, p. 4-18.